

MUNICÍPIO DA GUARDA

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relatório Ambiental

Junho de 2021



ambisitus

projectos, gestão e avaliação ambiental, lda

Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização do Cabreiroiro, Guarda

RELATÓRIO AMBIENTAL

Junho, 2021

Projeto n.º A069

Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização do Cabroeiro

ÍNDICES

Índice de texto

I. INTRODUÇÃO	1
II. OBJETIVOS E METODOLOGIA	3
II.1. FASE DA DEFINIÇÃO DO ÂMBITO (RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO)	3
II.2. FASE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO (RELATÓRIO AMBIENTAL)	4
II.2.1. Processo seguintes	5
II.2.1.1. Consulta pública	5
II.2.1.2. Declaração ambiental	5
II.3. FASE DE SEGUIMENTO	6
II.3.1.1. Quadro de Governança Institucional	7
III. PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA.....	9
III.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	9
III.1.1. Síntese e Diagnóstico do Território	10
III.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO	13
III.2.1. Enquadramento no PDM em vigor	13
III.2.2. Relação com os Planos de Pormenores em vigor	15
III.2.3. Antecedentes	16
III.2.4. Fundamentação	16
III.2.5. Objetivos	16
III.2.6. Elaboração do Plano de Urbanização do Cabroeiro	18
IV. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	20
IV.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	20
IV.1.1. Síntese	22
IV.2. FATORES AMBIENTAIS	24
IV.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO - CRITÉRIOS	26
V. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	31
V.1. ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	31

V.1.1. Valores Naturais	31
V.1.1.1. Situação Atual e Tendencial	31
V.1.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	36
V.1.1.3. Avaliação das Propostas do Plano	38
V.1.2. Valores Paisagísticos	42
V.1.2.1. Situação Atual e Tendencial	43
V.1.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	47
V.1.2.3. Avaliação das Propostas do Plano	48
V.2. URBANISMO	52
V.2.1. Qualidade Urbana	52
V.2.1.1. Situação Atual e Tendencial	52
V.2.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	57
V.2.1.3. Avaliação das Propostas do Plano	59
V.2.2. Sustentabilidade Urbana	63
V.2.2.1. Situação Atual e Tendencial	64
V.2.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	70
V.2.2.1. Avaliação das Propostas do Plano	72
V.3. SOCIOECONOMIA	76
V.3.1. População	76
V.3.1.1. Situação Atual e Tendencial	76
V.3.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	79
V.3.1.3. Avaliação das Propostas do Plano	81
V.3.2. Economia.....	85
V.3.2.1. Situação Atual e Tendencial	85
V.3.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	86
V.3.2.3. Avaliação das Propostas do Plano	87
V.4. AMBIENTE.....	90
V.4.1. Qualidade Ambiental	90
V.4.1.1. Situação Atual e Tendencial	91
V.4.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	101
V.4.1.3. Avaliação das Propostas do Plano	105
V.4.2. Alterações Climáticas.....	113
V.4.2.1. Situação Atual e Tendencial	113
V.4.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano.....	115
V.4.2.3. Avaliação das Propostas do Plano	117
V.5. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	119
VI. RECOMENDAÇÕES.....	129
VI.1. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANEAMENTO	129
VI.2. RECOMENDAÇÕES PARA O SEGUIMENTO E GESTÃO	131
VII. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	133
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
IX. BIBLIOGRAFIA	142
X. ANEXOS	145

Índice de figuras

Figura II.1 - Fases do processo de AAE.....	4
Figura II.2 - Fases seguintes do processo de AAE, e sua relação com o processo de elaboração do PU	6
Figura III.1 – Enquadramento administrativo do Plano de Urbanização do Cabroeiro	9
Figura III.2 – Enquadramento geográfico do Plano de Urbanização do Cabroeiro.....	10
Figura III.3 – Enquadramento do PU do Cabroeiro no PDM da Guarda	13
Figura III.4 – Enquadramento do PU do Cabroeiro com os PP de proximidade.....	15
Figura IV.1 – Fatores Críticos para a Decisão – análise integrada (Adaptado de Partidário, 2007)	26
Figura V.1 – Relação entre a galeria ripícola e as linhas de água.....	32
Figura V.2 – Rio estruturante do Plano, junto ao local de Lameira do Souto.....	33
Figura V.3 – Mancha florestal de Carvalhos	34
Figura V.4 – Alinhamento arbóreo de Castanheiros e Carvalhos.....	35
Figura V.5 – Manchas florestais (destacando as espécies arbóreas autóctones relevantes).....	35
Figura V.6 – Evolução do Uso do Solo (destacando as zonas de vales e encostas)	43
Figura V.7 – Terrenos agrícolas em abandono (destacando as zonas de vales e encostas)	44
Figura V.8 – Terrenos agrícolas em abandono.....	44
Figura V.9 – Casas rurais	45
Figura V.10 – Solo rural associado aos vales.	46
Figura V.11 – Solo rural associado aos vales	47
Figura V.12 – Espaços habitacionais existentes.....	53
Figura V.13 – Descontinuidade da estrutura viária.....	54
Figura V.14 – Plano Rodoviário Municipal da Guarda.....	55
Figura V.15 – Praça ajardinada do Bairro N.º Sr.ª dos Remédios	56
Figura V.16 – Ruas arborizadas face à totalidade de arruamentos existentes.....	56
Figura V.17 – Transportes Urbanos da Guarda, com destaque para as paragens na área do Plano	65
Figura V.18 – Abrangência dos transportes públicos (500 metros dos pontos de paragens)	66
Figura V.19 – Abrangência da rede de mobilidade suave (500 metros dos pontos de paragens)	67
Figura V.20 – População servida pelos equipamentos elencados (a menos de 500 metros)	69
Figura V.21 – População residente, no concelho e freguesia da Guarda e na área do PU.....	77
Figura V.22 – Qualificação da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).	78
Figura V.23 – Estrutura etária da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).	79
Figura V.24 – Parque Industrial	86
Figura V.25 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (SOx e NOx) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país.	92
Figura V.26 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (PM _{2,5} e COVNM) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país.....	92
Figura V.27 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (NH ₃ e CO ₂) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país.....	93
Figura V.28 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (CH ₄ e N ₂ O) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país.....	93
Figura V.29 - Emissões de poluentes atmosféricos (COVNM e PM _{2,5}) por sector para os anos de 2015 e 2017 no concelho da Guarda	94
Figura V.30 - Emissões de poluentes atmosféricos (CO ₂ e NH ₃) por sector para os anos de 2015 e 2017 no concelho da Guarda	95
Figura V.31 – Índice de Qualidade do Ar no período 2014-2019 para a Zona Centro Litoral.	96
Figura V.32 – Área de abrangência dos ecopontos.....	97

Figura V.33 – Área de abrangência por infraestrutura de AR	98
Figura V.34 – Mapa de Ruído do PU do Cabroeiro – Indicador L_{den} (Situação atual)	100
Figura V.35 – Mapa de Ruído do PU do Cabroeiro – Indicador L_n (Situação atual)	100

Índice de Quadros

Quadro II.1 – Quadro de governança	7
Quadro III.1 – Análise das Oportunidades e Ameaças para a área do Plano.....	11
Quadro III.2 – Análise dos Pontos Fortes e Fracos da área do Plano.....	11
Quadro III.3 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação).....	18
Quadro III.4 – Peças da Proposta de Plano (Fase 2)	19
Quadro IV.1 – Quadro de Referência Estratégico.....	21
Quadro IV.2 – Síntese da relação entre os Objetivos do PUC com o QRE	23
Quadro IV.3 – Identificação dos fatores ambientais relevantes em função dos Objetivos do PUC	25
Quadro IV.4 – Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores.....	28
Quadro V.1 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Naturais	31
Quadro V.2 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Naturais.....	36
Quadro V.3 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Naturais	41
Quadro V.4 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Paisagísticos	42
Quadro V.5 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Paisagísticos	48
Quadro V.6 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Paisagísticos	51
Quadro V.7 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Qualidade Urbana	52
Quadro V.8 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Urbanismo e CA Qualidade Urbana	57
Quadro V.9 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Urbanismo e CA Qualidade Urbana.....	62
Quadro V.10 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Sustentabilidade Urbana	64
Quadro V.11 – Equipamento na área de intervenção do plano.....	68
Quadro V.12 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Urbanismo e CA Sustentabilidade Urbana	70
Quadro V.13 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Urbanismo e CA Sustentabilidade Urbana.....	74
Quadro V.14 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação População	76
Quadro V.15 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Socioeconomia e CA População	80
Quadro V.16 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Naturais	84
Quadro V.17 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Economia.....	85
Quadro V.18 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Socioeconomia e CA Economia	87
Quadro V.19 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Socioeconomia e CA Economia	89
Quadro V.20 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Qualidade Ambiental.....	90
Quadro V.21 – Estado da massa de água do rio Noéme, foz do rio Diz.....	91
Quadro V.22 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ambiente e CA Qualidade Ambiental ..	102
Quadro V.23 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Ambiente e CA Qualidade Ambiental	110
Quadro V.24 – Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Naturais	113

Quadro V.17 - Síntese das principais alterações climáticas projetadas para Guarda até ao final deste século	114
Quadro V.26 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Socioeconomia e CA Economia	116
Quadro V.27 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Socioeconomia e CA Economia	118
Quadro V.28 – Avaliação Ambiental por FCD	121
Quadro VI.1 – Recomendações para o Planeamento	129
Quadro VIII.1 – Programa de gestão e monitorização ambiental: FCD, indicadores e metas	134

Siglas e Abreviaturas

A AE – Avaliação Ambiental Estratégica
A IA – Avaliação de Impacte Ambiental
A PA – Agência Portuguesa do Ambiente
A RSC – Administração Regional de Saúde do Centro
B SE – Beiras e Serra da Estrela
C A – Critérios de Avaliação
C CDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
C entro 2020 – Programa Operacional Regional do Centro
C IMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
C MG – Câmara Municipal da Guarda
C S2020 – Estratégia Cidades Sustentáveis 2020
D A ou R DA – Relatório de Definição de Âmbito
D L – Decreto-Lei
D QA – Diretiva Quadro da Água
D RAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
E E – Estrutura Ecológica
E IDT-BSE – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela
E NAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
E NAR – Estratégia Nacional para o Ar
E NCNB – Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
E NE – Estratégia Nacional para a Energia
E NEA – Estratégia Nacional de Educação Ambiental
E NF – Estratégia Nacional para as Florestas
E RAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
E RSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
E T27 – Estratégia Turismo 2027
F A – Fatores Ambientais
F CD – Fatores Críticos para a Decisão
I CNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
I EFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
I GT – Instrumentos de Gestão Territorial
I NE – Instituto Nacional de Estatística
L AE – Linhas de água estruturantes
N GPH – Nova Geração de Políticas de Habitação
P AEC – Plano de Ação para Economia Circular

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PDM – Plano Diretor Municipal
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimentos Urbano
PENSAAR 2000 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2000
PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PGRH3 (ou PGRH do Douro) – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)
PIAAC – Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNA – Plano Nacional da Água
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER – Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNCT – Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNI2030 – Plano Nacional de Investimentos 2030
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNS – Plano Nacional da Saúde
PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRM2020-2040 – Plano Rodoviário Municipal da Guarda 2020-2040
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PROFCI – Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
PROTC – Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Centro
PU – Plano de Urbanização
PUC – Plano de Urbanização do Cabroeiro
PVI – Programa de Valorização do Interior
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RA – Relatório Ambiental
RDA – Relatório de Definição do Âmbito
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNT – Resumo Não Técnico
TUG – Transportes Urbanos da Guarda
VICEG – Via de Cintura Externa da Guarda

I. INTRODUÇÃO

A publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em complementaridade com o atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio) impõe a obrigatoriedade do procedimento de Avaliação Ambiental para muitos dos processos de elaboração, alteração e revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

De acordo com o regime da avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, estão sujeitos a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) os planos e programas que possam ter efeitos significativos no ambiente. Considera-se, também, sujeito a avaliação ambiental *“os planos de urbanização (...) que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental ou a avaliação de incidências ambientais”* (Ponto 1, Art.º 78º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio). Uma vez que, o **Plano de Urbanização do Cabroeiro** (PUC) abrange uma área de ampliação das atividades económicas (Parque Industrial), torna-se sujeito a AAE por enquadrar uma área onde, eventualmente, poderão surgir projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Sobre a qualificação do plano em análise para efeitos de sujeição a avaliação ambiental, o município consultou as entidades com responsabilidades ambientais específicas na área do Plano, tendo obtido pareceres da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) no sentido de sujeição do mesmo a este procedimento. Neste contexto a Câmara Municipal decidiu avançar para a avaliação ambiental do Plano.

Na primeira fase deste procedimento definiram-se os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) a considerar no Relatório Ambiental, bem como o alcance, nível de pormenorização da informação a incluir e metodologias a adotar. De acordo com as normativas legais, o Relatório de Definição do Âmbito foi remetido para as entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) na área de intervenção do plano para que se pronunciassem sobre o mesmo.

O presente documento, resulta do desenvolvimento do anterior e constitui o Relatório Ambiental do PUC. Neste documento serão, também, refletidas as observações e sugestões efetuadas pelas entidades que se pronunciaram sobre o Relatório de Definição do Âmbito (RDA).

A entidade responsável pela elaboração do Plano de Urbanização (PU) em análise é a Câmara Municipal da Guarda, entidade à qual compete a elaboração da avaliação ambiental e, nesta fase em particular, o Relatório Ambiental (RA), de acordo com o definido no Artigo 5.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A Câmara Municipal é ainda responsável pela promoção de consultas às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades, possam interessar os efeitos do plano;

pela preparação do Relatório Ambiental e sua consulta a entidades e ao público em geral e pela elaboração da Declaração Ambiental.

II. OBJETIVOS E METODOLOGIA

A metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica a desenvolver foi já apresentada no Relatório de Definição do Âmbito, sujeito a consulta pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, e das quais não resultou qualquer parecer que refira a alteração ou esclarecimento da metodologia. Assim, adotou-se a metodologia previamente apresentada para as restantes fases.

Os objetivos foram, também, anteriormente definidos, não obstante, reforça-se que o objetivo da AAE é o de avaliar de que forma a Proposta do Plano de Urbanização responde aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos na área de intervenção, e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.

II.1.FASE DA DEFINIÇÃO DO ÂMBITO (RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO)

A Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental também designada por Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, corresponde à primeira das três fases fundamentais da AAE, tendo já sido elaborado o referido relatório. Neste documento determinou-se o âmbito da avaliação ambiental a realizar definindo os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), que permitem a focalização estratégica da avaliação em temas determinantes, bem como o alcance da informação a incluir no relatório ambiental.

O Relatório da Definição do Âmbito foi submetido a parecer das entidades às quais poderiam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, conforme definido no ponto 3 do Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Foram consultadas as seguintes entidades:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR);
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Emitiram parecer a CCDRN e o ICNF, cuja ponderação se apresenta no Anexo II. Os pareceres emitidos foram ponderados e integrados no presente documento, por se considerarem adequados à melhoria da sua função.

II.2. FASE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO (RELATÓRIO AMBIENTAL)

Na fase de análise e avaliação, fase atual, serão estudados detalhadamente os Fatores Críticos para a Decisão de modo a efetuar a análise de tendências, em termos ambientais e de sustentabilidade, bem como a estabelecer diretrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e que devem ser implementadas na proposta do plano e/ou na fase de seguimento. Esta fase será formalizada no presente documento, denominado de **Relatório Ambiental (RA)**.



Figura II.1 - Fases do processo de AAE

A análise de cada fator crítico será efetuada com base nos estudos de caracterização do Plano, bem como em outros elementos que se considerem relevantes. A avaliação será centrada nos critérios definidos para cada fator crítico e focalizada nos objetivos de sustentabilidade que se pretendem alcançar.

Durante a avaliação ambiental serão analisadas as propostas do Plano e estudadas as alternativas que eventualmente venham a ser equacionadas, de modo a que as soluções adotadas tenham em consideração as consequências ambientais inerentes. No presente documento - Relatório Ambiental - serão explanadas as opções adotadas, bem como a avaliação efetuada e as razões que fundamentaram a seleção das mesmas. Desta forma, garante-se que a componente ambiental é integrada no planeamento e que serão selecionadas as opções mais sustentáveis.

A avaliação ambiental das propostas do plano incidirá, essencialmente, sobre as suas potenciais consequências nos Fatores Críticos para a Decisão e sobre o cumprimento dos respetivos objetivos de sustentabilidade, sem prejuízo de outros fatores ambientais que se venham a revelar importantes ou que se considere que possam ser afetados.

A análise será efetuada à escala do Plano, limitando-se à área de intervenção e envolvente próxima, com exceção das situações em que seja necessário efetuar uma análise a escala mais abrangente para obter uma melhor perceção das tendências evolutivas.

As ações e opções do plano que se considere que possam afetar negativamente os Fatores Críticos identificados serão analisados com maior detalhe, de modo a identificar soluções alternativas e/ou definir diretrizes e medidas de minimização, que contribuam para diminuir os efeitos negativos e ameaças associados e garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos.

O relatório ambiental será acompanhado por um **Resumo Não Técnico** (RNT), no qual se descrevem, de forma simples, coerente e sintética, as informações constantes no relatório ambiental. Este documento tem como principal objetivo o suporte da consulta pública, pelo que será um documento apelativo, de fácil compreensão e leitura e de linguagem simples, mas abordando as principais questões e conclusões da avaliação ambiental.

Após a conclusão do Plano e do Relatório Ambiental, estes documentos serão submetidos ao parecer das entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas possam interessar os efeitos da implementação do PUC.

II.2.1. Processo seguintes

II.2.1.1. Consulta pública

Posteriormente aos pareceres emitidos pelas ERAE, a Câmara Municipal da Guarda promoverá a **consulta pública**, na qual disponibilizará o PUC, o relatório ambiental e os pareceres emitidos pelas entidades. A consulta tem como principal objetivo recolher observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não-governamentais e pelos cidadãos que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela aprovação do Plano ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados.

Os documentos para consulta serão disponibilizados nas instalações da Câmara Municipal, bem como na página da *Internet* do município.

Os pareceres e contributos recebidos na consulta às entidades e ao público em geral serão ponderados na versão final do Plano.

II.2.1.2. Declaração ambiental

Após a aprovação do PU será elaborada a **Declaração Ambiental**, nos termos do Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Nesta declaração será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano final. Serão também referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração da versão

final do PU, bem como as razões que fundaram a aprovação do Plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PUC.

A Declaração Ambiental será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que a disponibilizará na sua página da *Internet*, sendo ainda facultada para consulta na página de *Internet* do município. De acordo com o Decreto-lei n.º 58/2011 de 4 e maio, que altera o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a Declaração Ambiental é ainda enviada às ERAE consultadas anteriormente.

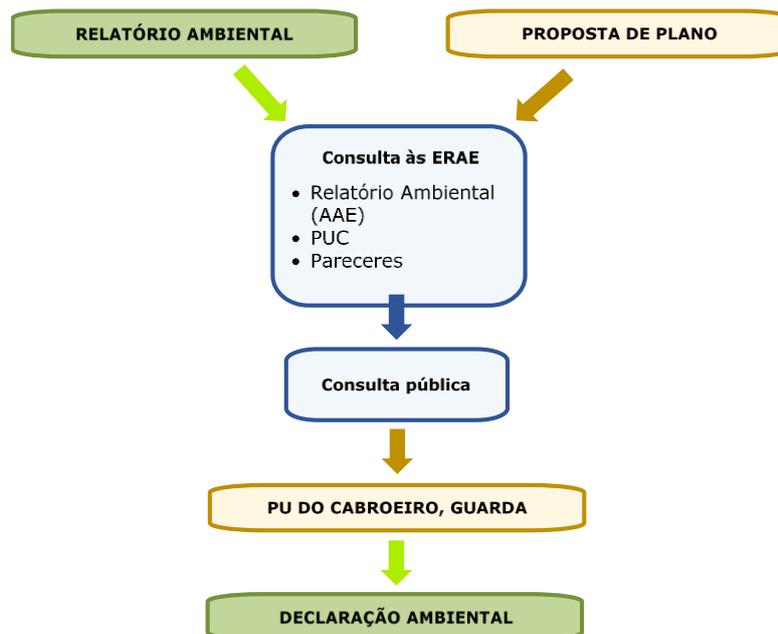


Figura II.2 - Fases seguintes do processo de AAE, e sua relação com o processo de elaboração do PU

II.3. FASE DE SEGUIMENTO

A fase de seguimento tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza, que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da Avaliação Ambiental na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão. Este acompanhamento das consequências ambientais da implementação do Plano permite ainda adaptar as ações adotadas, de modo a diminuir as consequências negativas sobre o ambiente e potenciar as positivas.

A avaliação e controlo dos efeitos significativos do ambiente decorrente da aplicação e execução do plano serão efetuados com base no **Programa de Gestão e**

Monitorização Ambiental, o qual será definido no presente documento. Este plano partirá dos objetivos de sustentabilidade e indicadores definidos anteriormente no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, os quais foram reavaliados e redefinidos no presente documento. Para cada indicador serão estabelecidas metas e/ou tendências de evolução, periodicidade de monitorização e fontes de informação.

A aplicação deste plano de monitorização permitirá identificar, antecipadamente, efeitos ambientais não previstos, bem como avaliar a eficácia das medidas de minimização adotadas, procedendo-se, se necessário, à sua reformulação ou alteração.

Para a aplicação do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental é essencial a articulação da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela gestão territorial, com as restantes entidades com interesses/responsabilidades no território num **quadro de governança** sólido e bem estruturado.

II.3.1.1. Quadro de Governança Institucional

O sucesso da implementação da proposta de Plano em apreço dependerá da cooperação e permanente comunicação das várias entidades intervenientes. A Câmara Municipal da Guarda (CMG), enquanto entidade promotora do Plano de Urbanização do Cabreiroiro deverá estabelecer canais francos de comunicação com as restantes entidades intervenientes que permitam uma constante aferição da evolução do território com vista à concretização do Plano dentro dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Os atores identificados no quadro seguinte deverão ser envolvidos na fase de seguimento e gestão do território, atendendo ao elencado no Quadro IV.4, garantindo assim a constituição de um Quadro de Governança de sucesso:

Quadro II.1 – Quadro de governança

QUADRO DE GOVERNANÇA	RECOMENDAÇÕES
CMG	<ul style="list-style-type: none">Assegurar a correta implementação do Plano, na filosofia que presidiu à sua elaboração;Assegurar o cumprimento do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, ajustando-o e aplicando medidas corretivas quando necessário;Coordenar a recolha dos dados junto das entidades e articular ações com as mesmas, sempre que necessário;Assegurar que os princípios que informam a governança – transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência – sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do Plano;Manter e incrementar a divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo.
APA, CCDRC, DRAPC, ICNF, ARSC, IEFP, TUG, SMAS-G, CIM-BSE, INE, ERSAR e Juntas de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none">Disponibilizar dados para a monitorização, evitando duplicações de trabalho e desperdício de recursos;Contribuir para as discussões dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas.

QUADRO DE GOVERNANÇA	RECOMENDAÇÕES
Associações Locais, Agrupamentos Escolares, Instituições, Empresas, População residente.	<ul style="list-style-type: none">• Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões;• Contribuir para uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, através das boas práticas na utilização dos recursos hídricos, na separação dos resíduos e na utilização eficiente da energia, adotando estilos de vida mais sustentáveis e/ou aumentando a sustentabilidade das atividades económicas desenvolvidas;• Contribuir para o desenvolvimento sustentável através das boas práticas das atividades ao ar livre e da mobilidade por modos suaves.

Os resultados obtidos na monitorização serão atualizados, no mínimo anualmente, e divulgados pelo município, na sua página da *Internet*. Anualmente serão ainda reportados à Agência Portuguesa do Ambiente e restantes entidades consultadas sobre a AAE.

III. PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO, GUARDA

III.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Neste ponto são abordados aspetos de carácter genérico da área de intervenção, sendo que as questões mais específicas associadas aos FCD e critérios definidos são detalhadas no Capítulo V.

A área de intervenção do Plano de Urbanização do Cabroeiro localiza-se no concelho da Guarda, pertencente à Região Centro e sub-Região das Beiras e Serra da Estrela. O PU insere-se a nascente da cidade da Guarda, na freguesia com o mesmo nome, como podemos observar na Figura III.1.

A Guarda é caracterizada por ser a cidade mais alta de Portugal, onde confinam três importantes bacias hidrográficas, a do rio Mondego, a do Zêzere e a do Côa. A cidade é herdeira de um vasto e rico património histórico, tendo como principais ícones a Torre de Menagem e a Sé Catedral.

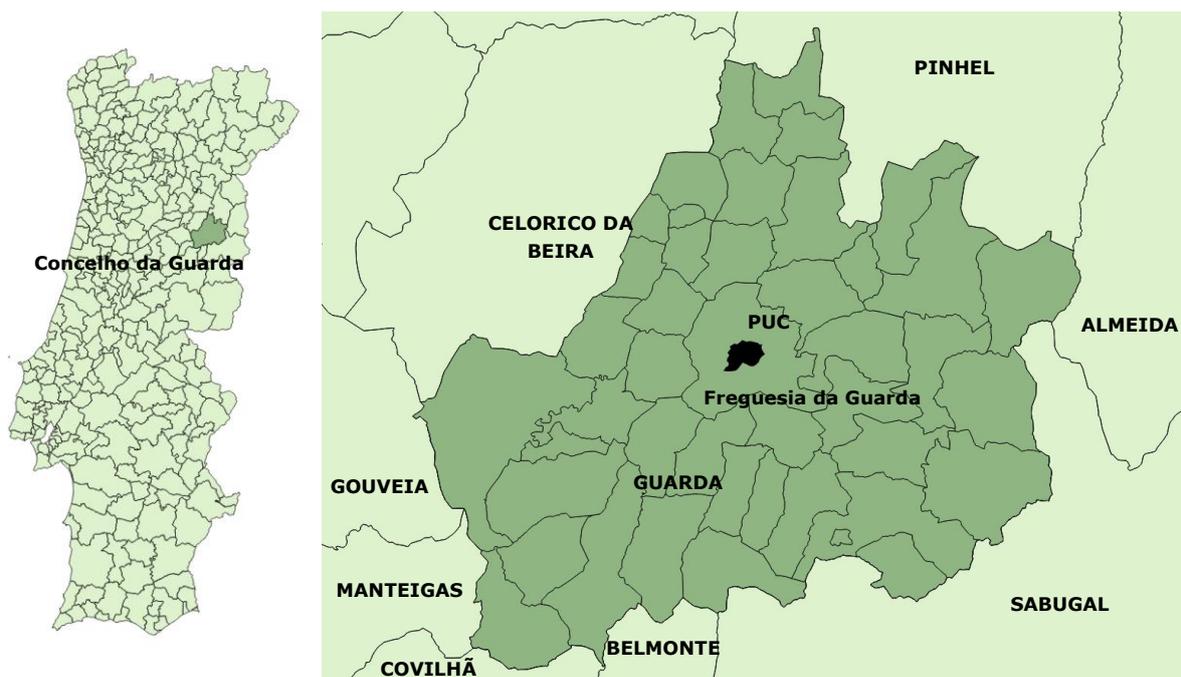
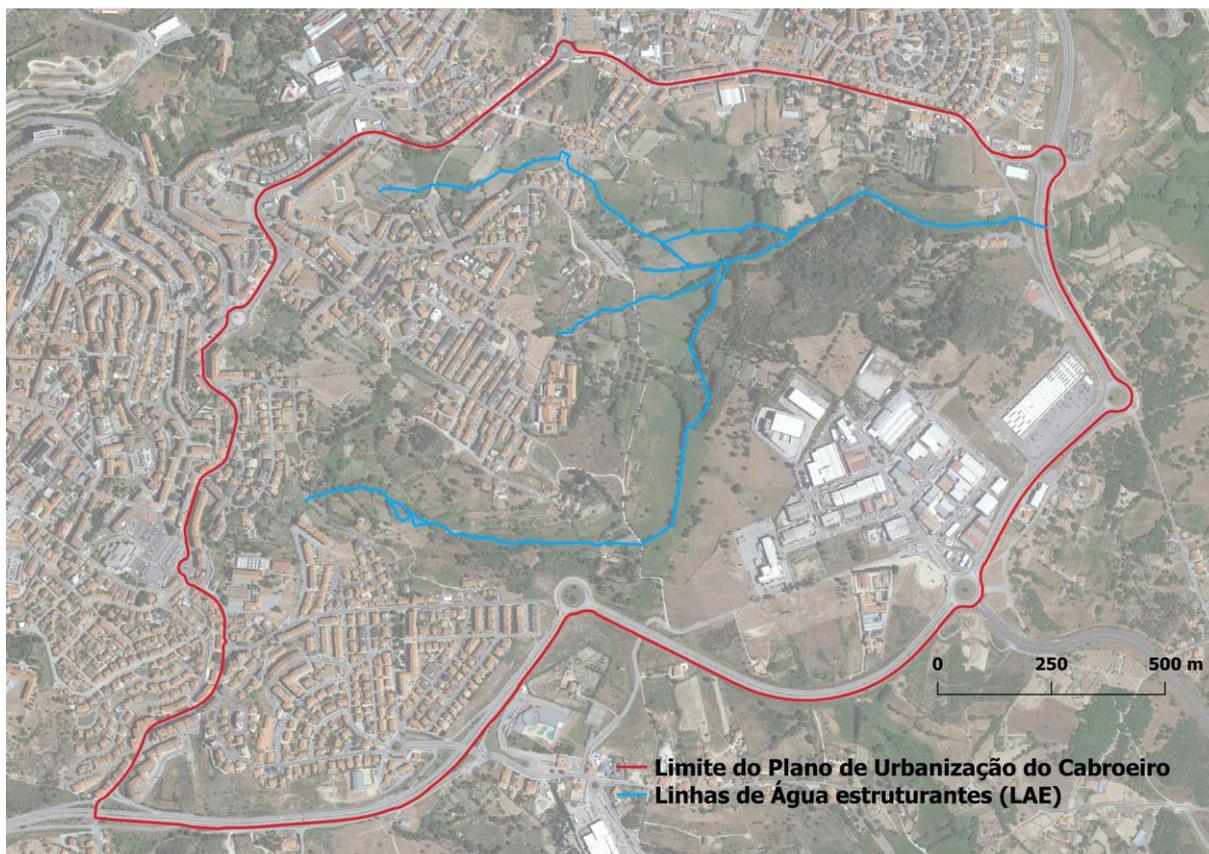


Figura III.1 – Enquadramento administrativo do Plano de Urbanização do Cabroeiro

O PUC abrange o território limitado a poente pela rua António Sérgio/ rua Almeida Garrett/ rua Dr. Francisco Piçarra de Matos até à VICEG (Via de Cintura Externa da Guarda), variante à EN16, que limita a área a sul e a nascente. A norte, a área é limitada pela rua da República, avenida Cidade Waterbury e rua Cidade de Bejar.



Fonte: Própria com base de *frmt_wms_googlemaps_tms*.

Figura III.2 – Enquadramento geográfico do Plano de Urbanização do Cabroeiro

A área do Plano integra duas linhas de água confluentes, que desaguam no Rio Diz, que formam dois vales com uma ocupação maioritariamente agrícola. Nas cumeadas a noroeste, principalmente nas proximidades com o centro da cidade, localizam-se áreas habitacionais, enquanto a sudeste localiza-se o Parque Industrial.

A área de estudo abrange uma superfície de 244,76 hectares.

III.1.1. Síntese e Diagnóstico do Território

Com base nos elementos desenvolvidos pela equipa do Plano e na breve caracterização apresentada na fase anterior, sintetizam-se nos quadros seguintes os principais elementos de diagnóstico deste território:

Quadro III.1 – Análise das Oportunidades e Ameaças para a área do Plano

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade ao centro histórico da cidade da Guarda; • Migração da população dos territórios rurais para o centro da cidade; • Aumento do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações Climáticas; • Plano Diretor Municipal da Guarda desatualizado face ao enquadramento legal atual e às novas realidades e dinâmicas socioeconómicas.

Quadro III.2 – Análise dos Pontos Fortes e Fracos da área do Plano

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ESTRUTURA BIOFÍSICA	<ul style="list-style-type: none"> • Vales de linha de água de carácter rural, sem presença de edificação; • Diversidade paisagística, contemplando uma diversidade de micro-paisagens de carácter rural; • Presença de matas adequadas e bem desenvolvidas de vegetação autóctone de elevado valor ecológico, ambiental e paisagístico; • Presença de Lameiros e Prados/Pastagens de elevado interesse paisagístico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Galeria ripícola fragmentada; • Margens dos cursos de água com pressões de usos e ocupações do solo agrícola; • Espaços naturais com necessidade de uma gestão integrada, nomeadamente as áreas florestais; • Áreas com declives predominantemente acentuados.
ESTRUTURA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração do edificado, havendo poucos edifícios dispersos e pontuais; • Parque edificado relativamente jovem (idade média 30 anos); • Maior peso dos edifícios licenciados na freguesia onde se insere o Plano face ao concelho, apesar da sua global diminuição; • Quantidade elevada de equipamentos de educação e desportivos; • Presença da VICEG que estabelece boas acessibilidades entre o território em estudo e o centro da cidade da Guarda e a rede nacional de autoestradas; • Rede de transportes públicos abrange a área do Plano, contemplando um total de 17 paragens de autocarro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aglomerados urbanos desconectados, havendo interrupções na malha viária e estrangulamentos na malha urbana; • Défice de conexão e articulação entre os aglomerados urbanos presentes na área do Plano; • Elevada utilização do automóvel; • Défice de passeios nos arruamentos; • Reduzida mobilidade por modos suaves; • Inexistência de ruas arborizadas e de estrutura verde urbana coerente; • Défice de espaços verdes urbanos, capazes de proporcionar benefícios ambientais e sociais.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
SOCIOECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população residente na freguesia onde se insere o Plano, em oposição à diminuição verificada num contexto municipal; • População residente na área do Plano é menos envelhecida face à realidade da freguesia onde se insere; • Maior número de pessoas com qualificações elevadas face à realidade da freguesia onde se insere; • Setor terciário como protagonista ao nível das atividades económicas e do emprego (cerca de 60%); • Área de atividades económica com localização estratégica em termos de acessibilidades; • Área de atividades económica com potencial de crescimento; • Baixas taxas de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • População afeta ao setor primário reduzida, levando difícil sustentação das áreas agrícolas e florestais presentes no Plano.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Boa qualidade do Ar; • Maioria dos cursos de água apresenta boa qualidade global das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão agrícola na qualidade do estado das massas de água.

III.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

III.2.1. Enquadramento no PDM em vigor

Nesta área encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal da Guarda, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/94, de 20 de julho, e alterado pela Declaração n.º 275/2002, de 4 de setembro, e pela Declaração n.º 351/2002, de 19 de novembro.



Fonte: Planta de Ordenamento do PDM da Guarda em vigor.

Figura III.3 – Enquadramento do PU do Cabroeiro no PDM da Guarda

A área do Plano encontra-se integrada nas seguintes categorias de espaço:

- Áreas Urbana e Urbanizável (Urbano e Urbanizável, Construção Condicionada, Indústria Existente e Indústria Prevista);

“CAPÍTULO II – ÁREA URBANA E URBANIZÁVEL

(...)

Artigo 7.º - Uso preferencial

1 – Os espaços englobados nesta área destinam-se essencialmente à localização de atividades residenciais, comerciais e de serviços, embora sejam permitidas outras utilizações, nomeadamente a industrial, desde que compatíveis com o uso principal e permitidas pela legislação específica aplicável.

(...).”

- Área Rural (Áreas de Mata e Uso Florestal a Manter);

“CAPÍTULO III – ÁREA RURAL

(...)

Artigo 20.º - Uso preferencial

1 – As classes de espaço englobadas nesta área destinam-se essencialmente a matas ou a uso agrícola e florestal, não podendo ser utilizadas para urbanização ou construção, com exceção das situações previstas nos artigos 21º e 23º e nas condições de compatibilidade referidas no artigo 24º.”

- Áreas de Salvaguarda Estrita (Reserva Agrícola Nacional).

“CAPÍTULO IV – ÁREA DE SALVAGUARDA ESTRITA

(...)

Artigo 28.º - Reserva Agrícola Nacional

1 – Os espaços de RAN estão incluídos nesta área e encontram-se delimitados na carta de condicionantes e nas cartas de ordenamento de acordo com o publicado no Diário da República (Portaria n.º 165/93, de 11 de fevereiro).

2 – É aplicável a estes espaços a legislação específica em vigor. (...).”

Refere-se, ainda, que a área de estudo inclui a unidade operativa de planeamento e gestão designada de UO2 – Plano de Pormenor dos Terrenos Envolventes do Acesso ao IP2 (zona de expansão do centro). Porém, até à data, não se realizaram quaisquer desenvolvimentos sobre esta unidade.

III.2.2. Relação com os Planos de Pormenores em vigor

Pela proximidade à área do Plano em estudo e, conseqüentemente, pelas potenciais repercussões, enquadram-se os seguintes Planos de Pormenor:

- PP para a **Zona do Mercado Municipal e Centro Coordenador de Transportes** (Aviso n.º 21773/2008, de 12 de agosto – 1ª Publicação);
- PP do **Novo Pólo Industrial da Guarda** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2007, de 24 de julho – 1ª Publicação, alterado através do Aviso n.º 9666/2017, de 22 de agosto – 1ª Publicação);
- PP do **Parque Urbano do Rio Diz** (Aviso n.º 17029/2018, de 23 de novembro – Revisão).



Fonte: Própria.

Figura III.4 – Enquadramento do PU do Cabroeiro com os PP de proximidade

O PP para a Zona do Mercado Municipal e Centro Coordenador de Transportes tem por objetivo desenvolver e concretizar uma proposta de organização espacial que promova a renovação e revitalização urbana da área de intervenção.

O PP do Novo Pólo Industrial da Guarda foi elaborado para dar resposta à significativa procura sentida no concelho da Guarda para a localização de pequenas e médias indústrias. Os objetivos consistem em tornar a cidade da Guarda num centro capaz de articular cadeias logísticas nacionais e internacionais melhorar a oferta de infraestruturas e de gestão de transportes terrestres, desenvolver de forma coordenada políticas de desenvolvimento industrial e logístico, bem como redes de telecomunicações e de serviços, de forma a potenciar fluxos de informação entre empresas, bem como valorizar o enquadramento paisagístico e ambiental da área.

O PP do Parque Urbano do Rio Diz promove a preservação e a promoção dos valores ambientais e paisagísticos da área de intervenção como fundamental à valorização do enquadramento e vivência da cidade da Guarda e, ainda, a articulação funcional e territorial entre a área de intervenção e a cidade, garantindo a continuidade da estrutura verde e dos percursos afetos à mobilidade suave. A sua revisão teve como objetivo geral a adequação às novas condições económicas e sociais, substancialmente diferentes das que determinaram a sua elaboração.

III.2.3. Antecedentes

O Plano de Urbanização em estudo corresponde à primeira proposta apresentada para o território em questão, não havendo antecedentes do Plano, nem de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

III.2.4. Fundamentação

A elaboração dos instrumentos de gestão territorial têm como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que é a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), que vieram introduzir alterações substanciais ao nível da qualificação do solo urbano.

O PUC enquadra-se no Plano Diretor Municipal da Guarda, em que parte da sua área territorial é abrangida por categorias de Solo Urbano categorizadas como "Área Urbana e Urbanizável", encontra-se atualmente desatualizado no novo enquadramento legislativo, que determina a extinção da categoria de solo urbanizável e a sua reclassificação em áreas de Solo Rústico.

Assim, o Plano de Urbanização pretende enquadrar estas novas matérias, realidades e/ou normas em vigor e rever a classificação do solo no território em questão, tendo em conta a realidade atual do local e do concelho, respondendo à evolução das suas condições ambientais, económicas, sociais, culturais e políticas.

III.2.5. Objetivos

O Plano iniciou-se após a deliberação de Câmara no dia 25 de junho de 2018, publicada através do Aviso n.º 10332/2018, de 31 de julho, onde foram definidos os seguintes objetivos programáticos:

- *"Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;*

- *Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão em articulação com a malha urbana envolvente;*
- *Consolidação e estruturação das áreas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;*
- *Aumento da área do Parque Industrial;*
- *Instituição de um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia, do corredor afeto à via de ligação à VICEG;*
- *Redefinição do limite do solo urbano e detalhe da ocupação nas áreas ainda livres.”*

O Plano de Urbanização do Cabroeiro teve como ponto de partida os objetivos descritos, porém o desenvolvimento dos estudos de caracterização desenvolvidos pela equipa deram origem a uma proposta de Modelo Territorial assente na incorporação de novos objetivos que atendessem sobretudo à salvaguarda e continuidade dos ecossistemas naturais, por serem entendidos como sistemas que promovem diversos serviços, nomeadamente de cariz ecológico, ambiental e social, concorrendo assim, para o desenvolvimento sustentável deste território.

O modelo territorial proposto para a área do Plano assenta em três sistemas estruturantes:

- ***“Estrutura verde***, incluindo as áreas de salvaguarda mais estrita e as áreas de potencial ecológico e recreativo, enfatizando as possíveis conexões para fora da área do Plano e garantido a sua “penetração” nos tecidos urbanos, identificando as categorias de solo rústico a considerar;
- ***Estrutura de mobilidade***, estabelecendo as vias estruturantes e de ligação no território em causa, bem como os percursos de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados e promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- ***Uso do solo urbano***, identificando as áreas a afetar aos usos urbanos de forma a favorecer complementaridades e salvaguardar compatibilidades, como sejam os equipamentos, as áreas de atividade económica e os espaços habitacionais, bem como os bairros enquanto unidades de vizinhança a estruturar e potenciar”.

Posto isto, torna-se pertinente para o presente estudo de Avaliação Ambiental Estratégica a incorporação de três novos objetivos que reflita o delineado pelo Modelo Territorial na fase de caracterização, que é a base do Plano proposto. Assim, são também considerados os seguintes objetivos:

- Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
- Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;

- Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

Concluindo, para o presente trabalho foram considerados os objetivos descritos no Quadro III.3, uma compilação e adaptação dos objetivos mencionados, aproximando-se dos objetivos traduzidos pelo Modelo Territorial definido e pela Proposta de Plano.

Quadro III.3 – Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro (Adaptação)

OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • (O1) Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;
<ul style="list-style-type: none"> • (O2) Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;
<ul style="list-style-type: none"> • (O3) Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;
<ul style="list-style-type: none"> • (O4) Aumento da área do Parque Industrial;
<ul style="list-style-type: none"> • (O5) Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
<ul style="list-style-type: none"> • (O6) Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;
<ul style="list-style-type: none"> • (O7) Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

III.2.6. Elaboração do Plano de Urbanização do Cabroeiro

O Plano de Urbanização do Cabroeiro, atualmente com a Proposta concluída, foi elaborado em duas fases:

- **Trabalhos Preparatórios (Fase 1);**
 - Caraterização do território, englobando o enquadramento territorial, o enquadramento em Planos de ordem superior, a caracterização biofísica, a caracterização socioeconómica e, por fim, a caracterização do edificado;
 - Síntese e Diagnóstico;
 - Modelo Territorial, desenvolvendo uma estratégia e objetivos para o território;
- **Proposta de Plano (Fase 2).**

O desenvolvimento do presente Relatório Ambiental incidiu sobre os Objetivos do PUC, tendo sido considerados os anteriormente elencados, e a Proposta de Plano já desenvolvida, contando com as seguintes peças:

Quadro III.4 – Peças da Proposta de Plano (Fase 2)

	PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO Proposta de Plano
PEÇAS ESCRITAS	<ul style="list-style-type: none">• Relatório• Regulamento• Relatório de Exclusões da Reserva Agrícola Nacional (RAN)
PEÇAS DESENHADAS	<ul style="list-style-type: none">• Planta de Zonamento – Qualificação funcional• Planta de Zonamento – Estrutura ecológica• Planta de Condicionantes• Planta de Enquadramento• Extrato das Plantas de Ordenamento e Condicionantes do PDM em vigor• Planta de Situação existente• Planta de Infraestruturas• Planta de Rede viária – Hierarquia• Planta de Rede viária – Sentidos• Planta de Rede viária – Perfis-Tipo• Planta de Mobilidade suave• Planta de Compromissos urbanísticos

IV. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da AAE do Plano de Urbanização do Cabroeiro foram definidos no Relatório de Definição do Âmbito que constituiu a primeira fase deste procedimento.

Os FCD são os temas fundamentais vistos como fatores de sucesso numa decisão estratégica, sobre os quais a AAE se irá debruçar para efetuar uma avaliação ambiental adequada da Proposta do Plano.

Recorda-se que, a definição dos FCD foi consequente da análise das **Questões Estratégicas do Plano**, aqui entendidas como os seus objetivos, do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE), que engloba os instrumentos de gestão territorial (IGT) com incidência na área do Plano, e dos **Fatores Ambientais**, que estão legalmente estabelecidos.

No presente documento apresentam-se as alterações consequentes da ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas, nomeadamente o ajuste dos Fatores Críticos para a Decisão definidos na Definição de Âmbito, integrando novos Objetivos de sustentabilidade e novos Indicadores.

Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico e à análise do Fatores Ambientais, não foram sugeridas novas integrações e/ou alterações pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas que se pronunciaram. Assim sendo, optou-se por apresentar uma síntese destas análises.

IV.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O quadro de referência estratégico constitui o macro-enquadramento da avaliação ambiental, criando um referencial para a mesma. Reúne os macro-objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível europeu, transpostos para ordem jurídica interna nacional e regional que são relevantes para a avaliação, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o Plano estabelece relações.

Apresenta-se o QRE estabelecido na fase anterior – Relatório de Definição do Âmbito:

Quadro IV.1 – Quadro de Referência Estratégico

	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
ÂMBITO NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal 2020 (Acordo de Parceria) • Portugal 2030 (Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020) • Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2030 (PNPOT) • Programa de Valorização do Interior (PVI) (Revisão do Programa Nacional para a Coesão Territorial – PNCT) • Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) • Plano Nacional da Saúde 2020 (PNS) • Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000) • Estratégia Turismo 2027 (ET27) • Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) • Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) • Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) • Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) • Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2030 (PNAC 2030) • Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020) • Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) • Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) • Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) • Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020) • Lei da Água (transpondo a Diretiva Quadro da Água - DQA) • Plano Nacional da Água (PNA) • Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2020 (PNUEA 2020) • Plano Estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020) • Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) • Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 (ENEA 2020)
ÂMBITO REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Centro (Proposta de PROT-Centro) • CENTRO 2020 – Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) • Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) • Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro - RH3 (PGRH3)
ÂMBITO SUB-REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela 2020 (EIDT-BSE); • Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE) • Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE)

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	
ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (CS2020) • Plano Diretor Municipal da Guarda (PDM) • Plano Estratégico de Desenvolvimentos Urbano de Guarda (PEDU) • Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda (PMDFCI) • Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Guarda (PMEPC) • Plano Rodoviário Municipal da Guarda 2020-2040 (PRM2020-2040)

No Relatório da Definição do Âmbito selecionaram-se os objetivos dos instrumentos elencados, considerados referenciais estratégicos, que foram utilizados no enquadramento do processo de elaboração e avaliação do Plano de Urbanização do Cabroeiro. Nesta análise procurou detetar-se potenciais situações de conflitos entre os objetivos e ações definidas pelo PUC e as orientações definidas no QRE.

Assim sendo, foram analisadas as suas compatibilidades, ou correspondências, através de uma matriz que classifica o grau de convergência entre os objetivos, como “correspondência fraca, média e forte”. Esta análise consta no Anexo I, sendo a sua síntese descrita no ponto que se segue.

IV.1.1. Síntese

Apresenta-se no Quadro IV.2 a síntese do quadro de referência estratégico resultante e a sua inter-relação com os objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro equacionados na Definição do Âmbito, da qual concluímos que, de forma geral, todos os objetivos estabelecidos do PU do Cabroeiro têm correspondência, diretas ou indiretas, nos objetivos estabelecidos nos documentos de planeamento estratégico, nacional, regional, sub-regional e municipal, considerados e referenciados como quadro de referência estratégico (QRE).

Destaca-se o Plano Diretor Municipal da Guarda, por ser o que apresenta uma maior correspondência com os objetivos do PU, conseqüente de uma maior aproximação relativamente às escalas de incidência. No âmbito nacional, regional e/ou sub-regional, o Programa de Valorização do Interior, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Centro e o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela são os instrumentos que apresentam uma maior correspondência.

Porém, tal correspondência nem sempre é direta e clara com todos os IGT analisados, devido, essencialmente, às diferenças de escala, setores e de especificidade atuação dos referidos planos. Salienta-se as não convergências fortes ou médias com o PERSU 2020 e o ENEA 2020, devido à especificidade dos instrumentos, não significando que o território

do PUC não concorra atualmente e/ou futuramente para os objetivos delineados pelos instrumentos em questão.

Quadro IV.2 - Síntese da relação entre os Objetivos do PUC com o QRE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
Portugal 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Portugal 2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PNPOT 2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PVI	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
NGPH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PNS 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PRN2000	<i>Em concordância</i>						
ET27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ENCNB 2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ENF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PNDFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAEC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PNAC 2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ENAAC 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ENE 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PNAEE e PNAER	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ENAR 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lei da Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PNA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PNUEA 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PENSAAR 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PERSU 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ENEA 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proposta de PROT-Centro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Centro 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROF-CI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PGRH3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIDT-BSE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PIAAC-CIMBSE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PAMUS-BSE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ÂMBITO MUNICIPAL	CS2020							
	PDMG							
	PEDU							
	PMDFCI							
	PMEPC							
	PRM2020-2040	<i>Em concordância</i>						

Correspondência fraca
 Correspondência média
 Correspondência forte

Analisando ao nível dos objetivos delineados pelos IGT, o Objetivo 7 (O7) do PUC é o que apresenta maior número de correspondências, 61 correspondências fortes com objetivos dos planos analisados. Este pretende a “promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana”, valorizando assim o território e as suas valências ecológicas, nomeadamente através de corredores verdes que tenderão a integrar grandes faixas que conectam ecossistemas, como por exemplo as linhas de água presentes na área em estudo. Entendeu-se, também, que o objetivo contemplará outras questões ambientais e ecológicas como: Melhoria da qualidade do ar, Desenvolvimento sustentável, Mobilidade sustentável, Exploração e uso dos recursos naturais de forma eficiente e sustentável, Adaptação às alterações climáticas, Resiliência dos ecossistemas, Valorização da natureza, entre outros.

Os restantes objetivos também representam significativas convergências com os planos analisados, designadamente os objetivos O5 e O6 apresentam 25 convergências fortes e o O4 apresenta 11 convergências fortes. Os objetivos O1, O2 e O3, perfazem um menor número de convergências fortes, porém não deixam de ter convergências com alguns dos instrumentos analisados, nomeadamente os mais direcionados para a estrutura urbana e os que incidem sobre uma escala mais aproximada do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Assim, pode concluir-se que as questões estratégicas que orientam o Plano de Urbanização do Cabroeiro estão em completa consonância com as orientações estratégicas de Âmbito superior aplicáveis ao território em estudo.

IV.2. FATORES AMBIENTAIS

Os fatores ambientais definem o âmbito ambiental relevante, tendo sido orientados pela definição dos fatores legalmente estabelecidos. Os fatores ambientais a analisar, e que contribuem para os FCD, devem ser ajustados a cada caso específico, função da focagem estratégica, da escala de avaliação e, conseqüentemente, da sua relevância. Os fatores ambientais a considerar são os constantes no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de

junho, nomeadamente a biodiversidade, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, população, saúde humana, bens materiais, património cultural e paisagem.

No quadro seguinte apresenta-se a análise dos Fatores Ambientais elaborada na fase anterior – Relatório de Definição do Âmbito, designadamente as relações entre os fatores ambientais e os objetivos do Plano em análise.

Quadro IV.3 – Identificação dos fatores ambientais relevantes em função dos Objetivos do PUC

FATORES AMBIENTAIS DL nº 232/2007	FATORES RELEVANTES PARA O PUC						
	01	02	03	04	05	06	07
Biodiversidade							
Fauna							
Flora							
Solo							
Água							
Atmosfera							
População							
Saúde humana							
Bens materiais							
Património cultural							
Paisagem							
Fatores climáticos							

Torna-se evidente que o fator População é o que assume maior relevância no Plano de Urbanização do Cabroeiro, sendo salvaguardado por todos os objetivos do Plano. Seguidamente, os Bens materiais (O2, O3, O4), os Fatores climáticos, a Atmosfera e a Saúde humana (O5, O6, O7) são salvaguardados e valorizados de forma direta ou indireta por 3 objetivos.

A destacar que nenhum dos eixos trata diretamente os fatores climáticos, porém entende-se que se responda a este fator ambiental através da “amenização climática e conforto urbanos” (O5), da “criação de uma estrutura de mobilidade suave” (O6) e da “salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas” (O7).

Podemos ainda concluir com esta análise que o Objetivo 7 é o que responde de forma mais direta aos fatores ambientais elencados, objetivo esse que foi determinado a partir das estruturas definidas para o Modelo Territorial do PU do Cabroeiro.

IV.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO - CRITÉRIOS

Da abordagem integrada dos objetivos do PUC, que na presente análise serão as Questões Estratégicas (QE), e as suas interações com os vários instrumentos nacionais e regionais de referência (QRE) e com os fatores ambientais legalmente estabelecidos (FA) e, atendendo ainda às dinâmicas que se conhecem na área de intervenção, identificaram-se os Fatores Críticos para a Decisão¹ (FCD) apresentados nos pontos seguintes. O esquema da figura seguinte ilustra a abordagem utilizada na definição dos FCD.

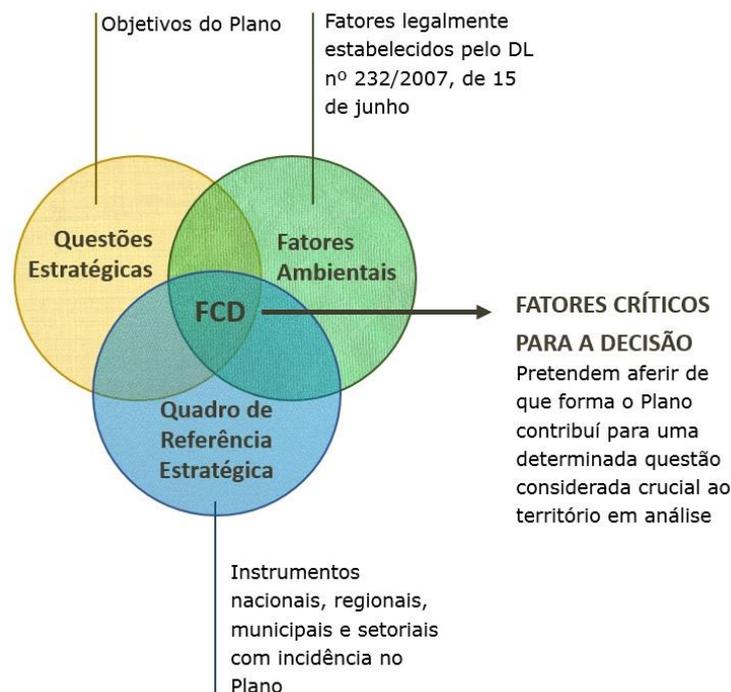


Figura IV.1 – Fatores Críticos para a Decisão – análise integrada (Adaptado de Partidário, 2007)

Ecosistemas naturais e rurais – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a salvaguarda e valorização dos ecossistemas naturais e rurais, nomeadamente os vales presentes na área do Plano que revelam elevado interesse ecológico e paisagístico. Em específico, pretende-se avaliar a contribuição do Plano na evolução dos ecossistemas ripícolas, promovendo vegetação adequada, a preservação da vegetação autóctone presente, nomeadamente as matas de carvalhos e castanheiros, e ainda, a preservação do carácter rural, nomeadamente as estruturas vernáculas como os muros de pedra, as casas de pedra e os sistemas agrícolas que subsistem. Consideraram-se os critérios **valores naturais** e **valores paisagísticos**.

Urbanismo – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o plano contribui para um adequado sistema urbano, englobando a colmatagem e coesão da malha urbana, a

¹ Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a Avaliação Ambiental se deve debruçar para melhor satisfazer os objetivos ambientais e um futuro mais sustentável. Resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico (QRE), das Questões Estratégicas (QE) e do objeto de avaliação e dos Fatores Ambientais (FA).

criação e melhoria de espaços públicos, nomeadamente novos espaços verdes, bem como do seu conforto bioclimático, através da arborização das ruas, contribuindo assim para a qualidade urbana. Pretende-se, também, a componente urbana do Plano contribuir para um desenvolvimento sustentável do território. São avaliados aspetos como a promoção da mobilidade suave e dos meios de transportes públicos. Consideram-se os critérios **qualidade urbana** e **sustentabilidade urbana**.

Socioeconomia – Neste FCD pretende-se aferir de que forma o plano contribui para o aumento da população, algo que é expectável pela sua proximidade ao centro da cidade, avaliando-se a criação de ligações de proximidade entre este último e o Parque Industrial. Pretende-se, ainda, avaliar a contribuição do Plano na promoção de instalação de empresas, e consequente criação de emprego. Consideram-se os critérios **população** e **economia**.

Ambiente – Com este FCD pretende-se aferir de que forma o PU contribui para a melhoria da qualidade ambiental e para um território mais resiliente e sustentável. Assim, avaliam-se as contribuições do Plano na manutenção da qualidade das massas de água e do ar. Uma vez que na área do Plano se inclui o Parque Industrial, uma extensa área agrícola contígua a linhas de água, avalia-se ainda a eficácia das infraestruturas básicas, como estratégia de prevenção de contaminação e redução das perdas de água. Pretende-se ainda conhecer, de que forma o Plano contribui para a execução de medidas e ações que contribuam para a adaptação do território às alterações climáticas. Consideram-se os critérios **qualidade ambiental** e **alterações climáticas**.

No Quadro IV.4 são analisados os FCD a utilizar na avaliação ambiental estratégica, com identificação dos respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir e indicadores propostos. Os indicadores apresentados na fase anterior, Definição do Âmbito/Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, sofreram alguns ajustes com vista a melhorar a sua função e aferição.

Os indicadores selecionados pretendem dar uma medida da progressão em direção ao objetivo estabelecido, relativamente ao aspeto crítico em análise. A sua seleção foi condicionada pela dificuldade na obtenção de informação que permita o seu cálculo. Na definição de indicadores tentou optar-se por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos.

No desenvolvimento da Avaliação Ambiental os FCD, os Critérios de avaliação, bem como os Objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados, poderão ser complementados e ajustados de modo a constituir uma ferramenta sólida de monitorização.

Assim sendo, foi ajustado 1 Objetivo de sustentabilidade e 4 Indicadores para uma melhor aferição. Ainda neste contexto, foram consideradas as observações apresentadas pelas entidades consultadas, que se consideraram adequadas, levando à redefinição de 1 e à introdução de 4 novos Objetivos de sustentabilidade e, consequentemente, introduzidos novos Indicadores de aferição, como abaixo elencados.

Quadro IV.4 - Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores

FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)
ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	Valores naturais	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE)^I. 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água (CMG); Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total (%) (CMG); Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais (CMG).
	Valores paisagísticos	<ul style="list-style-type: none"> Preservação do carácter rural associado aos vales. 	<ul style="list-style-type: none"> Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas (CMG)^{II}; Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais (CMG); Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica (CMG)^{III}.
URBANISMO	Qualidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> Colmatação e coesão da malha urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente) (CMG); Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar (%) (CMG)^{IV}; Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços verdes urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos (m²/habitante) (INE/CMG); Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos (%) (CMG)^V.
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas (%) (CMG).
	Sustentabilidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso dos transportes públicos pela população. 	<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens) (%) (CMG/TUG); Frequência diária dos transportes públicos (paragens/dia) (CMG/TUG); Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos (n.º) (CMG/TUG).

^I Objetivo de sustentabilidade ajustado para melhor aferição, anterior "Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água".

^{II} Indicador ajustado para melhor aferição, anterior "Peso de prédios rústicos em abandono, ou que não sejam compatíveis paisagisticamente com o território rural envolvente, face à área total de espaços agrícolas".

^{III} Indicador ajustado para melhor compreensão, anterior "Percentagem do território em solo rústico coberto pela Estrutura Ecológica".

^{IV} Indicador ajustado por este ser estático, anterior "Peso da área de expansão urbana prevista face à área urbana existente".

^V Indicador ajustado para melhor aferição, anterior "Nº e área de espaços verdes urbanos propostos".

		<ul style="list-style-type: none"> • Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitação da rede de mobilidade suave (ml/habitante) (CMG); • População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros) (%) (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o acesso a equipamentos coletivos.^I 	<ul style="list-style-type: none"> • População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros) (%) (CMG); • População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros) (%) (CMG); • População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros) (%) (CMG); • População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros) (%) (CMG).
SOCIOECONOMIA	População	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da população residente (%) (INE);
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação e integração profissional da população.^{II} 	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de qualificação da população residente (%) (INE); • Relação entre população empregada e desempregada (%) (INE); • N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (IEFP).
	Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a instalação de empresas no Parque Industrial.^{III} 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados (CMG)^{IV}; • Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar (%) (CMG).
AMBIENTE	Qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução do estado de qualidade das águas superficiais (APA).^V
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma gestão adequada da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas) (APA); • Índice da qualidade do ar (APA).
		<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados.^{VI} 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros) (%) (CMG); • Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros) (%) (CMG).

^I Objetivo de sustentabilidade introduzido, por sugestão das ERAE, para melhor aferição do estado do território ao nível da Sustentabilidade urbana.

^{II} Objetivo de sustentabilidade introduzido, por sugestão das ERAE, para melhor aferição do estado do socioeconómico inerente à área do Plano.

^{III} Objetivo de sustentabilidade ajustado para maior especificidade, anterior "Promover a instalação de empresas no Parque Industrial, e consequente criação de emprego".

^{IV} Indicador ajustado por falta de informação, anterior "N.º de edifícios licenciados para empresas e estabelecimentos de atividades económicas no Parque Industrial (CMG)".

^V Indicador ajustado por dificuldades na sua aferição, anterior "N.º de agricultores afetos aos prédios rústicos portadores do cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos (APF)".

^{VI} Objetivo de sustentabilidade introduzido, por sugestão das ERAE, para melhor aferição do estado do território ao nível da Qualidade Ambiental, designadamente sobre Resíduos urbanos nos espaços habitacionais e industriais.

		<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficiência das Infraestruturas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA) (SMAS-G/CMG); Território coberto por infraestruturas de Saneamento de água residuais (AR) (%) (SMAS-G/CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável.^I 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano (CMG); Nº de edifícios em áreas de conflito (CMG).
		<ul style="list-style-type: none"> Prevenção de Riscos Tecnológicos.^{II} 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (CMG/APA); Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão (CMG/APA).^{III}
	Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE) (CMG/CIM-BSE); Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE (CMG/CIM-BSE).

^I Objetivo de sustentabilidade introduzido, por sugestão das ERAE, para melhor aferição do estado do território ao nível da Qualidade Ambiental, designadamente sobre Ruído.

^{II} Objetivo de sustentabilidade ajustado para uma maior especificidade, consequente de sugestão das ERAE, anterior "Prevenção de Riscos".

^{III} Indicador introduzido, consequente de sugestão das ERAE, para melhor aferição do estado do território ao nível da Qualidade Ambiental, designadamente sobre Prevenção de riscos tecnológicos.

V. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

V.1. ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS

V.1.1. Valores Naturais

Para o critério dos Valores Naturais pretende-se atingir dois Objetivos de sustentabilidade: a promoção das galerias ripícolas e a preservação e valorização das matas de vegetação autóctone. Estes dois objetivos são aferidos através de 2 indicadores (cada), como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro V.1 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Naturais

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE). 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 32% das linhas de água estruturantes apresentam galeria ripícola;
	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma.
<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 45% das áreas florestais são compostas por vegetação autóctone relevante;
	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma.

V.1.1.1. Situação Atual e Tendencial

Os valores naturais da área do Plano são protagonizados pelos seus vales de cariz rural com ausência de edificado, ocupados por prados naturais, espaços agrícolas e matas de vegetação autóctone. Os vales são estruturados pelas duas linhas de água afluentes do rio Diz, que desagua na margem esquerda do Rio Noéme, que por sua vez aflui ao Côa, integrando a grande Bacia Hidrográfica do Douro.

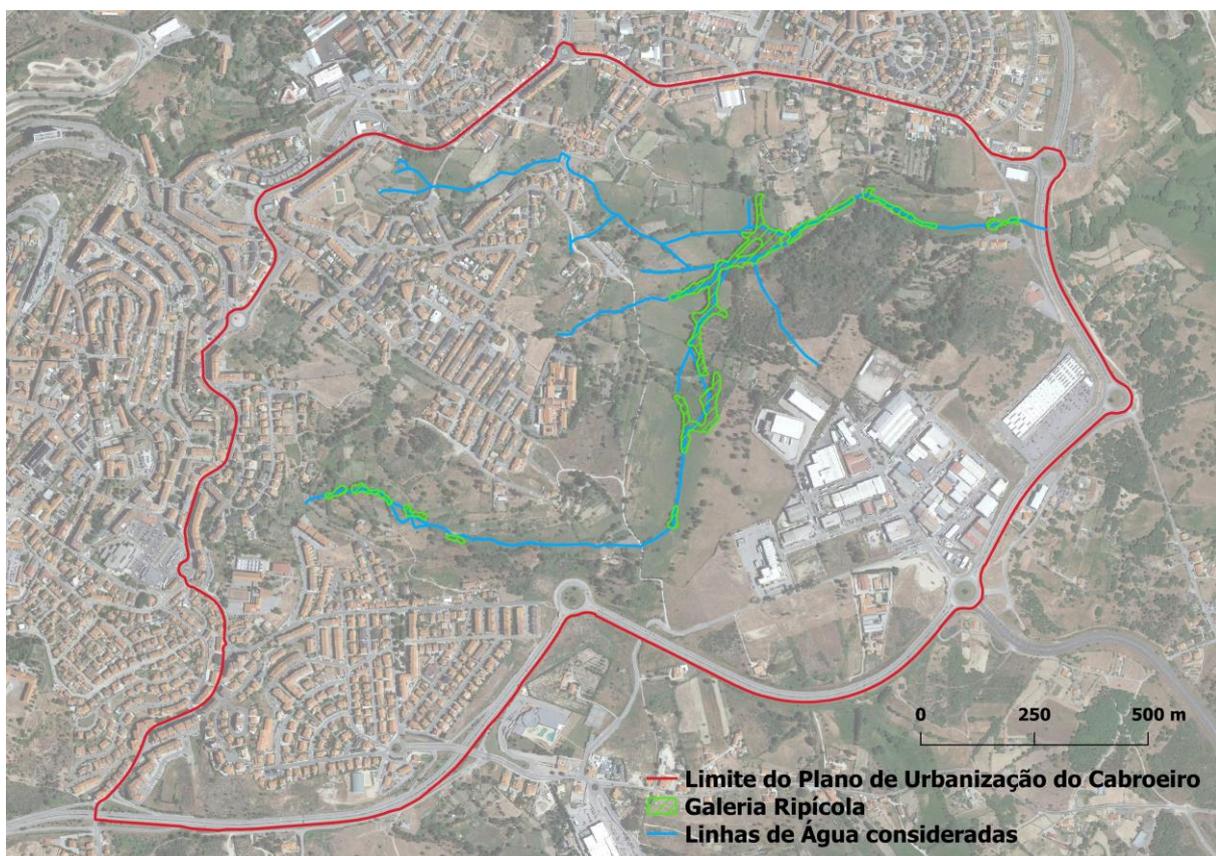
Esta ocupação não urbana dos vales torna-se um contributo crucial para a sustentabilidade dos recursos naturais, para a regulação climática da cidade da Guarda e para a conexão ecológica entre o urbano e o rural, tornando-se um espaço verde de cariz rural na encosta nascente da cidade da Guarda que, potencialmente, servirá a população da cidade da Guarda com inúmeros serviços dos ecossistemas, nomeadamente sociais, ambientais, ecológicos e, ainda, económicos.

Ao longo das linhas de água, que se desenvolvem através de dois vales, verifica-se a presença, embora fragmentada, de **vegetação ripícola**. Este tipo de vegetação contribui para o bom funcionamento do ciclo hidrológico, estabilizando as margens ribeirinhas,

purificando e aumentando a infiltração da água, contribuindo para uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

No seu conjunto, um ecossistema ripícola, que só é completo com a vegetação ripícola adequada e bem estruturada, é um *habitat* de extrema importância ecológica e ambiental, capaz de albergar inúmeras espécies singulares, e, também, um corredor ecológico que proporciona a propagação de flora e fauna, contribuindo para a manutenção, salvaguarda e qualificação dos valores naturais. Assim, a vegetação ripícola é um dos valores naturais a salvaguardar e a promover.

Na Figura V.1 é ilustrada a presença de galerias ripícolas ao longo das linhas de água estruturantes do Plano.



Fonte: Própria.

Figura V.1 – Relação entre a galeria ripícola e as linhas de água

Como podemos constatar, existe uma fragmentação deste *habitat*, verificando-se maior consistência e continuidade junto ao local de Lameira do Souto, depois da confluência das duas linhas de água. Ao todo, as linhas de água estruturantes presentes na área do Plano são acompanhadas por vegetação ripícola em, apenas, 32% da sua extensão (1934 metros em 6109 metros).

Embora a galeria ripícola não esteja desenvolvida, principalmente devido à atividade agrícola, é possível verificar a existência de alguns alinhamentos de espécies ribeirinhas, como amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros (*Salix* sp.) e freixos (*Fraxinus angustifolia*),

principalmente junto a caminhos e limites de campos agrícolas onde se localizam as linhas de água referidas.

Como podemos observar na Figura V.2, verifica-se uma forte presença de silvas (*Rubus* spp.), uma espécie com um comportamento infestante neste habitat. O excesso de propagação deste arbusto leva à obstrução do leito de cheia, dificultando o escoamento da linha de água e a implementação da galeria ripícola adequada.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

Figura V.2 – Rio estruturante do Plano, junto ao local de Lameira do Souto

Analisando a evolução das galerias ripícolas até à data, prevê-se que a tendência seja de aumento de vegetação com carácter infestante na sua composição, traduzindo-se numa obstrução do leito, num impedimento de desenvolvimento de vegetação adequada, capaz de promover um bom funcionamento do ciclo hidrológico, e numa maior fragmentação deste potencial corredor ecológico.

O aumento da fragmentação não é só esperado pela razão anteriormente mencionada, mas também, pela pressão do uso agrícola dos terrenos contíguos às linhas de água, nos quais se verificam a sua exploração até aos leitos impedindo o desenvolvimento da galeria ripícola, e conseqüentemente, contribuem para uma aceleração da deterioração das margens.

A falta de intervenção verificada, nomeadamente ações de recuperação e/ou reabilitação, contribui para o agravamento deste cenário previsto.

As áreas onde predomina a **vegetação de porte arbóreo** são ocupadas por espécies bem adequadas ao local, não invasoras.

A espécie mais abundante na área em estudo é o pinheiro-bravo (*Pinus Pinaster*), ideal na proteção dos ventos, que se encontram em manchas relativamente dispersas por todo o solo não urbano, em comunidades mais ou menos abertas.

Destacam-se, pela sua importância ecológica, ambiental e paisagística, as manchas florestais de duas espécies autóctones, nomeadamente os carvalhos (*Quercus* sp.) e os castanheiros (*Castanea sativa*), duas das folhosas mais comuns em Portugal, sendo que os carvalhos mais comuns da região da Beira da Alta são o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e o Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*).

A mancha florestal de carvalhos mais significativa da área do Plano localiza-se na encosta virada a norte do vale do afluente do rio Diz, a nordeste do Plano.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

Figura V.3 – Mancha florestal de Carvalhos

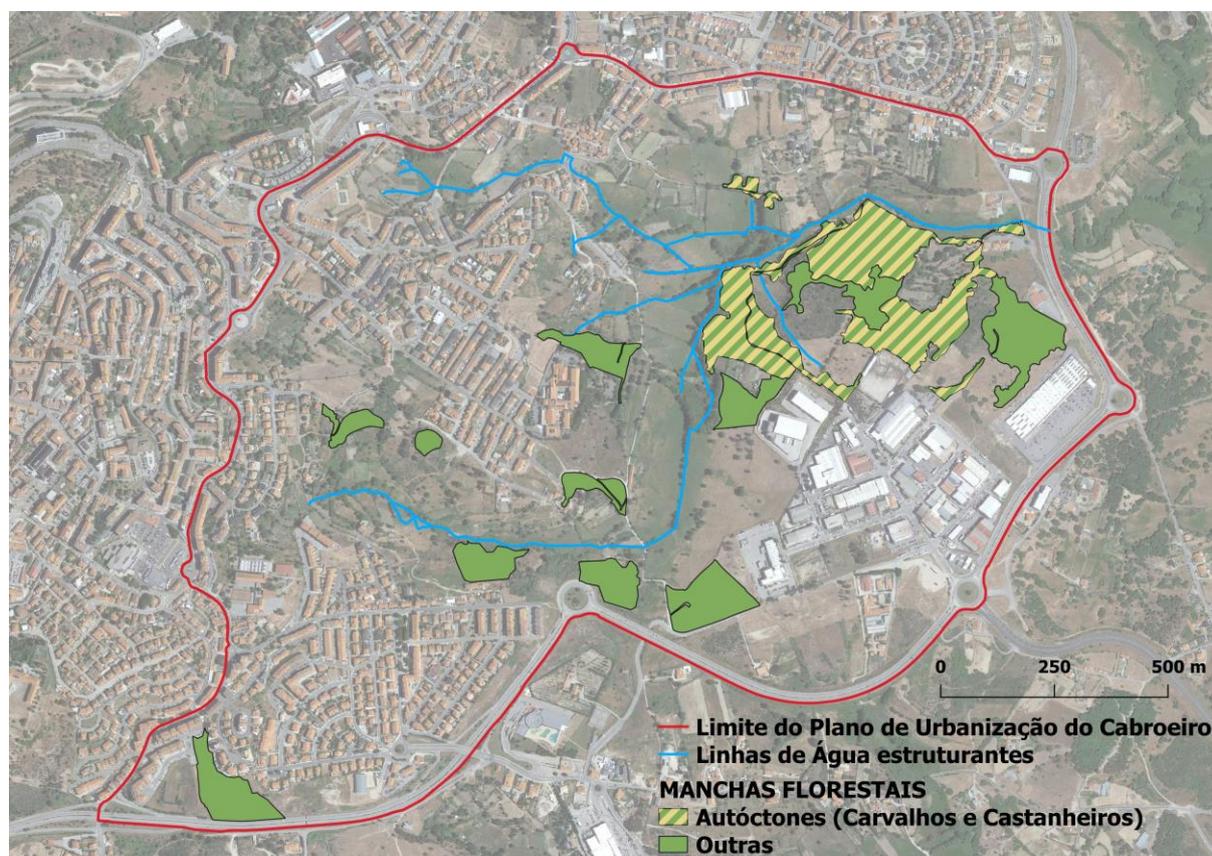
Os castanheiros estão presentes, em alinhamento com os carvalhos, ao longo do caminho rural como podemos observar na Figura V.4, localizados na margem direita da linha de água estruturante. Trata-se de um caminho de grande interesse paisagístico e com potencial para uma componente social e recreativa, tanto pelas suas paisagens agroflorestais circundantes, como também pelo seu conforto bioclimático, proporcionado pela vegetação arbórea e pela proximidade à linha de água permanente.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

Figura V.4 – Alinhamento arbóreo de Castanheiros e Carvalhos

Na Figura V.5 é ilustrada a localização das manchas florestais da área do Plano, distinguindo as compostas por vegetação arbórea autóctone considerada relevante, nomeadamente os carvalhos e castanheiros.



Fonte: Própria.

Figura V.5 – Manchas florestais (destacando as espécies arbóreas autóctones relevantes)

As manchas florestais de vegetação autóctone considerada relevante ocupam, aproximadamente, 10 hectares dos cerca de 23 hectares de áreas florestais existentes, representando 45% dessas áreas.

Consequente da tendência atual de abandono das atividades rurais, prevê-se o aumento do aparecimento espontâneo do Castanheiro e dos Carvalhos típicos desta zona fitogeográfica. É expectável que esta tendência se verifique, maioritariamente, nas zonas de encostas e zonas altas da área do Plano, sendo terrenos menos férteis que os contíguos às linhas de água e, por isso, menos propensos à manutenção das atividades agropecuárias.

Em contrapartida, é expectável um crescimento desordenado e potencialmente desadequado das espécies autóctones relevantes, uma vez que se pretende, também, uma função recreativa e de lazer dos espaços de cariz rural. A falta de intervenção verificada, nomeadamente ações de recuperação e/ou reabilitação, contribui para o agravamento deste cenário previsto. Esta tendência poderá ser anulada através de intervenções ou, apenas, de um acompanhamento adequado do crescimento espontâneo das espécies nestas áreas.

V.1.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

A avaliação das opções estratégicas para o Plano baseia-se na análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos decorrentes dos objetivos definidos para o Plano, que no presente caso são as Opções estratégicas para o Plano, face aos FCD. Os FCD permitem a focalização de alguns temas que se entendem cruciais para um desenvolvimento sustentável do território em análise.

O Quadro V.2 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Valores Naturais**, pertencente ao FCD **Ecosistemas Naturais e Rurais**.

Quadro V.2 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ecosistemas Naturais e Rurais e CA Valores Naturais

FCD – ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS		
OBJETIVOS	CA – VALORES NATURAIS	
	Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE)	Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante
Q1 Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;	 Destruição/Descontinuidade da Galeria Ripícola (0,4% da galeria ripícola existente é destruída, 4% da extensão das Linhas de água estruturantes não poderão ter galeria ripícola)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

FCD – ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS		
OBJETIVOS	CA – VALORES NATURAIS	
	Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE)	Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante
<p>02</p> <p>Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;</p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>
<p>03</p> <p>Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;</p>	<p>☹️</p> <p>Descontinuidade da Galeria Ripícola (4% da extensão das Linhas de água estruturantes não poderão ter galeria ripícola)</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>
<p>04</p> <p>Aumento da área do Parque Industrial;</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p>☹️</p> <p>Destruição das Matas de vegetação autóctone relevante (28% da existente é destruída)</p>
<p>05</p> <p>Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;</p>	<p>☹️</p> <p>Descontinuidade da Galeria Ripícola (1% da extensão das Linhas de água estruturantes não poderão ter galeria ripícola, porém 0,7% é intersectado por vias integradas na EE – Ruas a arborizar)</p>	<p>☹️</p> <p>Destruição das Matas de vegetação autóctone relevante (5% da existente é destruída, integra os anteriores 28%)</p>
<p>06</p> <p>Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;</p>	<p>😊</p> <p>A criação de uma rede de mobilidade suave, nomeadamente em contexto rural, irá contribuir para a preocupação paisagística de promoção de galerias ripícolas (Contributo indireto)</p>	<p>😊</p> <p>A criação de uma rede de mobilidade suave, nomeadamente em contexto rural, irá contribuir para a preocupação paisagística de preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante (Contributo indireto)</p>
<p>07</p> <p>Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	<p>😊</p> <p>A promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas levará à promoção dos ecossistemas ripícolas e, consequentemente, das galerias ripícolas</p>	<p>😊</p> <p>A promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas levará à promoção dos ecossistemas florestais e, consequentemente, matas de vegetação autóctone relevante</p>

😊 Contributo positivo – OPORTUNIDADE ☹️ Contributo neutro ou pouco significativo ☹️ Contributo negativo - RISCOS

V.1.1.3. Avaliação das Propostas do Plano

A avaliação das propostas para o Plano baseia-se na análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos decorrentes da Proposta de Plano, que inclui as peças desenhadas elencadas no ponto III.2.6, face aos FCD.

As **galerias ripícolas** estão associadas, ou pretendem estar, às linhas de água estruturantes (LAE), que por sua vez estão integradas em dois tipos de categorias que as salvaguarda, nomeadamente "Espaços Agrícolas de Salvaguarda" (em solo rústico) e "Áreas Verdes de Proteção" (em solo urbano).

A categoria "Espaços Agrícolas de Salvaguarda" apresenta as seguintes disposições de promoção de galerias ripícolas:

*"SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS**Artigo 20.º - Regime**(...)**3 – As construções, usos ou atividades compatíveis só são autorizadas desde que sem prejuízo do estabelecido para a estrutura ecológica municipal, (...)"*

Remetendo para o estabelecido pela Estrutura Ecológica, que apresenta a seguinte disposição:

*"SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA**Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental**(...)**3 – Nestas áreas aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, cumulativamente com as seguintes disposições:**(...)**c) Preservação da galeria ripícola dos cursos de água;**(...).*

Parte das linhas de água estruturantes também estão integradas em de categorias que não as salvaguarda, nomeadamente "Espaços de Equipamentos - Proposto" e "Áreas de predominância de habitação unifamiliar – A estruturar", ambas em solo urbano. E, ainda, são atravessadas por algumas vias estruturantes e de ligação viária, impedindo a continuidade das galerias ripícolas com funções de corredor ecológico.

Porém, apenas 9% da extensão das linhas de água estruturantes se integram nas situações acima referidas, nomeadamente 5% intersectadas pela rede viária prevista, ou proposta, e 4% pelas categorias de solo urbano não compatíveis.

As galerias ripícolas são, também, fortemente promovidas pela Estrutura Ecológica, nomeadamente pela EE Fundamental, que abrange 96% das linhas de água estruturantes, com uma margem mínima de 10 metros, ficando apenas 4% sem qualquer salvaguarda ou promoção no âmbito do Plano, mas salvaguardadas pela aplicação da lei geral. A disposição de promoção das galerias ripícolas proveniente da EEF é a anteriormente elencada - Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 3 e alínea c).

Embora seja um contributo indireto, a proposta de uma ecovia, que é contígua a 53% das LAE, poderá contribuir para a promoção das galerias ripícolas, uma vez que aos percursos deverá estar subjacente arborização de modo a promover o conforto bioclimático e a valorização paisagística do percurso.

Concluindo, apenas 9% das LAE não poderão ter galeria ripícola, sendo que 91% da sua extensão poderá, e deverá segundo a Proposta de Plano, apresentar uma galeria ripícola adequada e bem estruturada. Relativamente à Estrutura Ecológica, esta abrange e integra as linhas de água consideradas praticamente na sua totalidade. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a "Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE) ".

As **matas de vegetação autóctone relevante** estão integradas, em cerca de 65% da sua área, nos "Espaços Florestais de Uso Múltiplo" (solo rústico), uma categoria que contribui positivamente para a sua preservação e valorização. Esta categoria apresenta as seguintes disposições de preservação e valorização das matas em questão:

"SECCÃO II - ESPAÇOS FLORESTAIS DE USO MÚLTIPLO

Artigo 21.º - Identificação e regime

(...)

2 - Estes espaços são non-aedificandi, não podendo os solos neles integrados ser objeto de quaisquer ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as enquadradas nas exceções estabelecidas na lei geral e as consideradas compatíveis com o uso dominante, nomeadamente:

- a) Ações de arborização ou rearborização, desde que efetuadas com recurso a espécies autóctones ou de crescimento lento;*

(...) "

Estas matas estão, também, integradas nas duas subcategorias de espaço pertencentes à categoria de "Espaços Agrícolas". Esta integração não contribuí significativamente para o objetivo de sustentabilidade delineado e, conseqüentemente, para FCD, nem de forma positiva, nem de forma negativa. Salienta-se apenas que adquire um regime *non-aedificandi*.

Parte das matas em questão, cerca de 28% da sua área total, estão integradas em categorias de solo que não pressupõem a sua existência, muito menos a sua preservação e valorização, nomeadamente nas categorias: Espaços de atividades económicas – A estruturar” e “Espaços de equipamento – Proposto”, ambas em solo urbano a estruturar.

As matas de vegetação autóctone relevante são, também, preservadas e valorizadas através da sua integração em Estrutura Ecológica Fundamental, que abrange 72% das matas em questão, através das disposições seguintes:

“SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental

(...)

2 – Na estrutura ecológica fundamental devem ser privilegiadas as ações que contribuam para os seguintes objetivos:

a) Proteção e valorização dos recursos naturais e da paisagem;

b) Manutenção e reforço da biodiversidade;

(...)

3 – Nestas áreas aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, cumulativamente com as seguintes disposições:

(...)

e) Manutenção das espécies arbóreas autóctones;

(...).

Embora seja um contributo indireto, a proposta de uma ecovia, que abrange 23% das matas de vegetação autóctone relevante (considerando um *buffer* de 20 metros de influência), poderá contribuir para a preservação e valorização das matas, uma vez que ao percurso deverá estar subjacente uma valorização paisagística do mesmo, bem como, um ensombramento da ecovia.

Concluindo, os carvalhais (*Quercus* spp.) e os castinçais (*Castanea sativa*) sofrem uma redução com a implementação do Plano, em cerca de 28%, pelo que se considera que a Proposta de Plano **contribuí negativamente** para a “Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante”.

O Quadro V.3 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Valores Naturais**, pertencente ao FCD **Ecosistemas Naturais e Rurais**.

Quadro V.3 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Ecosistemas Naturais e Rurais e CA Valores Naturais

		FCD – ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	
		CA – VALORES NATURAIS	
		Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE)	Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	Regulamento	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS, Artigo 20.º - Regime, ponto 3 -SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 2, alínea c) e ponto 3, alínea c) -SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar, ponto 2, alínea a) e ponto 3, alínea a)	 Apresenta conteúdos de preservação e valorização: - SECÇÃO II – ESPAÇOS FLORESTAIS DE USO MÚLTIPLO, Artigo 21.º - Identificação e regime, ponto 2, alínea a) -SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 2, alínea a), b) e ponto 3, alínea e)
	Zonamento (Qualificação Funcional)	 91% da extensão das LAE estão integradas em categorias de solo que promovem a existência e a associação de galerias ripícolas às linhas de água, nomeadamente em “Espaços Agrícolas de Salvaguarda” (solo rústico)  9% da extensão das LAE estão integradas em categorias de solo que impossibilitam ou não pressupõem nenhuma salvaguarda específica para a existência e associação das galerias ripícolas às linhas de água, nomeadamente em “Espaços de equipamento – Proposto” (solo urbano)	 65% das matas de vegetação autóctone relevante estão integradas numa categoria de solo que promove a preservação e a valorização das mesmas, nomeadamente “Espaços Florestais de Uso Múltiplo” (solo rústico)  28% das matas de vegetação autóctone relevante estão integradas em categorias de solo que pressupõem uma inexistência deste ecossistema, nomeadamente em “Espaços de atividades económicas – A estruturar” (solo urbano)
	Zonamento (Estrutura Ecológica)	 96% da extensão das LAE, em conjunto com margem mínima de 10 metros, estão integradas em Estrutura Ecológica Fundamental  4% da extensão das LAE não estão integradas em Estrutura Ecológica	 72% das matas de vegetação autóctone relevante estão integradas em Estrutura Ecológica Fundamental  28% das matas de vegetação autóctone relevante não estão integradas em Estrutura Ecológica Fundamental
	Mobilidade Viária	 1% da extensão das LAE são abrangidas por propostas de vias	 5% das matas de vegetação autóctone relevante são abrangidas por propostas de vias

		FCD – ECOSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	
		CA – VALORES NATURAIS	
		Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE)	Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante
Mobilidade Suave		É proposta uma Ecovia, em que 53% das LAE é contígua, o que irá promover as galerias ripícolas para criar conforto bioclimático e valorização paisagística do percurso (Contributo indireto)	 É proposta uma Ecovia, em que 23% das matas de vegetação autóctone relevante é abrangida, o que irá contribuir para a preservação e a valorização paisagística dessas matas (Contributo indireto)

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

No seu conjunto, a Proposta de Plano contribuí para a preservação dos **valores naturais** importantes presentes na área em estudo. Porém, deverão ser feitas recomendações de modo a minimizar ou a compensar os 28% de perda mata de vegetação autóctone.

V.1.2. Valores Paisagísticos

Para este critério foram definidos 3 indicadores para a aferição de 1 Objetivo de sustentabilidade definido, como podemos observar no quadro seguinte.

Assim, pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a “*Preservação do carácter rural associado aos vales*”, contribuindo conseqüentemente para a salvaguarda dos valores paisagísticos, que, na sua maioria, são subseqüentes às práticas de cariz rural aí praticadas.

Quadro V.4 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Paisagísticos

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Preservação do carácter rural associado aos vales. 	<ul style="list-style-type: none"> Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas (CMG); 	<ul style="list-style-type: none"> 23% dos espaços agrícolas são terrenos agrícolas em abandono;
	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais (CMG); 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma;
	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 0% do solo rural associado aos vales.

V.1.2.1. Situação Atual e Tendencial

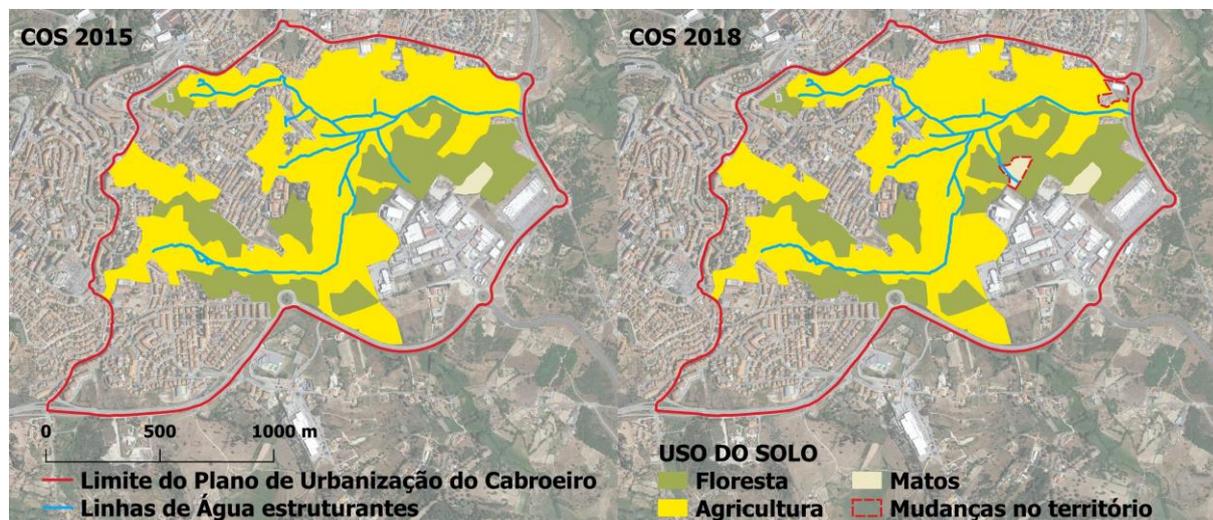
Os valores paisagísticos da área do Plano são protagonizados pelos elementos e práticas culturais, que contribuem para a formação das áreas de cariz rural e natural.

Estes valores tornam-se excecionais e singulares por formarem uma micropaisagem, contígua à cidade da Guarda, capaz de transmitir sensações de ruralidade e misticidade sem a perceção de proximidade ao ambiente urbano.

Analisando as **práticas agrícolas**, e segundo o PORDATA, e analisando o período entre 2015 e 2018, verifica-se uma tendência de diminuição da superfície das principais culturas agrícolas¹ em cerca de 3%, tanto a nível nacional, como regional. O mesmo se verifica através dos dados disponibilizados no Boletim Mensal da Agricultura e Pescas (disponibilizado pelo INE), em que se pode constatar a previsão de diminuição da superfície cultivada² para 2020, face ao ano de 2019, em cerca de 6%.

A análise da Cartografia de Uso e Ocupação do Solo, disponibilizada pela Direção Geral do Território (DGT), permitiu aferir esta tendência à escala do Plano, embora seja muito pouco perceptível e inferior aos valores nacionais e regionais.

Como podemos observar na Figura V.6, houve alterações pouco significativas entre 2015 e 2018, verificando-se uma diminuição da área agrícola em apenas, aproximadamente, 1%, resultado da construção de edificado ou de infraestruturas no local e não de abandono agrícola.



Fonte: Adaptação de COS 2015 e 2018, DGT.

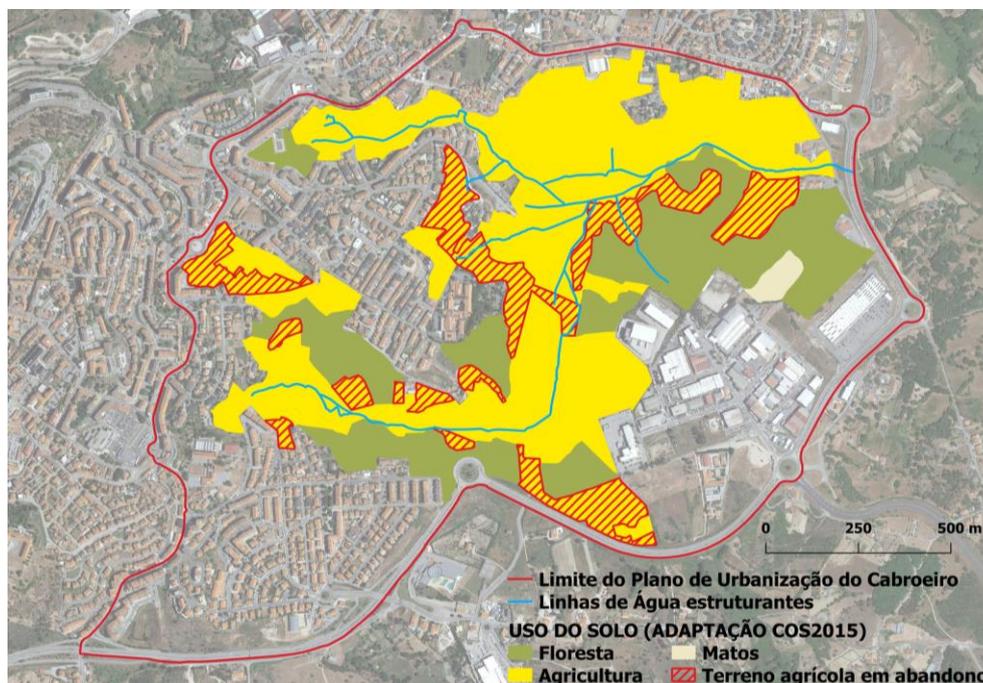
Figura V.6 – Evolução do Uso do Solo (destacando as zonas de vales e encostas)

Dado o resultado pouco próximo da realidade, optou-se por uma análise complementar de trabalho de campo. Foram analisadas as áreas definidas como

¹ Referente aos Cereais para grão, Principais leguminosas secas, Batata, Principais culturas para a Indústria, Principais frutos frescos, Citrinos, Principais frutos de casca rija, Vinha e ao Olival.

² Referente ao Arroz, Tomate para a indústria, Girassol, Batata de sequeiro e à Batata de regadio.

“Agricultura”, aferindo os terrenos agrícolas que se encontram em abandono, ou que não são cultivados há mais de um ano, resultando no cartograma seguinte.



Fonte: Adaptação de COS 2015, DGT.

Figura V.7 – Terrenos agrícolas em abandono (destacando as zonas de vales e encostas)

Concluiu-se que houve um decréscimo de terrenos agrícolas cultivados, em que atualmente 23% dos espaços agrícolas são terrenos agrícolas em abandono.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

Figura V.8 – Terrenos agrícolas em abandono.

Analisando a evolução dos espaços agrícolas até à data, prevê-se que a tendência seja de aumento do abandono destes espaços, seguindo a tendência regional e nacional. Sendo que, os espaços agrícolas cultivados decresceram cerca de 23% considerando o

período desde 2015 (dados analisados) até à presente data (trabalho de campo), espera-se que haja um decréscimo tendencial de 5% por ano.

Com o objetivo de salvaguardar e valorizar o carácter rural, não foram realizadas quaisquer ações de reabilitação e/ou restauro de **estruturas de cariz rural**, como por exemplo em muros de pedra ou em casas rurais.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

Figura V.9 – Casas rurais

A **Estrutura Ecológica** (EE) pretende ser um conjunto de áreas de solo que apresentam características biofísicas, culturais ou paisagísticas excecionais e/ou que contribuem para a sua continuidade ecológica. Estas áreas pretendem assegurar o equilíbrio ecológico e ambiental do território, e a sua integração em EE asseguram a sua proteção, conservação e valorização ecológica, ambiental e paisagística, tanto dos espaços rústicos, como dos urbanos.

Assim, considera-se que o carácter rural associado aos vales é preservado de maneira mais eficaz quando integrado em Estrutura Ecológica.



Fonte: Equipa do PU do Cabroeiro (22-01-2019).

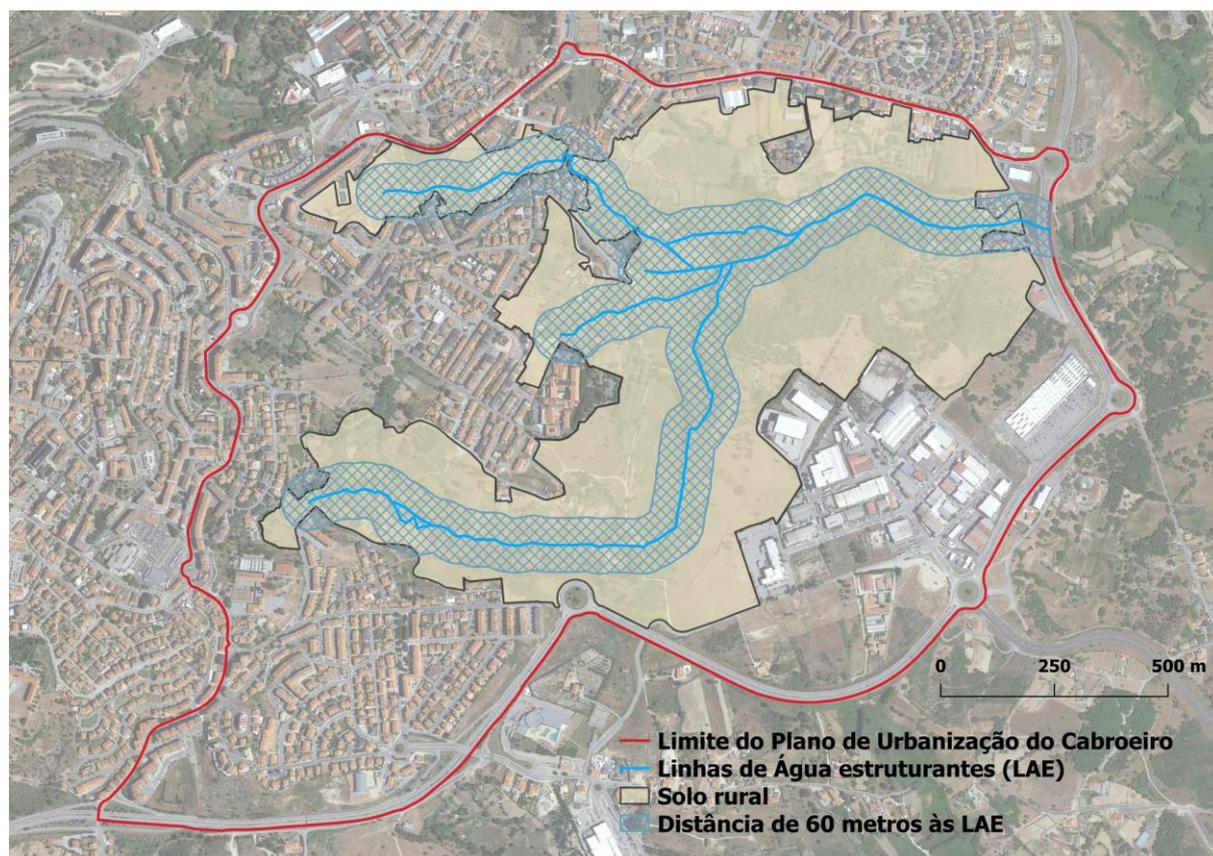
Figura V.10 – Solo rural associado aos vales.

Para esta análise considerou-se o solo rural (situação atual) a uma distância de 60 metros, ou menos, das linhas de água estruturantes (LAE), como podemos observar pela figura seguinte, ao qual designaremos de área do solo rural associado aos vales.

Salienta-se que, a “distância de 60 metros às LAE” é relativa à área considerada de solo rural para o presente indicador, sendo que este pretende aferir áreas de “solo rural associado aos vales” afetos à EE. Assim sendo, considera-se o “solo rural associado aos vales” aquele que se distancie a 60 metros ou menos das linhas de água estruturantes (LAE).

O território em estudo é regido pelo Plano Diretor Municipal da Guarda em vigor, no qual não se verifica a definição de uma Estrutura Ecológica. Assim, o “Solo rural associado aos vales” é, atualmente, abrangido 0% pela EE.

No entanto, o PDM da Guarda define uma categoria de solo designada de “Área de Salvaguarda Estrita”, que é composta pelo conjunto de áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), sendo remetida apenas para a aplicação da legislação específica em vigor. Cerca de 58% do solo rural associado aos vales (situação atual) é abrangido por esta categoria.



Fonte: Adaptação da Planta de Situação Existente do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Figura V.11 – Solo rural associado aos vales

Sendo o território do Plano regido pelo Plano Diretor Municipal da Guarda, em que não define EE, conclui-se que o território em solo rural associado aos vales não é salvaguardado com a mesma eficiência e adequação, nomeadamente em aspetos referentes à paisagem. Assim, seria expectável o surgimento de edificação, infraestruturas dispersas ou atividades/ações incompatíveis com as qualidades paisagísticas do território em questão.

Refere-se também que o PDM da Guarda define uma área de Indústria, que consiste na expansão do atual Parque Industrial, que apresenta uma maior área de expansão para poente e norte, afetando com mais significância o solo rural associado aos vales.

V.1.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.5 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Valores Paisagísticos**, pertencente ao FCD **Ecosistemas Naturais e Rurais**.

Quadro V.5 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Paisagísticos

FCD – ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	
OBJETIVOS	CA – VALORES PAISAGÍSTICOS
	Preservação do carácter rural associado aos vales
01 Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;	 Diminuição do solo rural associado aos vales (1% da área existente será destinada à nova ligação viária – Variante dos F's)
02 Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>
03 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;	 Diminuição do solo rural associado aos vales (2% da área existente será destinada a espaços de habitação unifamiliar a estruturar)
04 Aumento da área do Parque Industrial;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
05 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;	 Diminuição do solo rural associado aos vales (4% da área existente será destinada a vias proposta)
06 Criação de uma estrutura de mobilidade suave , incluindo percursos partilhados;	 A criação de uma rede de mobilidade suave, nomeadamente em contexto rural, irá contribuir para a preocupação paisagística de salvaguarda do carácter rural (Contributo indireto)
07 Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas , através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.	 A promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas traduzir-se-á, consequentemente, na salvaguarda do carácter rural



Contributo positivo – OPORTUNIDADE



Contributo neutro ou pouco significativo



Contributo negativo - RISCOS

V.1.2.3. Avaliação das Propostas do Plano

O **carácter rural associado aos vales** resulta, essencialmente, das práticas agrícolas, bem como das estruturas de muros de pedra e casas rurais existentes.

O solo rural atual está abrangido, maioritariamente, pelas três categorias de solo rústico propostas pelo Plano (90%), nomeadamente: “Espaços Agrícolas de Salvaguarda” (49%), “Espaços Agrícolas de Produção” (25%) e “Espaços Florestais de Uso Múltiplo” (16%), respeitando e salvaguardando a ocupação atual do solo.

As categorias “Espaços Agrícolas de Salvaguarda” e “Espaços Agrícolas de Produção” apresentam as seguintes disposições que promovem a salvaguarda do carácter rural:

“SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS

Artigo 20.º - Regime

4 – As construções, usos ou atividades compatíveis desde que sem prejuízo do estabelecido para a estrutura ecológica municipal, e ainda:

a) Não afetem negativamente a área envolvente sob o ponto de vista paisagístico, de salubridade e funcional;

(...)

A categoria “Espaços Florestais de Uso Múltiplo” apresenta as seguintes disposições de salvaguarda do carácter rural:

“SECÇÃO II – ESPAÇOS FLORESTAIS DE USO MÚLTIPLO

Artigo 21.º - Identificação e regime

2 – Estes espaços são non-aedificandi (...).

(...)

A salvaguarda do carácter rural destes espaços é promovida, também, pela EE Fundamental, que abrange 87% do solo rural associado aos vales, através das seguintes disposições:

*"SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA**Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental**(...)**2 – Na estrutura ecológica fundamental devem ser privilegiadas as ações que contribuam para os seguintes objetivos:**a) Proteção e valorização dos recursos naturais e da paisagem;**(...)**3 – Nestas áreas aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, cumulativamente com as seguintes disposições:**a) Preservação das estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola, como poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra;**(...).*

Porém, aproximadamente de 10% do solo rural associado aos vales está abrangida por qualificações de solo urbano não compatíveis com o objetivo delineado ou por vias propostas, nomeadamente: "Áreas de Predominância de Habitação Unifamiliar (a estruturar)" (2%), "Espaços de Atividades Económicas (a estruturar)" (0,04%), "Espaços de equipamentos (proposto)" (1%), "Áreas verdes de utilização coletiva (proposta)" (3%) e "Vias propostas" (4%).

Concluindo, apenas 10% do solo rural associado aos vales não são salvaguardados quanto ao seu carácter rural, sendo que 90% do carácter rural é preservado. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a "Preservação do carácter rural associado aos vales", apesar de esta preservação não abranger o solo rural na sua totalidade, considera-se a percentagem afetada pouco significativa, devido, também, a ser uma resposta para o aumento do solo urbano face ao aumento da população da cidade da Guarda.

O Quadro V.6 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Valores Paisagísticos**, pertencente ao FCD **Ecosistemas Naturais e Rurais**.

Quadro V.6 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Ecossistemas Naturais e Rurais e CA Valores Paisagísticos

PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	FCD – ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS CA – VALORES PAISAGÍSTICOS Preservação do carácter rural associado aos vales
Regulamento	 Apresenta conteúdos de preservação: - SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS, Artigo 20.º - Regime, ponto 4, alínea a) - SECÇÃO II – ESPAÇOS FLORESTAIS DE USO MÚLTIPLO, Artigo 21.º - Identificação e regime, ponto 2 - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA; Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 2, alínea a) e ponto 3, alínea a)
Zonamento (Qualificação Funcional)	 90% do espaço rural considerado está integrado em categorias de solo que contribuem ou são compatíveis com a preservação do carácter rural, nomeadamente integradas em “Espaços Agrícolas de Salvaguarda”, “Espaços Agrícolas de Produção” e “Espaços Florestais de Uso Múltiplo”  10% do espaço rural considerado está integrado em categorias de solo que impossibilitam ou não pressupõem nenhuma salvaguarda específica do carácter rural, nomeadamente integradas em categorias de solo urbano a estruturar ou propostas
Zonamento (Estrutura Ecológica)	 87% do espaço rural considerado está integrado na EEF  13% do espaço rural considerado não está integrado na EEF
Mobilidade Viária	 5% do espaço rural considerado é abrangido por vias propostas
Mobilidade Suave	 É proposta uma Ecovia que atravessará o espaço rural, o que irá contribuir para a preservação e a valorização paisagística (Contributo indireto)

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE
  Contributo neutro ou pouco significativo
  Contributo negativo - RISCOS

Em geral, a Proposta de Plano contribuí para a preservação do carácter rural associado aos vales, ou seja, para os **valores paisagísticos** importantes presentes na área em estudo. Porém, deverão ser feitas recomendações de modo a minimizar ou a compensar os 10% de perda de solo rural que protagonizam o carácter rural da área do Plano.

V.2. URBANISMO

V.2.1. Qualidade Urbana

O critério da Qualidade Urbana pretende-se aferir de que forma o Plano promove a colmatção e coesão da malha urbana, a criação de espaços verdes urbanos e a promoção da arborização do público, nomeadamente das ruas.

Estes três Objetivos de sustentabilidade são aferidos, anualmente, através de 6 indicadores, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro V.7 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Qualidade Urbana

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Colmatção e coesão da malha urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente) (CMG); Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar (%) (CMG); Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 23 situações de descontinuidade; Indicador de seguimento; Indicador de seguimento.
<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços verdes urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos (m²/habitante) (INE/CMG); Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 1,36 m²/habitante; Indicador de seguimento.
<ul style="list-style-type: none"> Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 3% das ruas existentes estão arborizadas.

V.2.1.1. Situação Atual e Tendencial

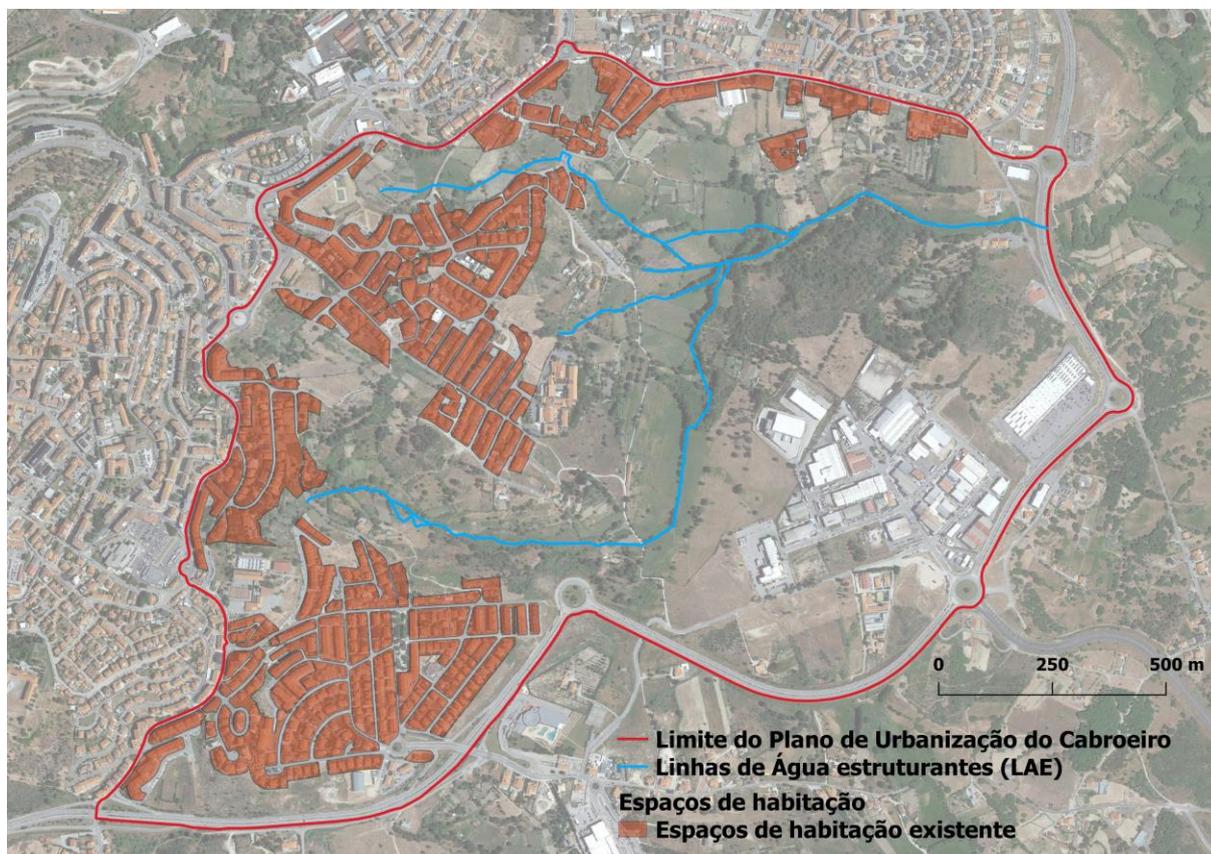
O edificado apresenta uma idade média de 30 anos, apresentando um parque edificado relativamente recente e, em visita ao local, não se verificou necessidades de reabilitação.

A maioria do edificado é de habitação unifamiliar, composta por quatro bairros, o Bairro N.^a Sr.^a dos Remédios (sudoeste), o Bairro da Luz (noroeste), o Bairro Póvoa do Mileu (norte) e o Bairro do Pinheiro (ambos), sendo estes dois últimos de forma parcial.

A habitação coletiva concentra-se nas zonas confinantes com a rua Francisco Piçarra de Matos, a rua Almeida Garrett, a rua António Sérgio e a rua da Cidade de Beja, formando uma linha circundante aos limites oeste e norte do Plano, que corresponde à

zona de maior proximidade ao centro da cidade da Guarda. É, também, nestas áreas que se localizam os edifícios com utilização mista, habitação e comércio/serviços.

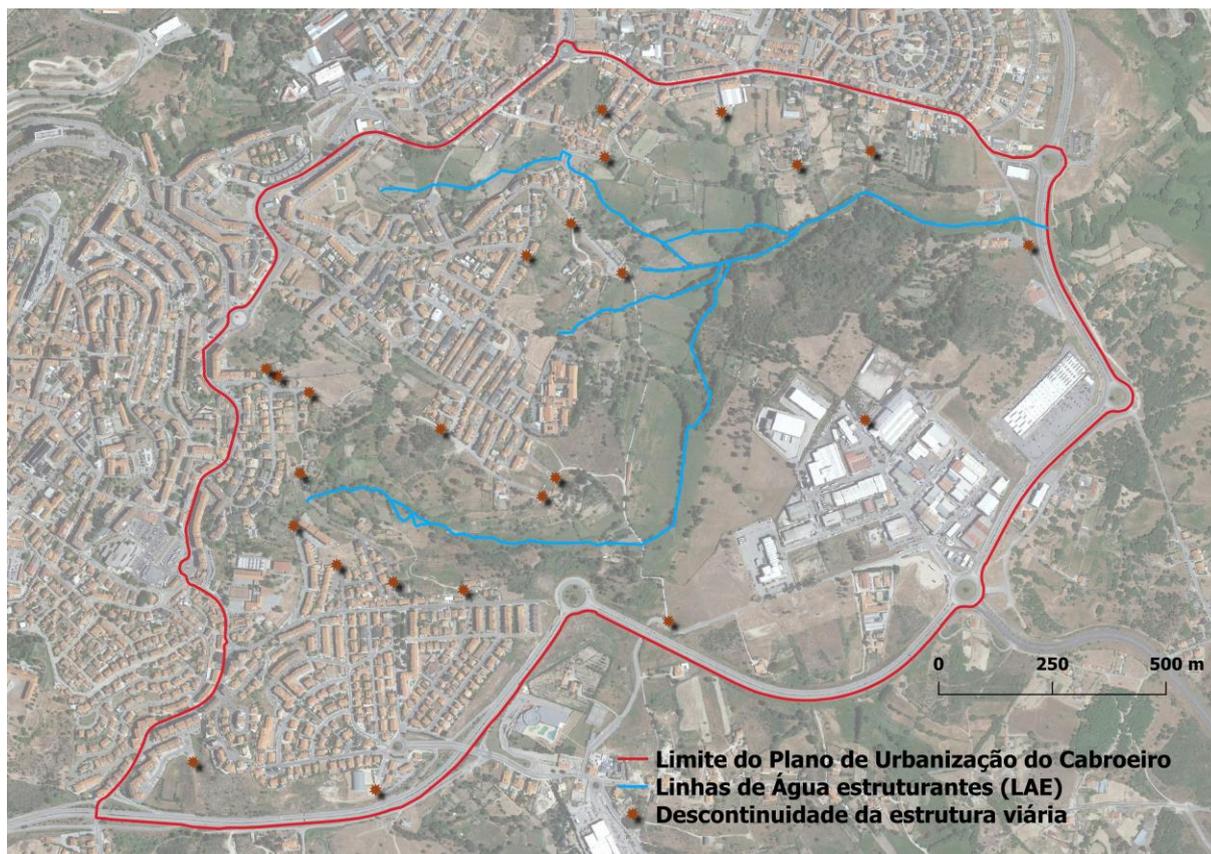
Como podemos observar na figura seguinte, os bairros encontram-se muito pouco articulados entre si, conseqüente da difícil fisiografia do terreno.



Fonte: Adaptação da Planta de Situação Existente do Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Figura V.12 – Espaços habitacionais existentes

Por esse mesmo motivo, a **malha urbana** caracteriza-se pela existência de diversas interrupções na estrutura viária, com vários arruamentos sem continuidade ou com estrangulamentos. Verificam-se, atualmente, 23 situações de descontinuidade da estrutura viária, que impedem a colmatagem e a coesão da malha urbana, como podemos constatar na figura seguinte.



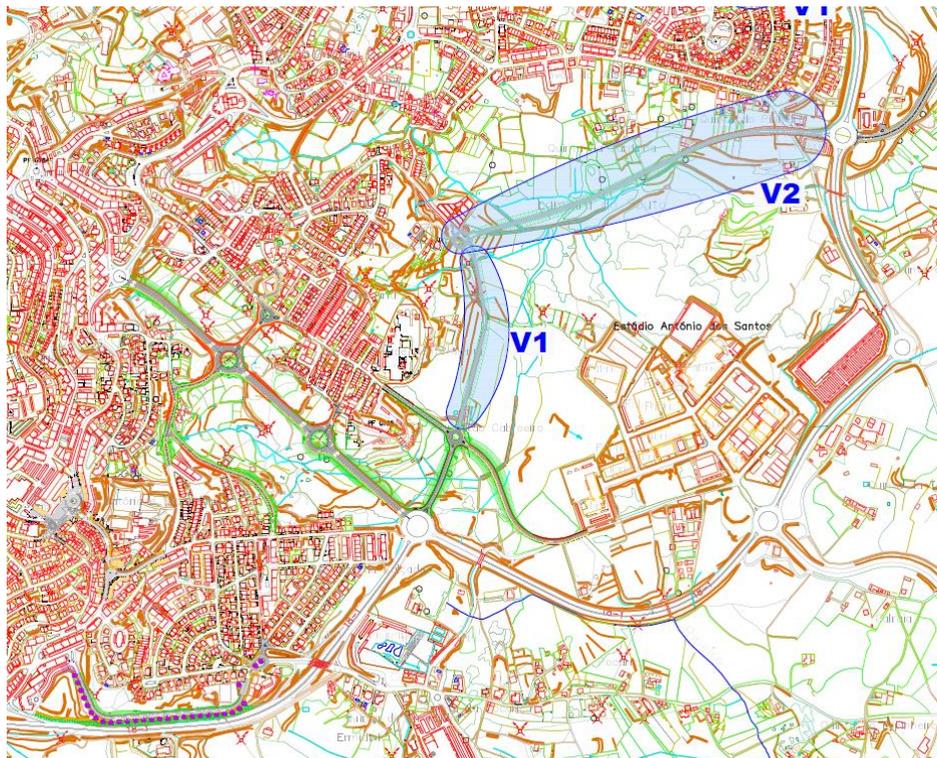
Fonte: Própria.

Figura V.13 – Descontinuidade da estrutura viária

O Plano Rodoviário Municipal da Guarda (PRM2020-2040), elaborado em outubro de 2018, apresenta-se com o período temporal do ano 2020 até ao ano 2040, período no qual pretende desenvolver os projetos ao nível das **infraestruturas viárias** aí previstas. Este plano visa contribuir para uma maior organização do território e trazer uma maior conexão viária à cidade da Guarda, contribuindo, também, para a colmatação e coesão da malha urbana na área do PU do Cabreiroiro.

Importa referir que na área de intervenção são propostas três vias, a Variante do F's (ligação entre a Via de Cintura Externa da Guarda (VIGEG) e a rotunda do F's) e as suas respetivas ligações à malha urbana, a via denominada de V1 e a V2, como podemos observar na Figura V.14.

Salienta-se, também, a grande importância da VIGEG (infraestrutura viária existente) na coesão, colmatação, desenvolvimento e fluidez do tráfego viário da cidade da Guarda, bem como, na sua mesma importância para a área do PUC, sendo o território em estudo servido diretamente pela VIGEG.



Fonte: Câmara Municipal da Guarda.

Figura V.14 – Plano Rodoviário Municipal da Guarda

Conclui-se que, na ausência do presente Plano de Urbanização, a tendência seja de execução das infraestruturas viárias propostas pelo Plano Rodoviário Municipal da Guarda, conectando e colmatando a malha urbana. Porém, excetua-se a via V2, que resultará em mais efeitos negativos que positivos, nomeadamente por esta atravessar o vale com um cariz rural, destruindo os seus valores naturais e paisagísticos.

Verifica-se, também, que o espaço público é pouco funcional, há uma insuficiência de espaços destinados ao uso pedonal ou ciclável, inexistência de verdadeiros **espaços verdes urbanos** e, ainda, falta de **ruas arborizadas**, dificultando o uso sustentável do espaço e o seu contributo para a melhoria da qualidade urbana e do ambiente da cidade da Guarda.

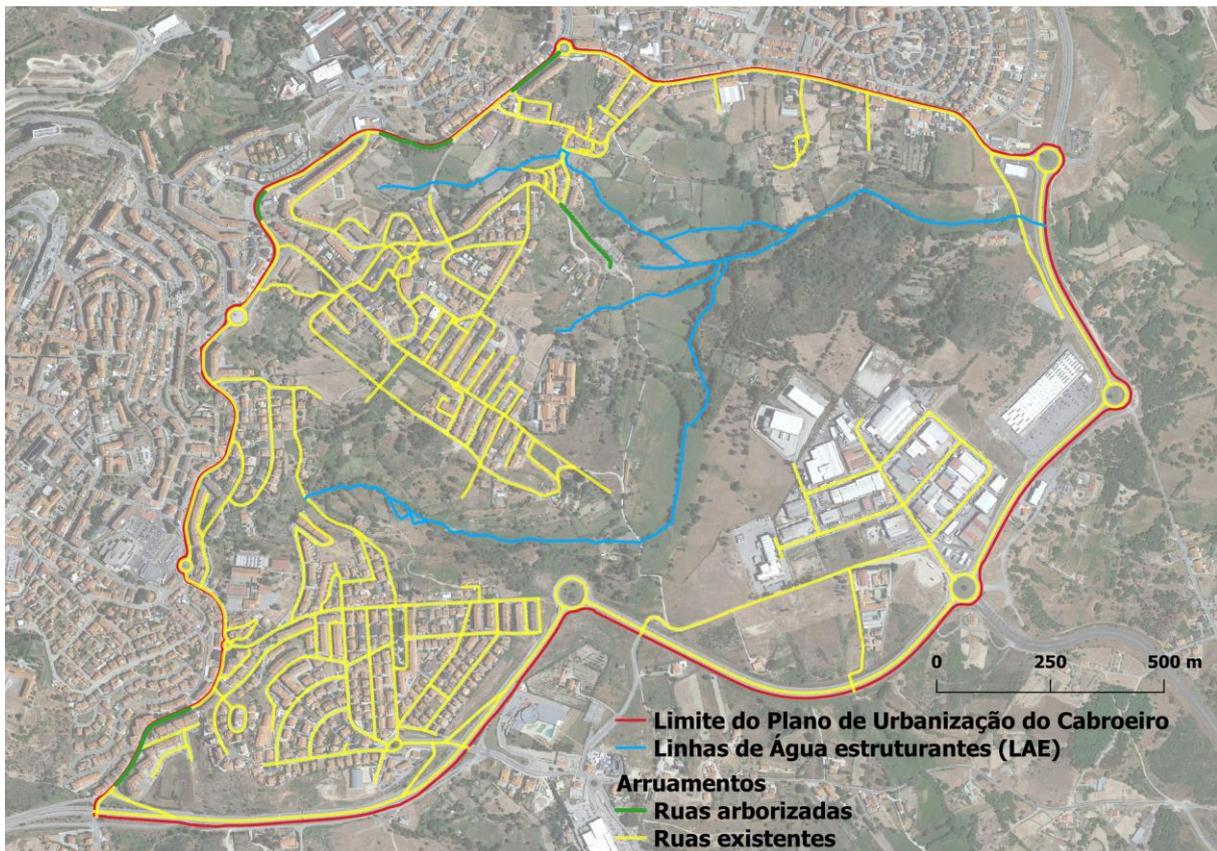
Em 2011, a população residente na área do Plano é de 5080 habitantes (Censos 2011, INE) e os espaços verdes urbanos perfazem uma área de 6922 m², resultando em 1,36 m²/habitante. Porém, os espaços verdes considerados não adquirem verdadeiras funções enquanto jardins ou parques, por estes adquirirem um carácter mais de praça ajardinada ou de equipamento com pequenos canteiros e caldeiras com vegetação.



Fonte: Google Street View (maio de 2004).

Figura V.15 – Praça ajardinada do Bairro N.ª Sr.ª dos Remédios

Relativamente aos arruamentos, apenas 3% das ruas existentes estão arborizadas, como podemos constatar através da figura que se segue.



Fonte: Própria.

Figura V.16 – Ruas arborizadas face à totalidade de arruamentos existentes

Conclui-se que, atualmente a qualidade urbana do espaço público da área do Plano é reduzida e o seu tecido urbano mostra-se pouco funcional e inacabado.

Avaliando a evolução do tecido urbano até à data e face ao crescimento da população residente na cidade da Guarda, prevê-se que a tendência seja de aumento dos espaços habitacionais, sendo estes regidos pelo PDM em vigor. Porém, e comparativamente à escala de um Plano de Urbanização, considera-se que o Plano Diretor Municipal não tem uma escala tão eficaz e específica que permita a melhoria da qualidade urbana. Posto isto, considera-se que a melhoria da qualidade urbana será menor na ausência do presente PU.

V.2.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.8 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Qualidade Urbana**, pertencente ao FCD **Urbanismo**.

Quadro V.8 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Urbanismo e CA Qualidade Urbana

FCD – URBANISMO			
CA – QUALIDADE URBANA			
OBJETIVOS	Colmatção e coesão da malha urbana	Criação de espaços verdes urbanos	Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas
<p>O1</p> <p>Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;</p>	<p></p> <p>Promove a colmatção e coesão da malha urbana e desta com a cidade</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p></p> <p>A ligação viária proposta contempla um separador central composto por um alinhamento arbustivo</p>
<p>O2</p> <p>Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;</p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>

FCD – URBANISMO			
CA – QUALIDADE URBANA			
OBJETIVOS	Colmatação e coesão da malha urbana	Criação de espaços verdes urbanos	Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas
<p>03 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;</p>	 Promove a colmatação e coesão da malha urbana (a expansão dos bairros consequente da consolidação e estruturação é cerca de 44%)	 Aumento dos espaços verdes urbanos (criação 4 novos espaços verdes)	 Propõe implantação de arborização nos arruamentos existentes e propostos (52% do comprimento dos arruamentos terão arborização e/ou alinhamentos arbustivos)
<p>04 Aumento da área do Parque Industrial;</p>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Propõe implantação de arborização nos arruamentos existentes e propostos (62% do comprimento dos arruamentos terão arborização e/ou alinhamentos arbustivos)
<p>05 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;</p>	 Promove a colmatação e coesão da malha urbana (as ligações propostas resolvem 91% das descontinuidades da malha urbana)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Garante a arborização das ruas existentes e propostas (59% do comprimento dos arruamentos propostos contemplam arborização e/ou alinhamentos arbustivos)
<p>06 Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;</p>	 Promove a coesão dos espaços através de percursos de mobilidade suave	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Arborização expectável em percursos de mobilidade suave (Contributo indireto)
<p>07 Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Reforço da estrutura verde urbana	 Promove a continuidade dos ecossistemas, articulando a estrutura verde urbana à rural



Contributo positivo – OPORTUNIDADE



Contributo neutro ou pouco significativo



Contributo negativo - RISCOS

V.2.1.3. Avaliação das Propostas do Plano

O critério da qualidade urbana está subjacente à análise das áreas urbanas, ou seja, de que forma o Plano contribui para a qualidade urbana nos espaços de cariz urbano. Abrangendo, assim, as categorias de solo urbano.

A melhoria da qualidade da **malha urbana** é promovida pelos “Espaços Habitacionais”, estruturados e a estruturar, permitindo a sim a colmatação e a coesão destes espaços. Destacam-se as seguintes disposições que concorrem para este objetivo de sustentabilidade:

“SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS

Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar

(...)

3 – No caso de operações de loteamento e nas áreas a estruturar, é dado o cumprimento às seguintes condições:

(...)

c) As operações urbanísticas obedecem ao princípio de valorização do espaço público, disponibilizando as áreas necessárias ao reperfilamento dos arruamentos de acesso e criação ou ampliação de passeios, (...).”

“SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS

Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva

(...)

5 – As operações urbanísticas devem privilegiar soluções de continuidade dos espaços de utilização coletiva, promovendo a integração destas áreas na Cidade, (...).”

A coesão urbanística é, também, promovida pela rede de mobilidade proposta, dividindo-se em rede rodoviária e rede de mobilidade suave, em que as suas disposições regulamentares remetem para o estabelecido em Planta, que em análise solucionam 91% das discontinuidades da malha urbana.

Salienta-se que, um dos grandes objetivos do Plano é a execução da Variante dos F's, a infraestrutura viária que conecta a rotunda dos F's com a VICEG, planeada, à priori, pelo Plano Rodoviário Municipal da Guarda. Para além desta variante, o Plano também propõe a execução da V1. Estas duas infraestruturas contribuem para a coesão e colmatação da malha urbana. A V2 não foi considerada, por resultar numa perda não compensatória de valores naturais.

"TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 41.º - Rede rodoviária

(...)

2 – (...) adquirir progressivamente as características constantes na Planta da Rede Viária – Perfis Tipo, (...).

(...)."

"TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave

(...)

4 – A rede de mobilidade suave deverá ser implementada de acordo com a Planta de Mobilidade Suave, garantindo a sua conectividade e coesão e, no caso das Pedovias, conforme as características constantes na Planta da Rede Viária – Perfis Tipo, (...)."

Concluindo, as propostas de novos arruamentos e as áreas habitacionais a estruturar interligam os bairros e resolvem as suas descontinuidades. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a "Colmatação e coesão da malha urbana". Refere-se, ainda, que as áreas a estruturar provocam uma diminuição dos espaços rurais existentes, porém considera-se que a perda seja necessária para responder à tendência de aumento da população da cidade da Guarda, sendo que a perda referida não se considera significativa.

Os **espaços verdes urbanos**, que integram a categoria "Áreas verdes de Utilização Coletiva", promovem a qualidade urbana, bem como as suas vivências. Existem atualmente 5 espaços verdes urbanos que perfazem 6922 m², sendo que o Plano propõe a criação de 4 novos espaços que no seu conjunto perfazem 19093 m², haverá um aumento de cerca de 276% da área de espaços verdes. As disposições que garantem a criação dos espaços verdes, bem como a sua qualidade, são as que se seguem:

"SECÇÃO VI – ESPAÇOS VERDES

Artigo 37.º - Identificação e regime

(...)

2 – As áreas verdes de utilização coletiva correspondem aos espaços urbanos de utilização coletiva destinados à fruição do espaço público, (...)

(...)."

A Estrutura Ecológica Complementar abrange os espaços verdes urbanos na sua totalidade e apresenta as seguintes disposições que promovem a sua funcionalidade ecológica e ambiental:

"SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar

1 – A estrutura ecológica complementar é constituída por um conjunto de espaços verdes urbanos conectados através de ruas arborizadas e espaços verdes de enquadramento, que formam uma rede ecológica e ambiental fortemente integrada e articulada com o ambiente urbano.

(...)."

Concluindo, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a "Criação de espaços verdes urbanos", por estes aumentarem para quase o dobro dos existentes.

Relativamente à **arborização** das ruas, que, também, promovem a qualidade urbana e as suas vivências, são garantidas pela seguinte disposição para o solo urbano:

"SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24.º - Arborização de arruamentos

1 – Nos novos arruamentos e, sempre que possível, nos existentes, é executada a respetiva arborização em alinhamento, preferencialmente com espécies autóctones ou bem adaptadas às condições edafoclimáticas."

As ruas arborizadas são definidas pela Estrutura Ecológica Complementar e, também, estão presentes na Planta da Rede Viária – Perfis Tipo. Estas apresentam as seguintes disposições que promovem a sua funcionalidade ecológica e ambiental:

"SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar

1 – A estrutura ecológica complementar é constituída por um conjunto de espaços verdes urbanos conectados através de ruas arborizadas e espaços verdes de enquadramento, que formam uma rede ecológica e ambiental fortemente integrada e articulada com o ambiente urbano.

(...)."

Atualmente, apenas 3% do comprimento dos arruamentos existentes são arborizados, sendo que o Plano propõe 59% de arborização, ou alinhamentos arbustivos, dos

arruamentos existentes e propostos. A arborização das ruas promove a articulação/ligação dos diferentes espaços verdes e de utilização coletiva formando uma verdadeira estrutura verde. Mais se refere que, através da análise da Estrutura Ecológica, constata-se que os arruamentos com arborização proposta são os necessários e os fundamentais para garantir uma conexão e funcionalidade de toda a estrutura verde, garantindo um eficiente suporte ecológico, uma melhoria do ambiente urbano e uma confortável usufruição dos espaços públicos. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a "Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas".

O Quadro V.9 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Qualidade Urbana**, pertencente ao FCD **Urbanismo**.

Quadro V.9 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Urbanismo e CA Qualidade Urbana

		FCD – URBANISMO		
		CA – QUALIDADE URBANA		
		Colmatação e coesão da malha urbana	Criação de espaços verdes urbanos	Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	Regulamento	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar, ponto 3, alínea c) - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva, ponto 5 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 41.º - Rede rodoviária, ponto 2 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave, ponto 4	 Apresenta conteúdos que visam a sua criação e funcionalidade: - SECÇÃO VI – ESPAÇOS VERDES, Artigo 37.º - Identificação e regime, ponto 2 - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar, ponto 1	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 24.º - Arborização de arruamentos, ponto 1 - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar, ponto 1
	Zonamento (Qualificação Funcional)	 Aumento de 44% dos "Espaços Habitacionais", promove colmatação e coesão dos espaços já existentes e destes com a cidade	 Aumento na ordem dos 276% da área de "Áreas Verdes de Utilização Coletiva"	 Reperfilamento de alguns arruamentos possibilitam a implantação de alinhamentos arbóreos e/ou arbustivos (Contributo indireto)

		FCD – URBANISMO		
		CA – QUALIDADE URBANA		
		Colmatação e coesão da malha urbana	Criação de espaços verdes urbanos	Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas
Zonamento (Estrutura Ecológica)		<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Integração de 100% dos espaços verdes urbanos em estrutura ecológica, promovendo o bom funcionamento dos processos ecológicos e ambientais inerentes	 É proposta a arborização, e/ou alinhamentos arbustivos, para 59% dos arruamentos propostos e existentes (atualmente apenas 3% dos arruamentos existentes estão arborizados)
	Mobilidade Viária	 91% das descontinuidades da estrutura viária são solucionadas	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Define Perfis Tipo onde será possível a presença de alinhamentos arbóreos e/ou arbustivos
	Mobilidade Suave	 A proposta de rede de mobilidade suave promove a coesão dos espaços	 A proposta de rede de mobilidade suave conecta os diferentes espaços verdes urbanos, tornando-os mais acessíveis à população (Contributo indireto)	 A arborização é expectável em percursos de mobilidade suave (Contributo indireto)

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE
  Contributo neutro ou pouco significativo
  Contributo negativo - RISCOS

A Proposta de Plano contribuí, em todas as suas opções, para a promoção da **qualidade urbana** na área em estudo, em específico para a valorização paisagística e ecológica do espaço urbano, para a melhoria da qualidade do ar, por aumento da arborização, e para um maior conforto bioclimático do espaço público urbano.

V.2.2. Sustentabilidade Urbana

Este critério foi definido com vista a avaliar a efeito do plano na sustentabilidade urbana, nomeadamente de que forma promove vivências mais sustentáveis.

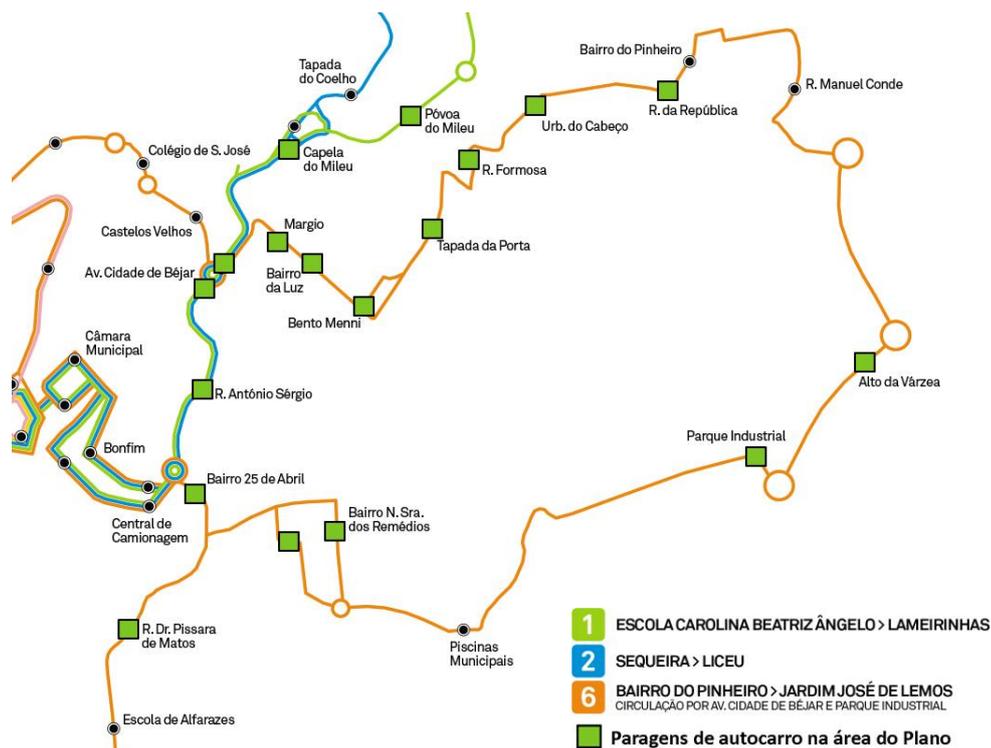
Para este critério de avaliação foram elencados 3 Objetivos de sustentabilidade, a dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave, a promoção do uso dos transportes públicos pela população e o acesso a equipamentos coletivos, e 9 indicadores a aferir pela Câmara Municipal anualmente, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro V.10 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Sustentabilidade Urbana

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso dos transportes públicos pela população. 	<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens) (%) (CMG/TUG); Frequência diária dos transportes públicos (paragens/dia) (CMG/TUG); Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos (n.º) (CMG/TUG). 	<ul style="list-style-type: none"> 100% da população é servida; 10 paragens/dia nos dias úteis e 0 paragens/dia aos fins-de-semana e feriados; 25 pessoas/dia (estimativa referente à Linha 6)
<ul style="list-style-type: none"> Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave (ml/habitante) (CMG); População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros) (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 0,72 ml/habitante (considerando a Pedovia prevista); 46% da população é servida (considerando a Pedovia prevista).
<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso a equipamentos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros) (%) (CMG); População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros) (%) (CMG); População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros) (%) (CMG); População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros) (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 100% da população é servida; 75% da população é servida; 60% da população é servida; 88% da população é servida.

V.2.2.1. Situação Atual e Tendencial

A mobilidade praticada pela população da Guarda é essencialmente feita através de transporte próprio, não contribuindo para uma sustentabilidade urbana. Porém, existe uma **rede de transportes coletivos urbanos de passageiros**, sob concessão da TUG – Transportes Urbanos da Guarda, que responde às necessidades atuais da população, perfazendo um total de seis percursos ramificados que confluem no centro da cidade, como podemos ver pela figura que se segue.



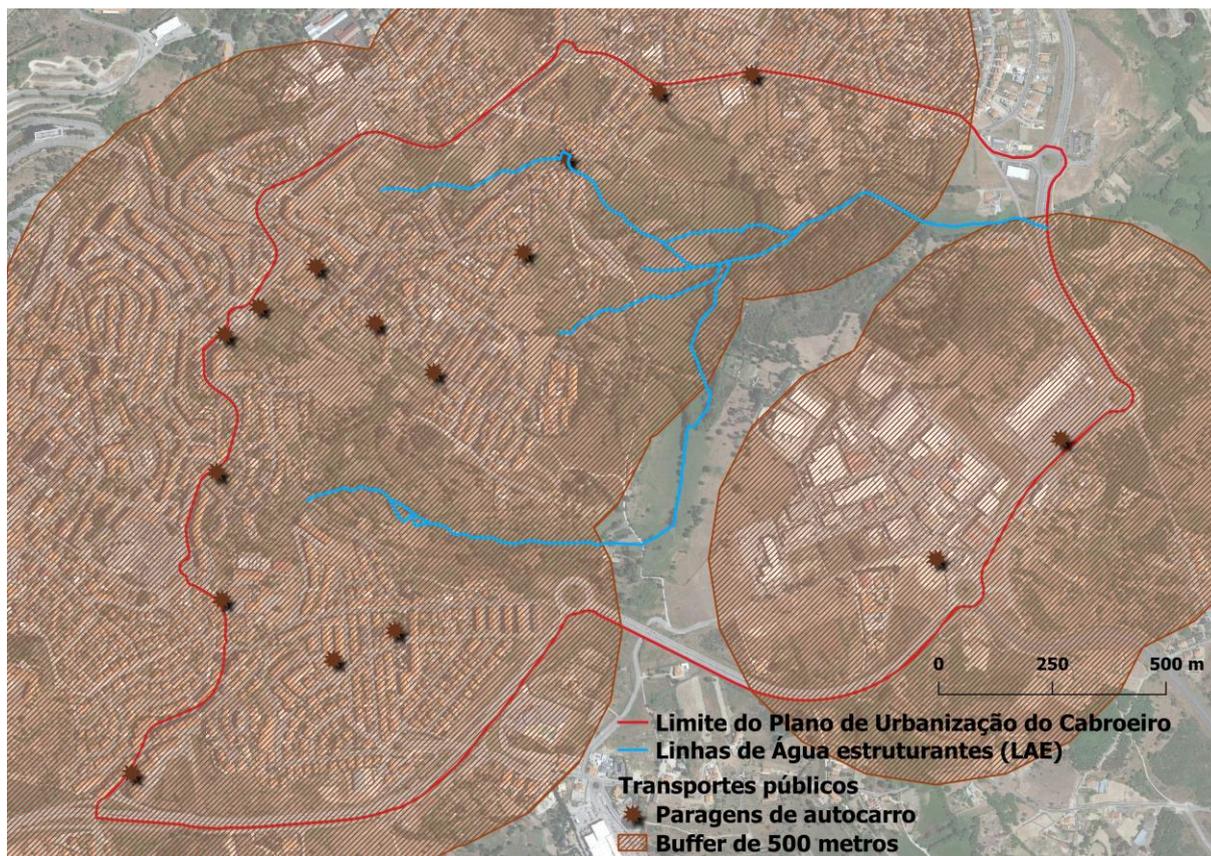
Fonte: www.transdev.pt.

Figura V.17 – Transportes Urbanos da Guarda, com destaque para as paragens na área do Plano

A Linha 6 – Bairro do Pinheiro – Jardim José de Lemos é a linha que abrange a totalidade da área do Plano de Urbanização do Cabroeiro, através de 13 locais de paragens de autocarro, passando pelo Bairro N.ª Sr.ª dos Remédios, pelo Bairro da Luz, pelo Parque Industrial e pela zona sul da área do Plano.

A Linha 1 – Esc. Carolina Beatriz Ângelo – Lameirinhas e a Linha 2 – Sequeira – Liceu servem parcialmente a área do Plano, abrangendo apenas o limite confinante com o centro da cidade da Guarda (a noroeste), através de 4 locais de paragens de autocarro.

A população residente na área do Plano é servida, na sua totalidade, por transportes públicos, ou seja, toda a população é dotada de pelo menos uma paragem de autocarro a uma distância igual ou inferior a 500 metros, como podemos verificar pela figura que se segue.



Fonte: Adaptação da informação disponibilizada pela TUG - Transdev.

Figura V.18 – Abrangência dos transportes públicos (500 metros dos pontos de paragens)

No território em estudo, a Linha 6 tem uma frequência de 10 paragens por dia nos dias úteis, entre as 7h30 às 19h00, e nenhuma aos fins-de-semana e feriados. A linha 1 e 2, no seu conjunto, perfazem 44 paragens por dia nos dias úteis, entre as 6h45 e as 23h00, e 5 aos fins-de-semana e feriados, entre as 7h30 e as 19h00.

No seu total, a frequência diária dos transportes públicos na área em estudo é de 54 paragens/dia, nos dias úteis, e 5 paragens/dia, aos fins-de-semana e feriados. Porém, esta frequência concentra-se nas 4 paragens de autocarro a noroeste, da Linha 1 e Linha 2, não abrangendo a área do Plano na sua totalidade.

Assim sendo, para a presente análise serão usados apenas os valores de referência da Linha 6, devido a esta ser a que abrange a área em questão na sua totalidade. Esta apresenta muita abrangência, porém pouca frequência diária.

Em 2019, registou-se 18124 entradas na Linha 6, perfazendo uma média de 50 entradas por dia. Assim sendo, e considerando que uma pessoa regista duas entradas (ida e volta), estima-se que, em média, 25 pessoas usufruem dos transportes públicos por dia. Os valores referentes ao ano 2020 não são considerados devido às alterações da mobilidade usual, consequentes da atual Pandemia.

Atualmente, a área do Plano não detém nenhum espaço reservado para a **mobilidade suave**, designadamente ciclovias e/ou passeios largos, denominados de Pedovias pelo PU do Cabroeiro. Porém, existe uma Pedovia prevista que segue a VICEG em quase toda a sua extensão, sendo formalizada haverá um total de 3636 metros de via destinada à mobilidade suave e 0,72 ml/habitante¹ na área do Plano.

Para a presente análise, e como valor de referência, considera-se a Pedovia prevista, por esta ser proveniente de outros planos/projetos e já se apresentar em fase de projeto. Assim sendo, a população servida pela rede de mobilidade suave, a uma distância igual ou inferior a 500 metros, é de 46 %, como se demonstra através da figura que se segue.



Fonte: Própria.

Figura V.19 – Abrangência da rede de mobilidade suave (500 metros dos pontos de paragens)

A área em estudo integra uma quantidade considerável de **equipamentos**, nomeadamente de educação, de saúde, sociais e desportivos, como podemos constatar a partir do Quadro V.11.

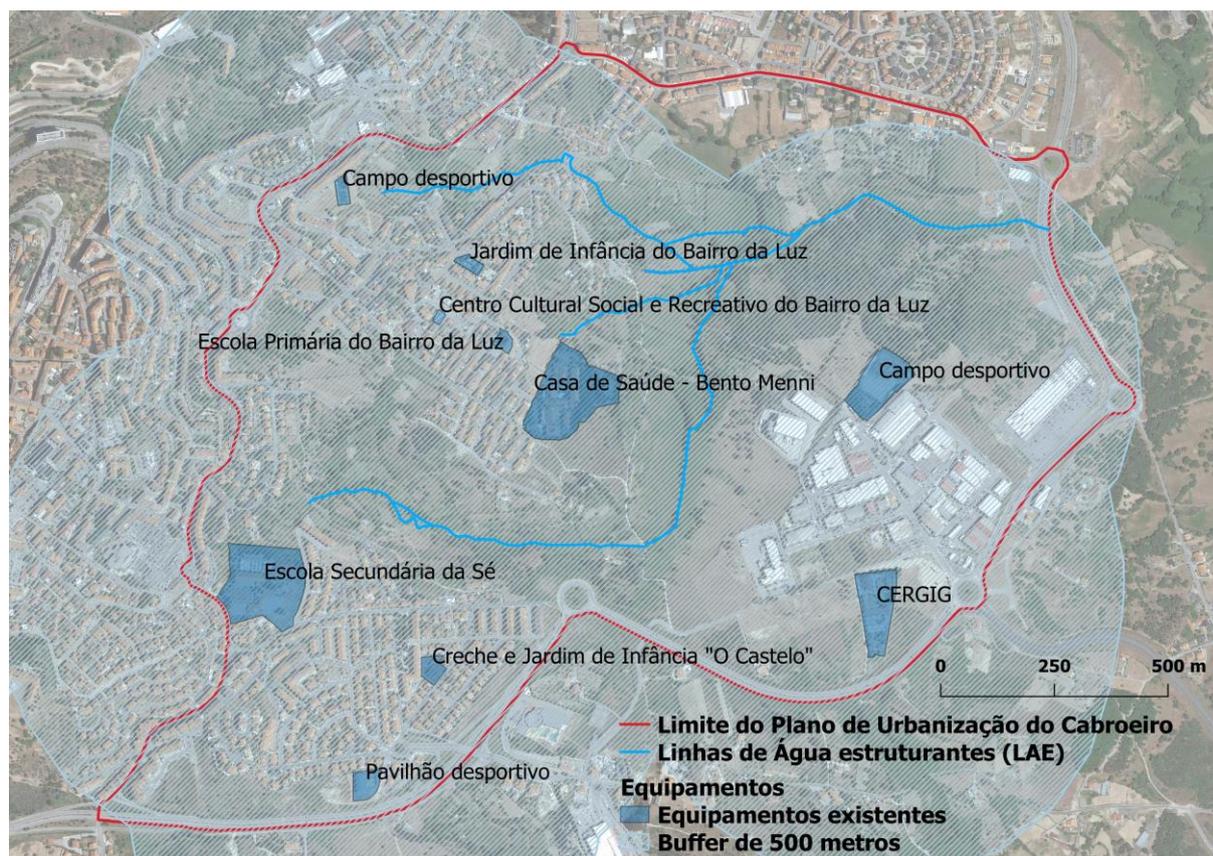
¹ Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística.

Quadro V.11 – Equipamento na área de intervenção do plano

EQUIPAMENTOS	TIPOLOGIA	LOCAL
Creche e Jardim de Infância "O Castelo"	Educação	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Agrupamento de Escolas da Sé – Jardim de Infância do Bairro da Luz	Educação	Bairro da Luz
Agrupamento de Escolas da Sé – Escola Primária do Bairro da Luz	Educação	Bairro da Luz
Agrupamento de Escolas da Sé – Escola Secundária da Sé	Educação	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Casa de Saúde – Bento Menni	Saúde	Bairro da Luz
Centro Cultural Social e Recreativo do Bairro da Luz	Social	Bairro da Luz
Cooperativa De Educação E Reabilitação De Cidadãos Inadaptados (CERCIG)	Social	Parque Industrial
Pavilhão Desportivo	Desportivo	Bairro N ^a Sr ^a dos Remédios
Campo Desportivo	Desportivo	Bairro da Póvoa de Mileu
Campo Desportivo	Desportivo	Parque Industrial
Total		10

Fonte: Câmara Municipal da Guarda.

Os equipamentos elencados abrangem quase toda a população da área em estudo, cerca de 94%, como podemos observar através da figura que segue. Conclui-se que os bairros que integram a área do Plano adquirem uma quantidade e diversidade de equipamentos consideráveis e capazes de servir e dotar os bairros de dinâmicas locais.



Fonte: Própria.

Figura V.20 – População servida pelos equipamentos elencados (a menos de 500 metros)

Apesar da área em estudo não integrar algumas tipologias de equipamentos ou serviços coletivos, como farmácias, centros de saúdes ou supermercados, este défice é colmatado pelos que se localizam na proximidade, a menos de 500 metros, realidade que se presencia pela área em estudo se localizar contígua ao centro da cidade da Guarda. Por exemplo, existem 6 pelo menos 6 supermercados, 4 farmácias e 2 centros de saúde familiar a menos de 500 metros da área em estudo.

De modo específico, a população servida por equipamentos escolares a menos de 500 metros é de 100%. Relativamente às tipologias, verifica-se a presença de infantários, pré-escolares, escola primária e escola secundária a menos de 500 metros. A escola básica 2º e 3º ciclo distancia-se a pouco mais de 500 metros, sendo a sua abrangência sobre a área do Plano considerada, por se tratar de um equipamento que, naturalmente, adquire uma abrangência superior.

A população servida por equipamentos desportivos a menos de 500 metros é de 75%, contando com 2 campos desportivos e 1 pavilhão desportivo, dentro da área do Plano e fora destaca-se um campo desportivo no Bairro do Pinheiro e as Piscinas Municipais da Guarda, que abrangem piscinas cobertas para treino e descobertas para recreio e lazer. Esta é uma realidade bastante satisfatória face ao carácter do equipamento.

Relativamente a equipamentos sociais cerca de 60% da população da área do Plano está servida de pelo menos um equipamento a menos de 500 metros, havendo um centro social e recreativo dentro da área do Plano.

Por fim, a população servida por equipamentos de saúde a menos de 500 metros é de 89%, destaca-se a Casa de Saúde Bento Menni, localizado na área em estudo, por ser um equipamento que também presta serviços ao nível social, nomeadamente como Lar de 3ª Idade.

V.2.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.12 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Sustentabilidade Urbana**, pertencente ao FCD **Urbanismo**.

Quadro V.12 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Urbanismo e CA Sustentabilidade Urbana

OBJETIVOS	FCD – URBANISMO		
	CA – SUSTENTABILIDADE URBANA		
	Promover o uso dos transportes públicos	Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave	Garantir o acesso a equipamentos coletivos
<p>Q1</p> <p>Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;</p>	<p></p> <p>Melhora a eficácia da mobilidade dos transportes públicos (Contributo indireto)</p>	<p></p> <p>A nova ligação a adota um desenho que promove uma mobilidade por modos suaves, nomeadamente Pedovias (Aumenta para 0,94 ml/habitante de rede de mobilidade suave)</p>	<p></p> <p>A nova via garantirá um melhor acesso aos equipamentos</p>
<p>Q2</p> <p>Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;</p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>

FCD – URBANISMO			
CA – SUSTENTABILIDADE URBANA			
OBJETIVOS	Promover o uso dos transportes públicos	Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave	Garantir o acesso a equipamentos coletivos
<p>03 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p>😊 As novas zonas urbanas integram estruturas mobilidade por modos suave, nomeadamente Pedovias</p>	<p>😊 Proposta de um novo equipamento no lugar do Bairro da Luz (Aumenta de 10 para 11 equipamentos coletivos na área em estudo e a abrangência para 100% sobre a população residente)</p>
<p>04 Aumento da área do Parque Industrial;</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p>😊 As novas zonas industriais integram estruturas mobilidade por modos suave, nomeadamente Pedovias</p>	<p>😞 Não contempla o campo desportivo existente</p>
<p>05 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;</p>	<p>😊 Melhora a eficácia da mobilidade dos transportes públicos (Contributo indireto)</p>	<p>😊 As novas vias adotam um desenho que promove uma mobilidade por modos suaves, nomeadamente a integração de Pedovias</p>	<p>😊 As novas vias garantirão um melhor acesso aos equipamentos</p>
<p>06 Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p>😊 Criação de uma rede de mobilidade suave, incluindo Pedovias e Ecovias (Aumenta para 4,22 ml/habitante de rede de mobilidade suave e a abrangência para 100% sobre a população residente)</p>	<p>😊 A rede de mobilidade suave proposta interliga todos os equipamentos, garantindo um melhor acesso</p>
<p>07 Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p>😊 A estrutura verde irá integrar estruturas de mobilidade por modos suaves, nomeadamente a Ecovia</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>



Contributo positivo – OPORTUNIDADE



Contributo neutro ou pouco significativo



Contributo negativo - RISCOS

V.2.2.1. Avaliação das Propostas do Plano

O critério da sustentabilidade urbana está subjacente à análise da adoção de vivências sustentáveis por parte da população, ou seja, de que forma o Plano contribuí para a promoção da mobilidade suave. E, também, a análise sobre o acesso da população aos equipamentos coletivos, um dos fatores de igualdade e coesão social.

O aumento do uso dos **transportes públicos** é dependente do aumento da população e do ajuste da frequência de paragens diárias das linhas de transportes públicos que servem a área do Plano. Porém, este ajuste será conseqüente do primeiro fator, assim sendo, remete-se para a análise efetuada do ponto V.3.1. – População. Assim sendo, o Plano não contribuí diretamente para este Objetivo de sustentabilidade.

O Plano propõe uma **rede de mobilidade suave** fortemente articulada e conectada com os principais pontos de interesse social, cultural e recreativo, aumentado assim a sua funcionalidade e, conseqüentemente, o seu uso diário.

A rede de mobilidade suave é proposta pela Planta de Mobilidade Suave, onde se prevê um total de 17532 metros lineares de estruturas de mobilidade suave, perfazendo 4,22 ml/habitante. Destacam-se as seguintes disposições que concorrem para este objetivo de sustentabilidade:

"TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave

(...)

1 – O traçado da rede de mobilidade suave integra as seguintes tipologias:

a) Pedovia estruturante;

b) Pedovia secundária;

c) Ecovia.

(...)

4 – A rede de mobilidade suave deverá ser implementada de acordo com a Planta de Mobilidade Suave, garantindo a sua conectividade e coesão e, no caso das Pedovias, conforme as características constantes da Planta da Rede Viária – Perfis Tipo, (...)."

“SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental

(...)

4 – Nestas áreas, sem prejuízo da legislação geral aplicável, admite-se:

(...)

b) Formalização de percursos pedonais e cicláveis, denominados de Ecovia, de acordo com a Planta de Mobilidade Suave;

c) Novos percursos pedonais e cicláveis, caminhos agrícolas, florestais ou de recreio e lazer, desde que a sua pavimentação garanta a permeabilidade do solo;

(...).”

“SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar

(...)

4 – Nestas áreas, sem prejuízo da legislação geral aplicável, admite-se:

(...)

c) Formalização de percursos pedonais e cicláveis.”

Concluindo, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para a “Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave”, concorrendo para a sustentabilidade urbana do território.

Os **equipamentos**, que integram a categoria “Espaços de Equipamentos”, promovem a qualidade de vida da população e uma maior coesão social. Existem atualmente 10 equipamentos e o Plano propõe um novo equipamento, o Centro Social da Póvoa do Mileu, aumentado a abrangência sobre a população para 100%. Porém, a atual proposta de Plano, não contempla o campo desportivo já existente no Parque Industrial, no entanto a sua anulação não faz variar a abrangência. Destacam-se as seguintes disposições que concorrem para este objetivo de sustentabilidade:

“SECÇÃO V – ESPAÇOS DE USO ESPECIAL

Artigo 35.º - Espaços de equipamentos

(...)

1 – Os espaços de equipamentos destinam-se à instalação de equipamento de interesse e utilização coletiva.

(...).”

Refere-se que a criação de uma rede de mobilidade suave contribuí, também, para o acesso aos equipamentos e serviços coletivos, uma vez que a rede proposta interliga e conecta aos principais equipamentos, serviços e espaços de interesse coletivo.

Posto isto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para o “Garantir o acesso a equipamentos coletivos”.

O Quadro V.13 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Sustentabilidade Urbana**, pertencente ao FCD **Urbanismo**.

Quadro V.13 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Urbanismo e CA Sustentabilidade Urbana

		FCD – URBANISMO		
		CA – SUSTENTABILIDADE URBANA		
		Promover o uso dos transportes públicos	Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave	Garantir o acesso a equipamentos coletivos
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	Regulamento	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Apresenta conteúdos que garantem a sua criação: - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 4, alínea b) e c), Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar, ponto 4, alínea c) - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO V – ESPAÇOS DE USO ESPECIAL, Artigo 35.º - Espaços de equipamentos, ponto 1, 2 e 3
	Zonamento (Qualificação Funcional)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Proposta de um novo equipamento (Abrangência para 100% sobre a população residente)
	Zonamento (Estrutura Ecológica)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 A estrutura verde irá integrar estruturas de mobilidade por modos suaves, nomeadamente a Ecovia em EEF e as Pedovias em EEC, contemplando ruas arborizadas.	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

		FCD – URBANISMO		
		CA – SUSTENTABILIDADE URBANA		
		Promover o uso dos transportes públicos	Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave	Garantir o acesso a equipamentos coletivos
Mobilidade	<u>Viária</u>	 Melhora a eficácia da mobilidade dos transportes públicos pela criação de novas vias (Contributo indireto)	 As novas vias adotam um desenho que promove uma mobilidade por modos suaves, nomeadamente Pedovias (Aumenta para 3,36 ml/habitante de rede de mobilidade suave)	 As vias propostas garantem uma maior coesão territorial e, conseqüentemente, um maior acesso aos equipamentos existentes e propostos.
	<u>Suave</u>	Sem contributo direto ou significativo	 Criação de uma rede de mobilidade suave, incluindo pedovias e ecovias (Aumenta para 4,22 ml/habitante de rede de mobilidade suave e a abrangência para 100% sobre a população residente)	 A rede de mobilidade suave proposta interliga os equipamentos, garantindo um melhor acesso (Integra 100% dos equipamentos coletivos)

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE
  Contributo neutro ou pouco significativo
  Contributo negativo - RISCOS

No seu conjunto, a Proposta de Plano contribuí para a promoção da **sustentabilidade urbana** na área em estudo.

V.3. SOCIOECONOMIA

V.3.1. População

O critério da População pretende aferir de que forma o Plano promove a fixação de população na área em estudo e, também, confirmar a previsão de aumento da população residente, indicador que motivou parte das opções do Plano.

Este critério é igualmente importante no acompanhamento de aferição de outros critérios que sejam motivados pela evolução da população residente.

Para este critério de avaliação foram elencados 2 Objetivos de sustentabilidade e 4 indicadores a aferir pela Câmara Municipal anualmente, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro V.14 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação População

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente (%) (INE). 	<ul style="list-style-type: none"> 5,4% de acréscimo da população residente entre 2001 e 2011 (valor estimado para 2021 de 5354 e para 2031 de 5643 residentes).
<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualificação e integração profissional da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Níveis de qualificação da população residente (%) (INE); Relação entre população empregada e desempregada (%) (INE); N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (IEFP). 	<ul style="list-style-type: none"> 27% da população concluiu um grau de ensino superior ou de ensino pós-secundário (2011); 90% da população potencialmente ativa está empregada e 10% desempregada (2011); 1196 desempregados (dezembro de 2019).

V.3.1.1. Situação Atual e Tendencial

A **evolução da população residente total** na freguesia de Guarda¹, na última década censitária (2001/2011), revelou um acréscimo do número de 758 habitantes, o que corresponde a acréscimo de 2,9% da população face a 2001 (INE). Como podemos constatar na Figura V.21, apesar do crescimento na freguesia, a população do concelho decresce, pressupondo um efeito polarizador da cidade da Guarda, em que o peso da população da cidade da Guarda (freguesia) aumenta em cerca de 3,6%.

¹ Atual freguesia da Guarda corresponde a uma agregação das antigas freguesias de São Vicente, Sé e São Miguel da Guarda, conseqüente da reorganização administrativa de 2012/2013.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a população residente na área do Plano apresentou um acréscimo de 5,4% entre 2001 e 2011, valor superior ao acréscimo que se deu na freguesia em que se insere. Em 2011, registou-se 5080 residentes, como podemos observar na Figura V.21, correspondendo a uma densidade populacional de 2075 habitantes/km², valor muito superior à realidade da freguesia que é de 705 habitantes/km², relevando o carácter do PU enquanto território contíguo ou de extensão à cidade da Guarda.

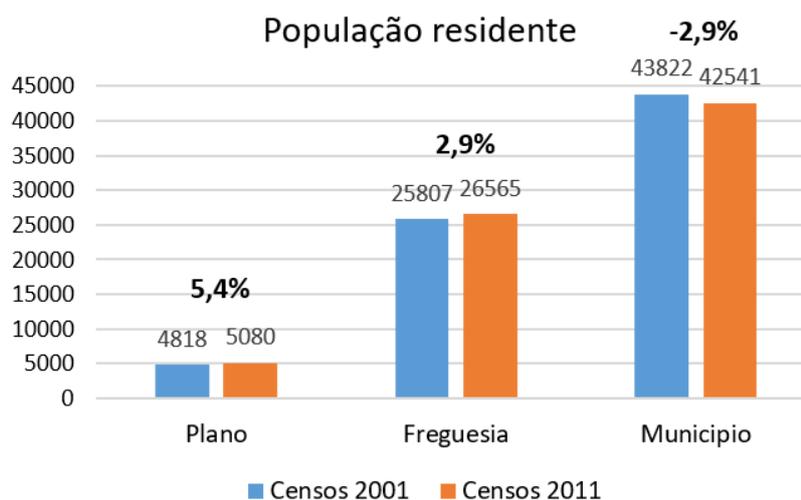


Figura V.21 – População residente, no concelho e freguesia da Guarda e na área do PU.

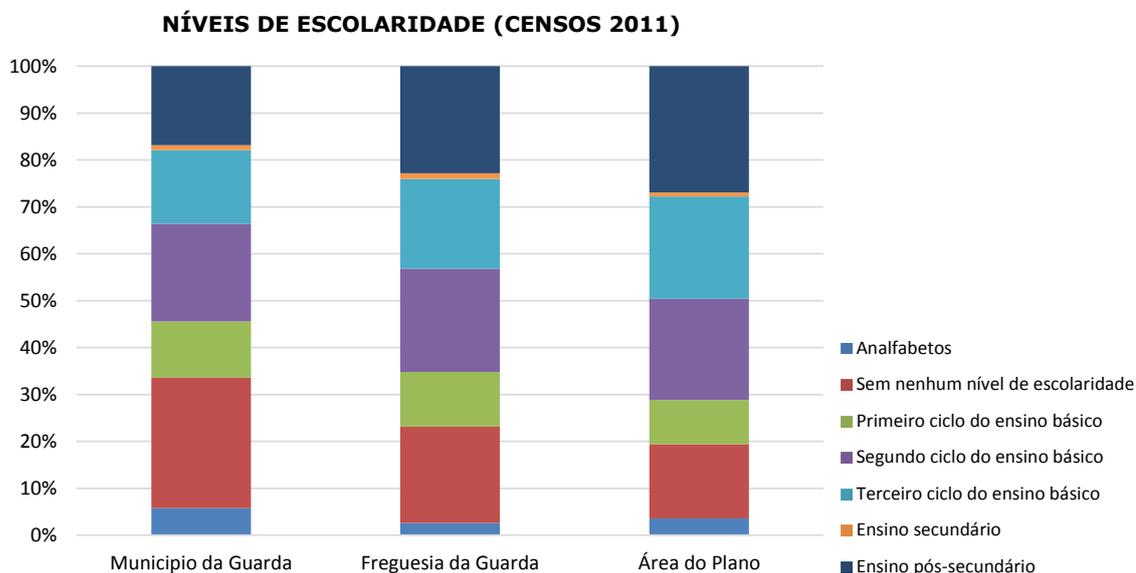
Segundo o Pordata, em 2018 o concelho contava com uma população residente de 39295 habitantes e em 2019 (dados mais recentes) com 39036, significando um decréscimo na ordem dos 0,66% no prazo de um ano. Assim, estima-se que em 2021 a população residente seja de 38262 e em 2031 de 35810 residentes. Porém, são dados que não poderão seguir as tendências anteriores, devido à Pandemia COVID-19, que deverá alterar significativamente a dinâmica de evolução populacional até à data prevista.

Os dados de população residente, após os Censos 2011, apenas se regista ao nível nacional, regional e dos concelhos, não sendo pormenorizada ao nível da freguesia ou do Plano. Posto isto, e como as dinâmicas populacionais ao nível da freguesia ou da área do Plano não seguem as mesmas tendências que as do concelho, os dados relativos à população residente terá como base a última década censitária (2001/2011).

Com base nas estatísticas do período temporal analisado (2001-2011), estima-se que no ano de 2021 a população residente na área do PU atinja um valor próximo de 5354 e em 2031 de 5643 residentes. Porém, e como já foi mencionado, face à Pandemia as estimativas dificilmente corresponderão à realidade.

Relativamente aos níveis de **qualificação da população**, a área do Plano reflete um panorama mais favorável face à realidade do concelho e da freguesia em que se insere, revelando um maior potencial e contributo para o desenvolvimento económico. Assim, a

população residente na área do PUC apresenta uma qualificação mais elevada, nomeadamente cerca de 27% da população concluiu o grau de ensino superior ou de ensino pós-secundário, enquanto no concelho e na freguesia os valores são de 17% e 23%, respetivamente.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura V.22 – Qualificação da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).

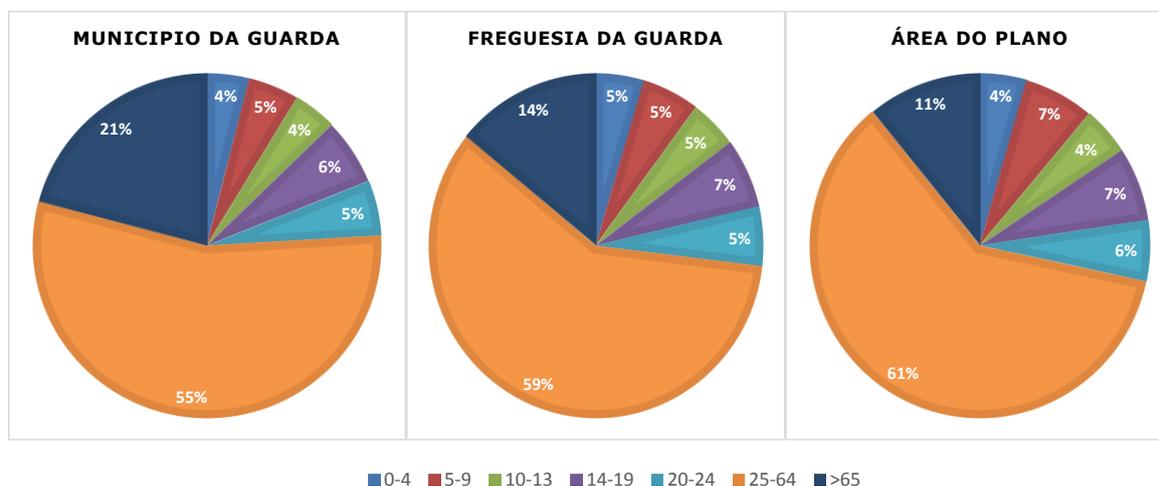
A **integração profissional** da população é analisada a partir da relação de população residente desempregada à procura de emprego e população residente empregada. De acordo com os Censos 2011, verifica-se que 230 indivíduos encontram-se à procura de emprego, cerca de 4,5% da população residente, e que 2425 indivíduos encontram-se empregados, cerca de 47,7% da população residente.

Considera-se que o universo de população potencialmente ativa são os indivíduos desempregados à procura do 1º emprego, os indivíduos desempregados à procura de emprego e os indivíduos empregados, excluindo os estudantes, os pensionistas, os reformados e os indivíduos sem atividade económica que não estão à procura de emprego. Assim sendo, a população potencialmente ativa em 2011 é de 2707 indivíduos, em que 90% é população empregada e 10% é desempregada.

Refere-se que os dados utilizados são do ano 2011 por serem os únicos dados disponíveis com o nível de especificidade à área do Plano. De modo a colmatar esta lacuna, será analisado um indicador que poderá ser aferido anualmente, nomeadamente o n.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego, porém este é um indicador ao nível do município e não ao nível do Plano. Mais se refere que, devido à Pandemia de COVID-19, que se enfrenta desde março de 2020, os valores serão significativamente influenciados pela crise laboral consequente à pandemia, podendo não ser fácil a aferição direta do Objetivo de sustentabilidade através deste indicador. Em dezembro de 2019, eram 1196 desempregados inscritos no centro de emprego, registando-se uma

diminuição desde janeiro do mesmo ano, em que o número de desempregados era de 1399 pessoas.

Os valores subjacentes à qualificação e integração profissional da população estão diretamente relacionados com a sua estrutura etária. A população residente na área do Plano é maioritariamente representada por população na faixa dos 25 aos 64 anos de idade (cerca de 61%), realidade idêntica ao concelho e ao concelho da Guarda. A área do Plano distancia-se do panorama municipal e da freguesia na faixa etária “maiores que 65” e “crianças entre os 5 e os 9 anos”, revelando um menor índice de envelhecimento da população (cerca de 11% face aos 21% do concelho e 14% da freguesia de população com idade superior a 65 anos), apresentando um maior potencial de desenvolvimento demográfico, de qualificação e integração profissional da população.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura V.23 – Estrutura etária da população residente na Guarda (concelho e freguesia) e na área do Plano (Censos 2011).

Conclui-se que as realidades demográficas na área do Plano são mais favoráveis do que as verificadas ao nível do concelho e da freguesia em que se integra. Todavia, pretende-se que os valores de desemprego diminuam, valor que tendencialmente irá aumentar, conseqüente da Pandemia COVID-19.

V.3.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.15 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **População**, pertencente ao FCD **Socioeconomia**.

Quadro V.15 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Socioeconomia e CA População

FCD – SOCIOECONOMIA		
CA – POPULAÇÃO		
OBJETIVOS	Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana	Promover a qualificação e integração profissional da população
Q1 Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;	 A melhoria da acessibilidade promove a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Q2 Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>
Q3 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;	 Possibilita a fixação de novos residentes na área do Plano	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Q4 Aumento da área do Parque Industrial;	 Possibilita a criação de mais emprego, promovendo a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	 Possibilita a criação de mais emprego e, conseqüentemente, a integração profissional da população
Q5 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;	 A melhoria da acessibilidade e a valorização paisagística promovem a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Q6 Criação de uma estrutura de mobilidade suave , incluindo percursos partilhados;	 A melhoria da acessibilidade por modos suaves promove a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

<p>07</p> <p>Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	<p></p> <p>A melhoria paisagística e de valências recreativas promovem a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>
---	--	--

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

V.3.1.3. Avaliação das Propostas do Plano

O critério da população está subjacente à análise do aumento da população, promovido pela criação de novas áreas habitacionais, e a uma melhor qualificação da população e sua integração profissional, promovendo um maior desenvolvimento socioeconómico da área e do concelho.

O **aumento da população** é uma realidade que tem vindo a verificar ao nível da freguesia, resultado de um efeito polarizador da cidade da Guarda face aos outros territórios municipais. A área do Plano pretende dar resposta a esse crescimento, incentivando a fixação da população através da criação de novos “Espaços Habitacionais”.

Assim, o Plano propõe mais 44% de espaços habitacionais, face aos existentes, sendo grande parte consolidação das áreas já existentes. Destacam-se as seguintes disposições que concorrem para este objetivo de sustentabilidade:

“SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS
Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar
(...)
3 – No caso de operações de loteamento e nas áreas a estruturar, é dado o cumprimento às seguintes condições:
(...)
c) As operações urbanísticas obedecem ao princípio de valorização do espaço público, disponibilizando as áreas necessárias ao reperfilamento dos arruamentos de acesso e criação ou ampliação de passeios, (...).”

“SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS
Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva
(...)
5 – As operações urbanísticas devem privilegiar soluções de continuidade dos espaços de utilização coletiva, promovendo a integração destas áreas na Cidade, (...).”

A ampliação do Parque Industrial, refletida no ponto seguinte (V.3.2. – Economia), promove a fixação da população residente e atrai novos residentes, por ser um dos grandes geradores de emprego na área do Plano.

A fixação da população da área do Plano também é promovida pela melhoria das acessibilidades, tanto viárias, como por modos suaves. Posto isto, para o aumento da população também contribuem, ainda que indiretamente, as seguintes disposições:

“TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 41.º - Rede rodoviária

1 – O traçado da rede rodoviária respeita às vias existentes ou a espaços-canal destinados às novas vias, abrangendo a seguinte hierarquia:

- a) Vias coletoras;*
- b) Distribuidoras principais;*
- c) Distribuidoras locais;*
- d) Vias de acesso local. (...).”*

“TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave

1 – O traçado da rede de mobilidade suave integra as seguintes tipologias:

- a) Pedovia estruturante;*
- b) Pedovia secundária;*
- c) Ecovia. (...).”*

Concluindo, a proposta de aumento de espaços habitacionais e a promoção de uma maior coesão territorial da área do Plano, bem como de uma maior proximidade ao centro da cidade através de uma rede viária e rede de mobilidade suave fortemente articulada, possibilitam a fixação de novos habitantes na área do Plano. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para “Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana”.

A **promoção da qualificação da população** é promovida pela presença e/ou acessibilidade a equipamentos escolares. Através da análise efetuada no ponto V.2.2. – Sustentabilidade Urbana, nomeadamente sobre os Equipamentos, compreendemos que a área do Plano já é bem dotada de equipamentos escolares. Porém, os equipamentos escolares de obtenção de graus superiores localizam-se fora da área do Plano.

Assim, considera-se que o contributo do Plano para este objetivo é feito através da melhoria das acessibilidades da área do Plano para o exterior, designadamente a equipamentos de ensino superior no concelho e fora deste.

A área do Plano já possui boas condições de acessibilidade, conferidas pelas ligações à VICEG (Via de Cintura Externa da Guarda), que estabelece ligações com cidade e com as grandes infraestruturas viárias (A25 e A23). Com a criação de uma nova ligação viária – a variante dos F's – que atravessa a área de estudo, esta adquire ainda melhores condições de acessibilidade, garantindo assim a melhoria das acessibilidades da população, nomeadamente a estabelecimentos de ensino dos diferentes níveis.

A qualificação da população também é consequente da melhoria geral das condições de vida, inclusivamente da existência de emprego, nomeadamente em empresas com maiores necessidades de mão-de obra qualificada.

De uma forma geral, as melhorias socioeconómicas de uma população são acompanhadas por melhorias ao nível da sua qualificação.

A **integração profissional da população** é promovida pela expansão do Parque Industrial que criará mais emprego e, conseqüentemente, mais oportunidades profissionais. Este objetivo também é promovido pelas razões anteriormente elencadas sobre a acessibilidade entre a área do Plano e o exterior. As disposições que concorrem para este objetivo, para além das relacionadas com a mobilidade, são:

"SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

Artigo 32.º - Identificação e usos

(...)

2 – Nestes espaços o uso dominante é o industrial, admitindo-se a instalação de usos complementares inerentes às atividades de comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos hoteleiros."

Concluindo, a proposta de aumento do Parque Industrial e a melhoria de acessibilidades ao centro da cidade e às grandes infraestruturas viárias, possibilitam uma maior proximidade a equipamentos escolares, a locais de emprego e contribui para a criação de novos empregos no caso do Parque Industrial. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para "Promover a qualificação e integração profissional da população".

O Quadro V.16 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **População**, pertencente ao FCD **Socioeconomia**.

Quadro V.16 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Socioeconomia e CA População

		FCD – SOCIOECONOMIA	
		CA – POPULAÇÃO	
		Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana	Promover a qualificação e integração profissional da população
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	Regulamento	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar, ponto 3, alínea c) - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva, ponto 5 - SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, Artigo 32.º - Identificação e usos, ponto 1 e 2 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 41.º - Rede rodoviária, ponto 1, 2 e 3 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave, ponto 1, 2, 3 e 4	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, Artigo 32.º - Identificação e usos, ponto 1 e 2 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 41.º - Rede rodoviária, ponto 1, 2 e 3 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave, ponto 1, 2, 3 e 4
	Zonamento (Qualificação Funcional)	 Aumento dos “Espaços Habitacionais” possibilita a fixação de novos residentes (Aumento de 44% de espaços habitacionais)	 Aumento de “Espaços de Atividades Económicas”, possibilita a criação de mais emprego e, conseqüentemente, a integração profissional da população (Aumento de 130% de espaços de atividades económicas)
	Zonamento (Estrutura Ecológica)	 A melhoria paisagística, ecológica e ambiental, bem como de valências recreativas, promovem a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
	Mobilidade Viária	 A melhoria da acessibilidade viária promove a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	 As vias propostas garantem um maior acesso ao emprego e a estabelecimentos de ensino fora da área do Plano (Contributo indireto)
	Mobilidade Suave	 A melhoria da acessibilidade por modos suaves promove a atratividade de população para a área do Plano (Contributo indireto)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>



Contributo positivo – OPORTUNIDADE



Contributo neutro ou pouco significativo



Contributo negativo - RISCOS

A Proposta de Plano contribuí para a fixação da **população** na área em estudo e para um maior acesso ao emprego e ao ensino.

V.3.2. Economia

Para este critério foi dado especial destaque ao Parque Industrial existente, considerado como principal elemento gerador de economia dentro da área do Plano. Foi elencado 1 Objetivo de sustentabilidade e 2 indicadores a aferir pela Câmara Municipal anualmente, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro V.17 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Economia

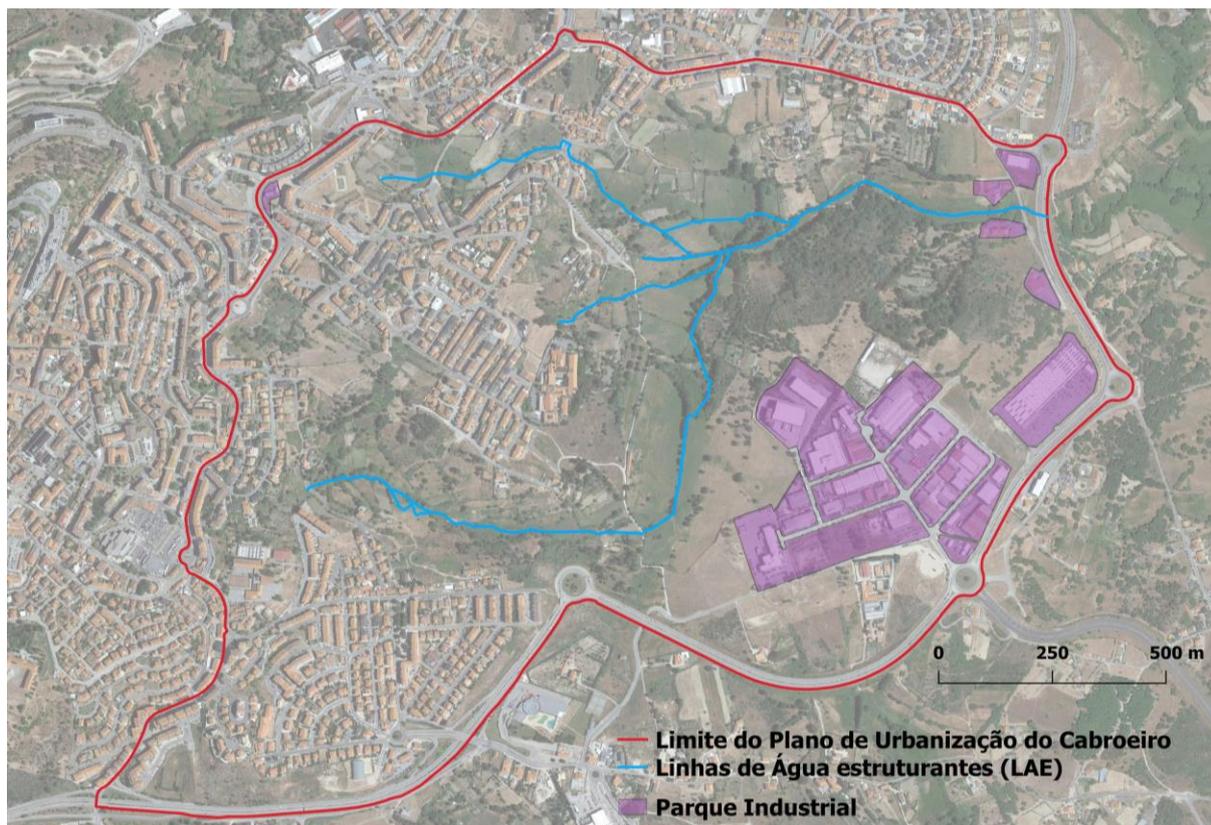
OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none">Promover a instalação de empresas no Parque Industrial.	<ul style="list-style-type: none">Nº de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados (CMG);Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar (%) (CMG).	<ul style="list-style-type: none">32 lotes ocupados e 5 lotes não ocupados;Indicador de seguimento.

V.3.2.1. Situação Atual e Tendencial

O Parque Industrial existente na área do Plano localiza-se na articulação entre a VICEG e a A23, uma localização privilegiada do ponto de vista do escoamento de produtos, mas também da possibilidade de localização de áreas ligadas à logística urbana.

Atualmente, existem fábricas de peças automóveis, de materiais de construção, metalúrgicas, prestações de manutenção industrial, lavandarias industriais, centro de inspeções, escritórios empresariais, comércio de decoração e *bricolage*, associações, cafés/restaurantes, entre outros. A área ocupada do Parque Industrial perfaz um total de 213557 m², considerando apenas os quarteirões ocupados.

O desenho atual do Parque Industrial contempla um total de 37 lotes, dos quais 5 não estão ocupados, perfazendo 87% de área ocupada, aproximadamente. Os lotes não ocupados têm, em média, 2850 m², podendo ser um valor que restringi a fixação de empresas com necessidades de dimensões superiores.



Fonte: Própria.

Figura V.24 – Parque Industrial

Na ausência do Plano, o território rege-se pelo Plano Diretor Municipal da Guarda, no qual o Espaço de atividades económicas referentes à expansão do Parque Industrial da Guarda, denominado de Indústria no PDM, apresenta maior área de expansão para poente e norte, afetando com mais significância os valores naturais e paisagísticos existentes na área do Plano.

V.3.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.18 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Economia**, pertencente ao FCD **Socioeconomia**.

Quadro V.18 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Socioeconomia e CA Economia

FCD – SOCIOECONOMIA	
OBJETIVOS	CA – ECONOMIA
	Promover a instalação de empresas no Parque Industrial
Q1 Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;	 A melhoria da acessibilidade promove a instalação de edifícios destinados à atividade económica no Parque Industrial (Contributo indireto)
Q2 Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>
Q3 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;	 Permite a fixação de população, que traduzir-se-á em potenciais trabalhadores afetos ao Parque Industrial, respondendo às suas necessidades (Contributo indireto)
Q4 Aumento da área do Parque Industrial;	 Possibilita a instalação de novos edifícios destinados à atividade económica no Parque Industrial (Aumento de 130% de área afeta a atividades económicas)
Q5 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Q6 Criação de uma estrutura de mobilidade suave , incluindo percursos partilhados;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Q7 Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas , através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

V.3.2.3. Avaliação das Propostas do Plano

A **promoção da instalação de empresas no Parque Industrial**, através do Plano, é protagonizada pela sua expansão, possibilitando a fixação de um maior número de

edifícios afetos à atividade económica. Este objetivo é, também, promovido pela melhoria da acessibilidade ao Parque Industrial, através da criação de novas vias, designadamente da variante dos F's.

Assim sendo, as disposições que concorrem para este objetivo são:

"SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

Artigo 32.º - Identificação e usos

(...)

2 – Nestes espaços o uso dominante é o industrial, admitindo-se a instalação de usos complementares inerentes às atividades de comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos hoteleiros."

"TÍTULO V – MOBILIDADE

Artigo 41.º - Rede rodoviária

1 – O traçado da rede rodoviária respeita às vias existentes ou a espaços-canal destinados às novas vias, (...).

(...)."

Refere-se que, o aumento de "Espaços Habitacionais" permite a fixação de novos indivíduos que poderão ser potenciais trabalhadores afetos ao Parque Industrial, respondendo às suas necessidades

Outros aspetos da proposta que podem configurar contributos instalação de empresas no Parque Industrial dizem respeito ao sistema de incentivos, elencados nas disposições que se seguem:

"TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52.º - Incentivos

1 – Com vista à concretização dos objetivos do Plano e da concretização de políticas de melhoria, qualificação e valorização do ambiente urbano, devem ser definidos incentivos a iniciativas que configuram relevante interesse, designadamente:

(...)

b) A transferência de atividades de indústria ou de armazenagem, com evidentes impactes ambientais negativos, existentes em áreas residenciais para os espaços de atividades económicas definidas no Plano;

(...);

2 – Os incentivos referidos no número anterior devem, preferencialmente, traduzir-se em benefícios fiscais, a definir em Regulamento Municipal."

Concluindo, com um aumento cerca de 130% da área afeta às atividades económicas, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para “Promover a instalação de empresas no Parque Industrial”.

O Quadro V.19 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Economia**, pertencente ao FCD **Socioeconomia**.

Quadro V.19 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Socioeconomia e CA Economia

PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)		FCD – SOCIOECONOMIA CA – ECONOMIA Promover a instalação de empresas no Parque Industrial
Regulamento	<p style="text-align: center;"></p> <p>Apresenta conteúdos de promoção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, Artigo 32.º - Identificação e usos, ponto 1 e 2 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 41.º - Rede rodoviária, ponto 1, 2 e 3 - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave, ponto 1, 2, 3 e 4 	
Zonamento (Qualificação Funcional)	<p style="text-align: center;"></p> <p>Aumento de “Espaços de Atividades Económicas” em zonas contíguas ao Parque Industrial (Aumento de 130% de espaços de atividades económicas)</p> <p style="text-align: center;"></p> <p>Aumento de “Espaços Habitacionais” que permite a fixação de população e, conseqüentemente, em potenciais trabalhadores afetos ao Parque Industrial, respondendo às suas necessidades (Contributo indireto)</p>	
Zonamento (Estrutura Ecológica)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	
Mobilidade Viária	<p style="text-align: center;"></p> <p>A melhoria da acessibilidade promove a instalação de edifícios destinados à atividade económica no Parque Industrial</p>	
Mobilidade Suave	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

Em geral, a Proposta de Plano contribuí para promoção de **instalação de empresas no Parque Industrial** através do espaço adequado disponibilizado para esse fim. Porém, a instalação de empresas é dependente de muitas dinâmicas externas ao Plano.

V.4. AMBIENTE

V.4.1. Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental depende de uma diversidade de fatores, na presente análise pretendemos dar destaque aos que poderão ser mais questionáveis quanto o seu estado de qualidade tendo em conta a área do Plano.

Para este critério de avaliação foram elencados 6 Objetivos de sustentabilidade e 11 indicadores a aferir pela Câmara Municipal anualmente, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro V.20 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Qualidade Ambiental

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do estado de qualidade das águas superficiais (APA). 	<ul style="list-style-type: none"> Estado global Inferior a Bom (rio Noéme).
<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas) (APA); Índice da qualidade do ar (APA). 	<ul style="list-style-type: none"> SO_x – 0,0957; COVNM – 1,7270; PM_{2,5} – 0,3880; CO₂ – 253,98; CH₄ – 2,3062; NH₃ – 0,2692; NO_x – 0,7121 e N₂O – 0,0563 (ton/Km²); 156 dias “Muito Bom” e 141 dias “Bom”.
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados. 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros) (%) (CMG); Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros) (%) (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> 98% dos alojamentos; 97% das empresas.
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficiência das Infraestruturas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA) (SMAS-G/CMG); Território coberto por infraestruturas pela rede de água residuais (AR) (%) (SMAS-G/CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento; 100% de abrangência.
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano (CMG); Nº de edifícios em áreas de conflito (CMG). 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento; 75 edifícios.
<ul style="list-style-type: none"> Prevenção de Riscos Tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (CMG/APA); Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão (CMG/APA). 	<ul style="list-style-type: none"> 0 empresas; 0 edifícios.

V.4.1.1. Situação Atual e Tendencial

A linha de água principal presente na área do Plano é afluente do rio Diz, e apesar do seu carácter permanente, tem pouca expressão no território, não estando, por isso classificada individualmente quanto ao seu estado de qualidade. Assim, para o presente estudo considerou-se a análise do estado da **massa de água** do rio Noéme, que tem como afluente o rio Diz.

Segundo o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), a massa de água apresenta um estado global de *Inferior a Bom*, sendo referidas como principais pressões responsáveis as Águas Residuais, a Agricultura e a Pecuária.

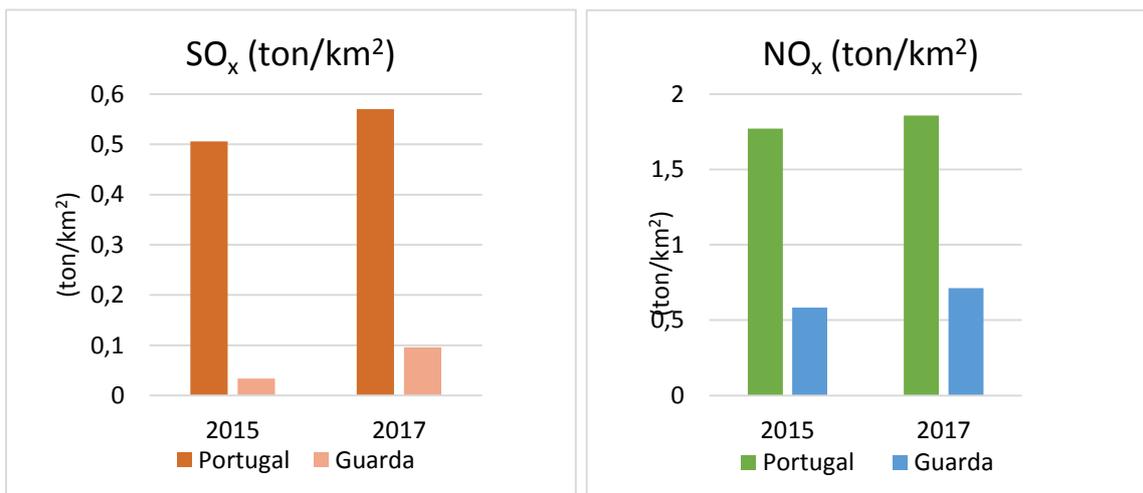
Quadro V.21 – Estado da massa de água do rio Noéme, foz do rio Diz.

MASSA DE ÁGUA	AVALIAÇÃO DO ESTADO		
	ESTADO ECOLÓGICO	ESTADO QUÍMICO	ESTADO GLOBAL
Rio Noéme	Medíocre	<i>Desconhecido</i>	Inferior a Bom

Fonte: ARHN - PGBH RH3 Douro – Setembro de 2011.

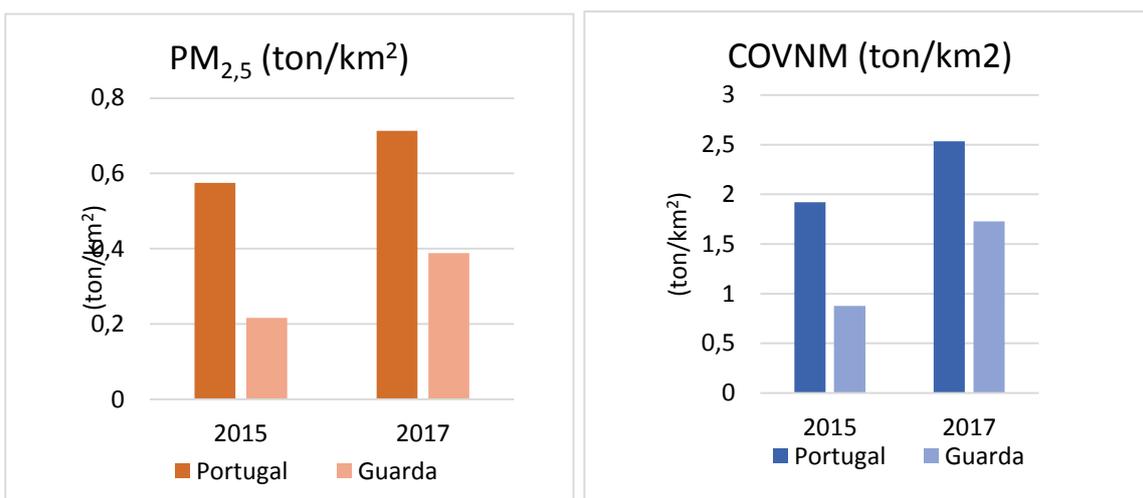
Relativamente à **qualidade do ar**, importa reconhecer a evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas por concelho), e o índice da qualidade do ar, uma vez que, na área do Plano, existe uma área industrial e infraestruturas viárias de maior dimensão.

A análise das emissões é feita ao nível do concelho, não existindo dados com maior nível de desagregação. Esta análise foi efetuada com base nos dados do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA), referentes aos anos 2015 e 2017 e disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente.



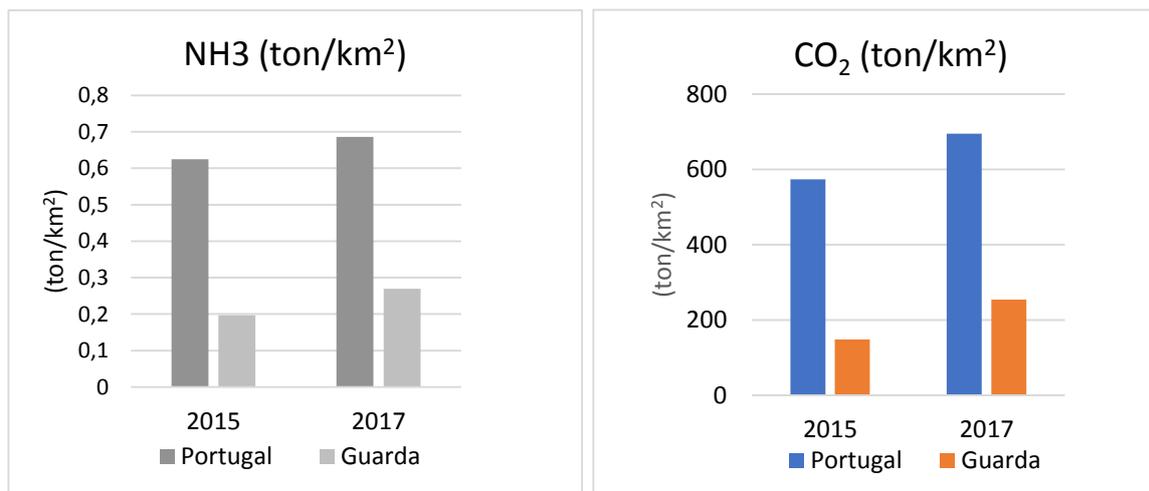
Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Figura V.25 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (SO_x e NO_x) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país.



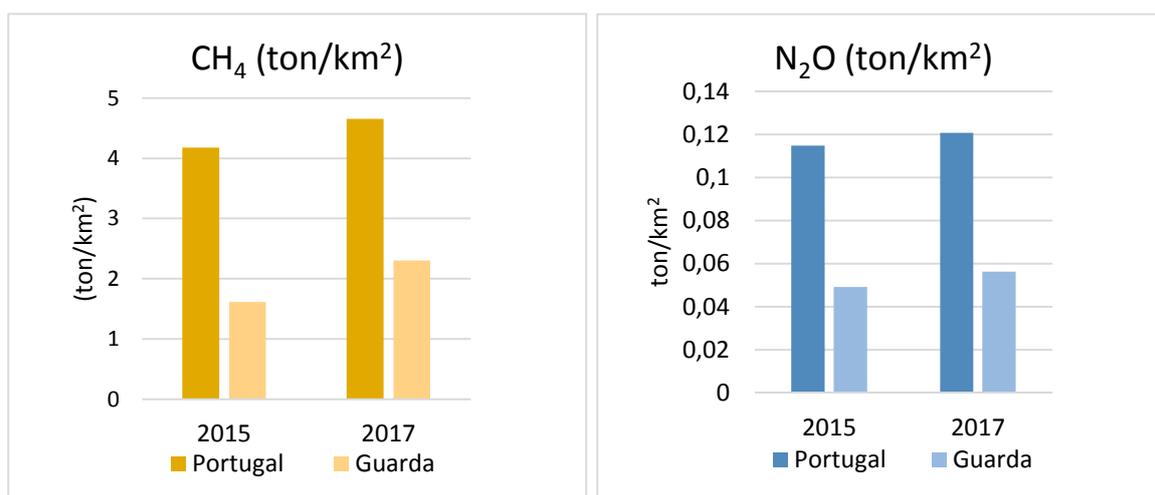
Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Figura V.26 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (PM_{2,5} e COVNM) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país



Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Figura V.27 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (NH₃ e CO₂) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país



Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Figura V.28 - Evolução das emissões de poluentes atmosféricos (CH₄ e N₂O) entre 2015 e 2017 no concelho da Guarda e no país

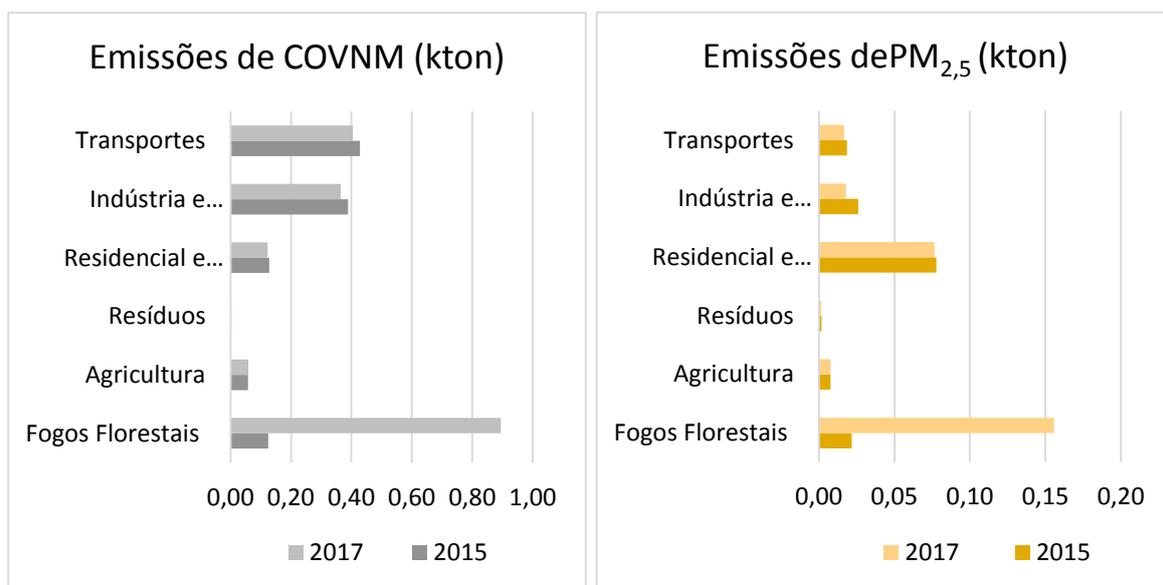
A análise da evolução das emissões de poluentes atmosféricos, nos anos de 2015 e 2017, no concelho da Guarda e respetiva comparação com os valores nacionais, permite identificar o crescente aumento das emissões de todos os poluentes atmosféricos analisados, seguindo as tendências a nível nacional:

- Acréscimo de 184% de SO_x – 0,0337 para 0,0957 ton/Km²;
- Acréscimo de 97% de COVNM – 0,8755 para 1,7270 ton/Km²;
- Acréscimo de 80% de PM_{2,5} – 0,2158 para 0,3880 ton/Km²;
- Acréscimo de 71% de CO₂ – 148,57 para 253,98 ton/Km²;
- Acréscimo de 43% de CH₄ – 1,6172 para 2,3062 ton/Km²;

- Acréscimo de 37% de NH₃ – 0,1969 para 0,2692 ton/Km²;
- Acréscimo de 22% de NO_x – 0,5845 para 0,7121 ton/Km²;
- Acréscimo de 15% de N₂O – 0,0492 para 0,0563 ton/Km².

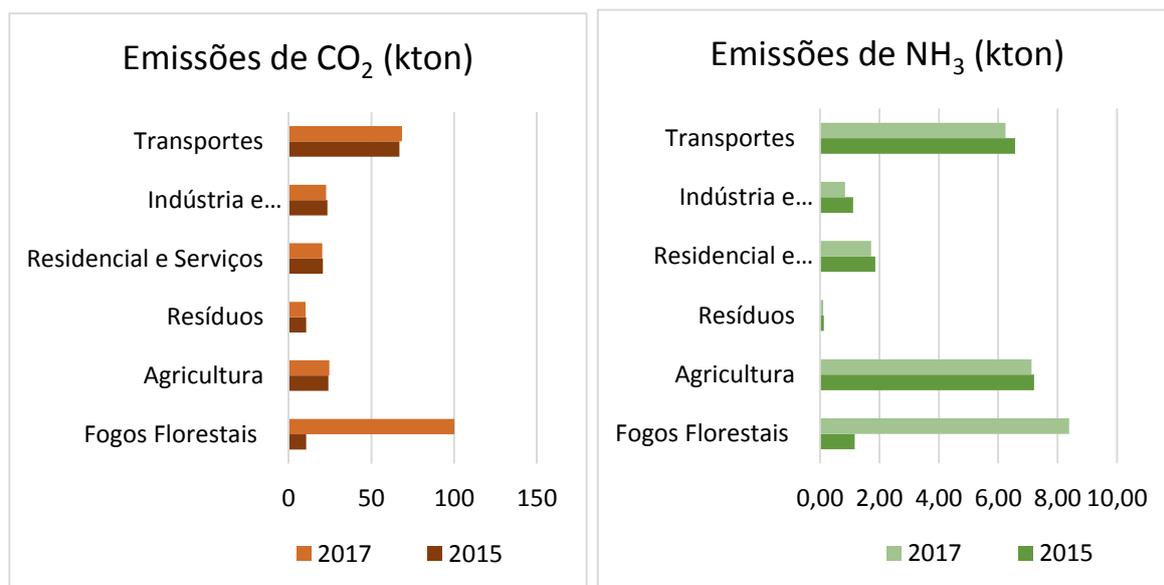
Apesar do crescimento dessas emissões, o concelho da Guarda apresenta níveis significativamente inferiores à média nacional. Na totalidade dos poluentes analisados, a contribuição do concelho da Guarda para o panorama nacional é praticamente vestigial, com uma contribuição máxima de 0,28% das emissões totais registadas em território Nacional.

Este crescimento de emissões de poluentes atmosféricos teve como principal causa os fogos florestais, como podemos observar na figura que se segue. No entanto, sem este emissor, o setor dos "Transportes" é principal responsável pelas emissões e, seguidamente, o setor da "Agricultura".



Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Figura V.29 - Emissões de poluentes atmosféricos (COVNM e PM_{2,5}) por sector para os anos de 2015 e 2017 no concelho da Guarda



Fonte de dados: Emissões por Concelho. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA). Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em <http://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

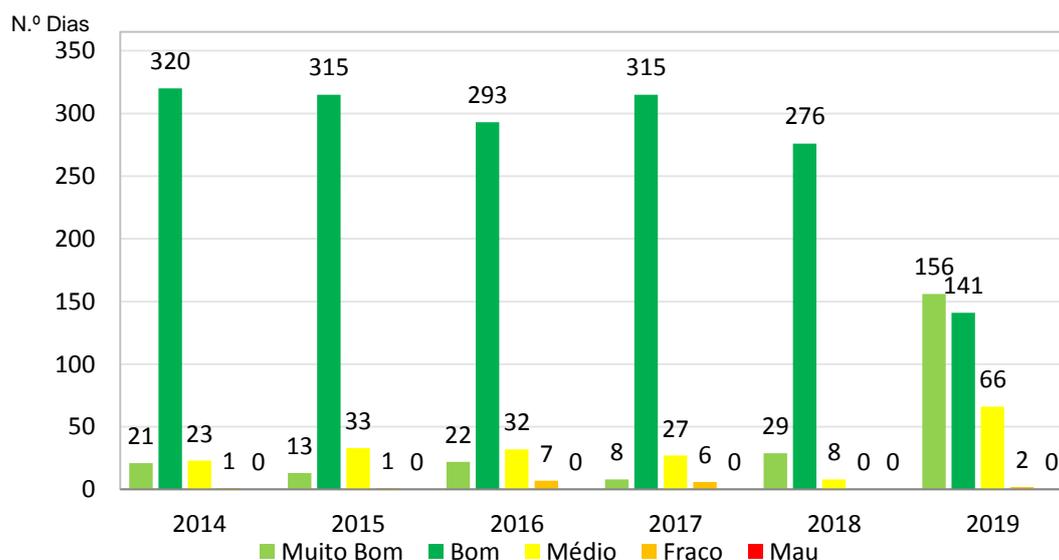
Figura V.30 - Emissões de poluentes atmosféricos (CO₂ E NH₃) por sector para os anos de 2015 e 2017 no concelho da Guarda

As emissões com origem no setor "Indústria e Eletricidade" diminuíram de 2015 para 2017, assim como as de origem no setor "Residencial e Serviços". As emissões com origem no setor dos "Transportes" e da "Agricultura" também diminuíram, com a exceção dos gases de efeito de estufa que aumentaram, embora com pouca significância.

O setor "Indústria e Eletricidade" torna-se preocupante relativamente à emissão de Percursos de Ozono (COVNM) e o setor dos "Transportes" na emissão dos Gases Acidificantes (NH₃), de Percursos de Ozono (COVNM) e de Gases Efeitos de Estufa (CO₂). A agricultura é a principal emissora, com a exceção dos fogos florestais, dos Gases Acidificantes (NH₃).

No que respeita ao índice de qualidade do ar na região, analisaram-se os dados disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente para a zona Centro Litoral, onde se enquadra o concelho, que corresponde aos valores registados nas estações de qualidade do ar de Fundão e de Fornelo do Monte, no concelho de Fundão e Vouzela, respetivamente.

Analisando os dados da Figura V.31, contata-se que a qualidade do ar na região é, predominantemente boa, sendo que no período analisado, de 2014 a 2019, presenciamos uma melhoria da qualidade do ar em 2019, aumentando a qualidade dos dias de qualidade *Muito boa* em 438%.



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Figura V.31 – Índice de Qualidade do Ar no período 2014-2019 para a Zona Centro Litoral.

A qualidade do ar no concelho da Guarda é reconhecida pela sua pureza, tendo sido atribuído ao concelho o título de primeira “Cidade Bioclimática Ibérica”, em 2002 pela Federação Europeia de Bioclimatismo.

Na ausência do PU, o território em causa rege-se pelo PDM em vigor, que prevê uma maior área de expansão industrial, o que poderá levar a um aumento de emissões e, consequentemente, uma diminuição da qualidade do ar.

Uma gestão adequada de **resíduos gerados** contribui para uma melhoria da qualidade ambiental. O Município da Guarda é a entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada dos resíduos urbanos e respetivo transporte a destino final podendo, para o efeito, recorrer a contratos de prestação de serviços. Esta gestão é assegurada por 3 circuitos de recolha: recolha indiferenciada, recolha seletiva e recolha de grandes volumes (“monstros”).

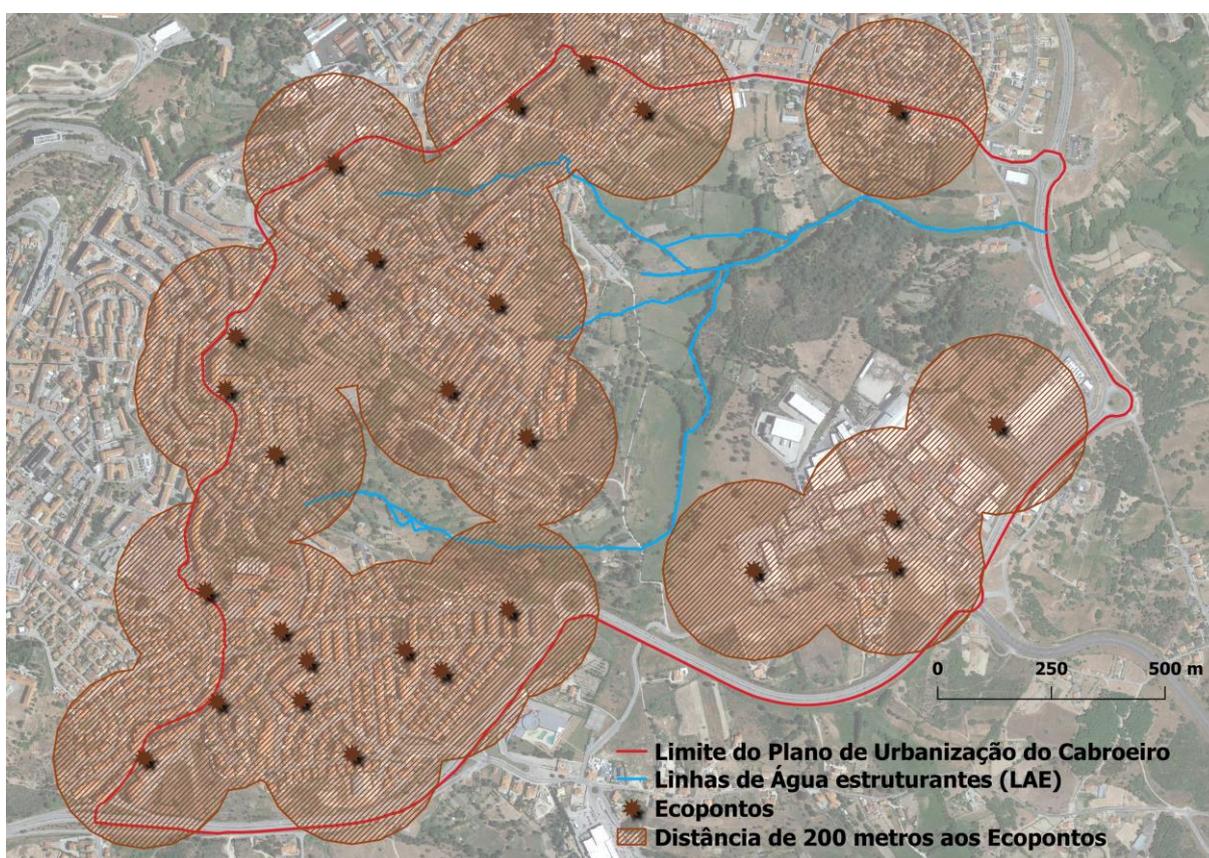
O tratamento e destino final dos resíduos depositados é na estação de transferência (ET) e é assegurado pela Resiestrela S.A., responsável pela concessão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira. A ET é uma instalação onde os resíduos urbanos são descarregados com o objetivo de os preparar para serem transportados para o local de tratamento, valorização ou eliminação.

A recolha de grandes volumes e de resíduos verdes é gratuita, sendo estes transportados para o Ecocentro da Guarda. O ecocentro é um parque amplo com contentores de grandes dimensões, destinados a receber e armazenar separadamente resíduos, para posterior tratamento e reciclagem. Existem, ainda, 20 oleões para recolha de óleos alimentares usados.

Em 2018, segundo a ERSAR, 92% dos alojamentos existentes no concelho dispunham de serviço de recolha indiferenciada e 57% de serviço de recolha seletiva.

Na área do Plano, a recolha seletiva conta com 28 ecopontos, 24 nos espaços habitacionais e 4 nos espaços industriais. Estes números resultam em 97 alojamentos/ecoponto nos espaços habitacionais, sendo um valor bastante alto e não satisfatório, e 9 empresas/ecoponto nos espaços industriais, sendo um valor bastante satisfatório.

Relativamente à abrangência, considerando uma distância máxima de 200 metros, 98% dos alojamentos estão servidos de recolha seletiva por ecoponto e 97% das empresas estão servidas da recolha em questão, como podemos constatar através da figura seguinte.



Fonte: Própria.

Figura V.32 – Área de abrangência dos ecopontos

Importa referir, que apenas 8,8% dos resíduos urbanos recolhidos no concelho são para reciclagem, sendo uma realidade bastante negativa ao nível do ambiente.

A tendência é de aumentar a abrangência do serviço da recolha seletiva (ecopontos), resultante de uma maior preocupação por parte da Câmara Municipal sobre a área do Ambiente. Adicionalmente, a previsão de aumento da população residente na área do

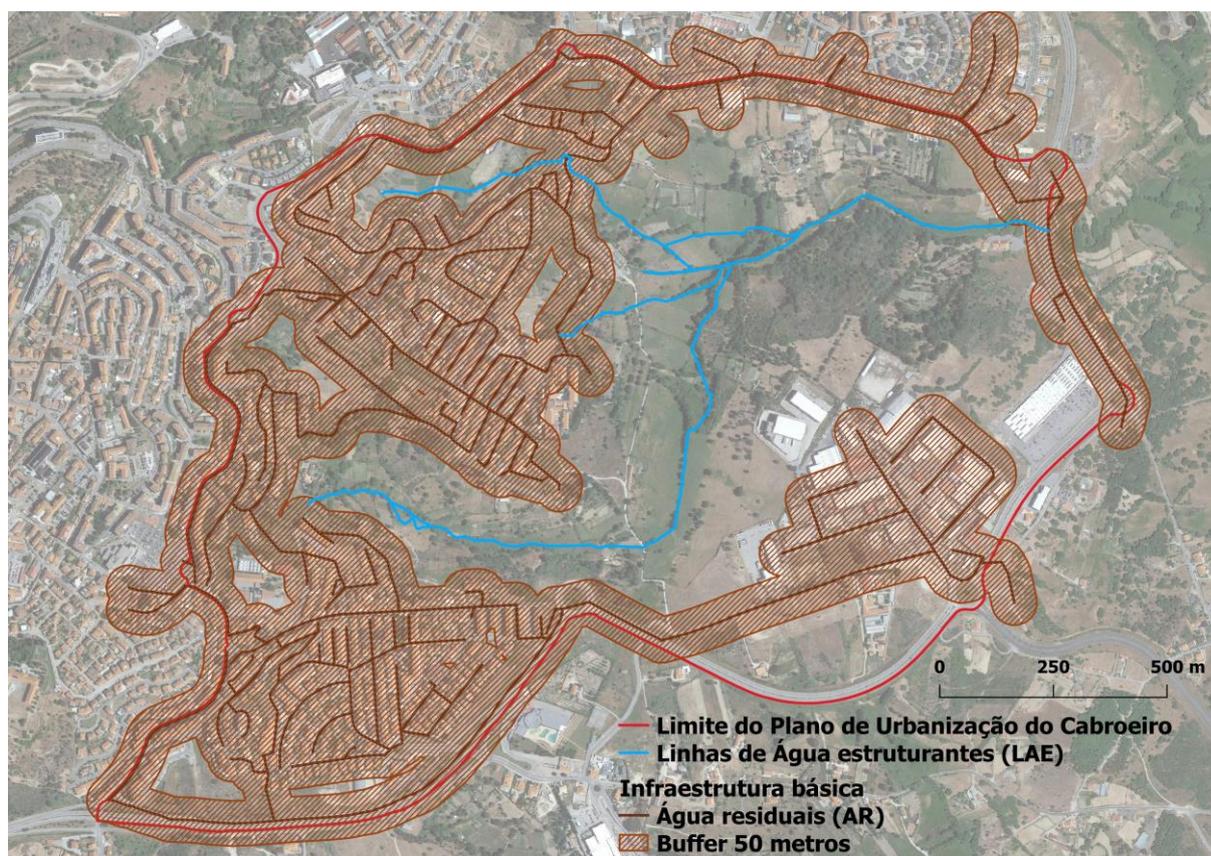
Plano, levará a uma otimização da dotação de infraestruturas de recolha, tornando-a menos onerosa.

A existência e a eficiência das **infraestruturas básicas** contribuem para uma utilização sustentável do recurso água, com menos perdas, para a prevenção de riscos, como a poluição dos solos ou da água, levando a uma melhoria da qualidade ambiental.

Em 2018, segundo a ERSAR, apenas 78% dos alojamentos existentes no concelho tinham serviço efetivo de abastecimento de água, sendo um valor bastante baixo. Registou-se, anualmente, 1 falha no abastecimento, 171 avarias nas condutas e 823660,8 m³ de perdas reais. Entre 2014 e 2018, 1,7% das condutas de abastecimento de água existentes no concelho foram reabilitadas. Considera-se essencial as vistorias e/ou ações de requalificação das infraestruturas de abastecimento de água, promovendo assim a eficácia da rede e, conseqüentemente, a diminuição de perdas reais.

Em 2018, segundo a ERSAR, 73% dos alojamentos existentes no concelho tinham serviço efetivo de recolha de água residuais, sendo um valor bastante baixo. Entre 2014 e 2018, 1,4% dos coletores de águas residuais existentes no concelho foram reabilitados.

Na área do Plano, 100% os alojamentos existentes têm serviço efetivo de recolha de água residuais, como podemos constatar através da figura seguinte.



Fonte: Própria.

Figura V.33 – Área de abrangência por infraestrutura de AR

Conclui-se que, a realidade da área do Plano é bastante mais satisfatória que a realidade do concelho da Guarda.

A tendência é de aumentar a abrangência dos serviços – AA e AR - resultante de uma maior preocupação por parte da Câmara Municipal sobre a área do Ambiente. Por outro lado, a previsão de aumento da população residente na área do Plano, levará a um acréscimo destas infraestruturas e, previsivelmente, a uma maior abrangência.

O **ruído** é uma das componentes que contribuem para a qualidade ambiental. A área do PU, que é uma extensão do centro da cidade da Guarda e integra uma zona industrial, está sujeita nos termos da legislação em vigor, à elaboração de um mapa de ruído.

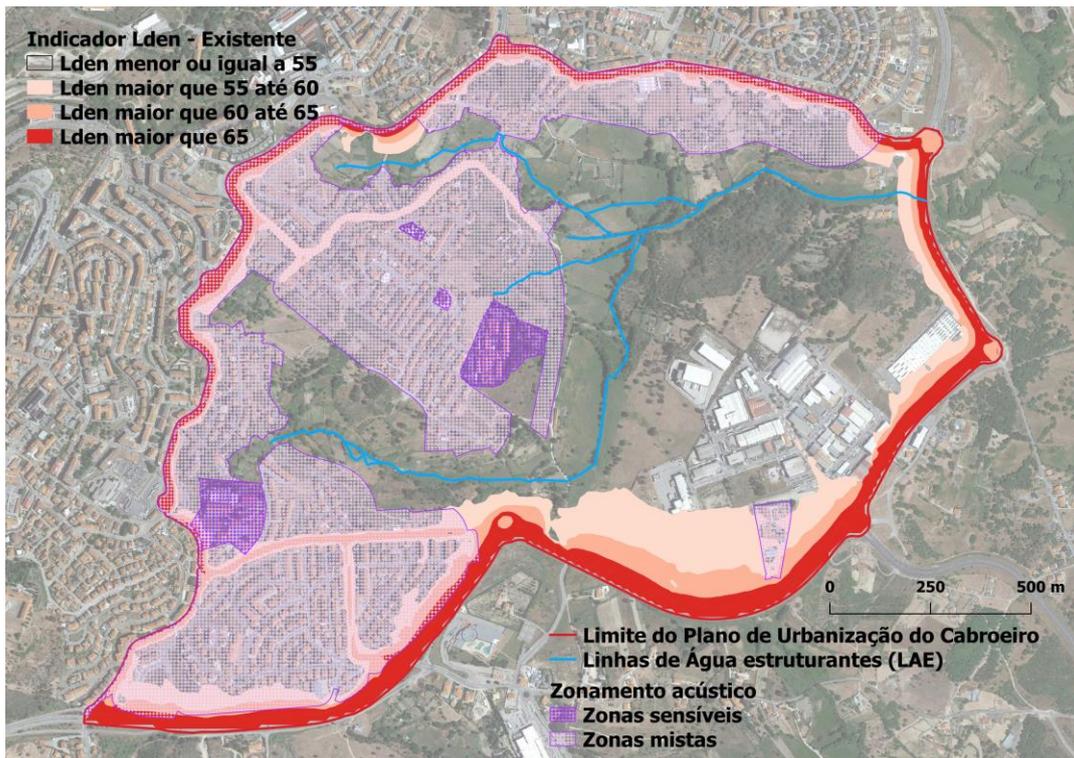
A classificação acústica para a área do Plano é de zona sensível para a Casa de Saúde – Bento Menni, para a Escola Secundária da Sé, para a Escola Primária do Bairro da Luz e para o Jardim de Infância do Bairro da Luz, e de zona mista para as restantes zonas urbanas, com a exceção do Parque Industrial, que não adquire classificação.

As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior 65 dB, expresso pelo indicador *Lden* – diurno/entardecer/noturno, e 55 dB, expresso pelo indicador *Ln* – noturno. Nas zonas sensíveis o limite permitido para *Lden* – diurno/entardecer/noturno é de 55 dB e *Ln* - noturno de 45 dB.

O mapa de ruído da área do Plano considera como fontes de ruído o tráfego rodoviário que circula nas vias de limítrofes (predominante da VICEG - Via de Cintura Externa da Guarda). Salienta-se a ausência do Parque Industrial como fonte de ruído.

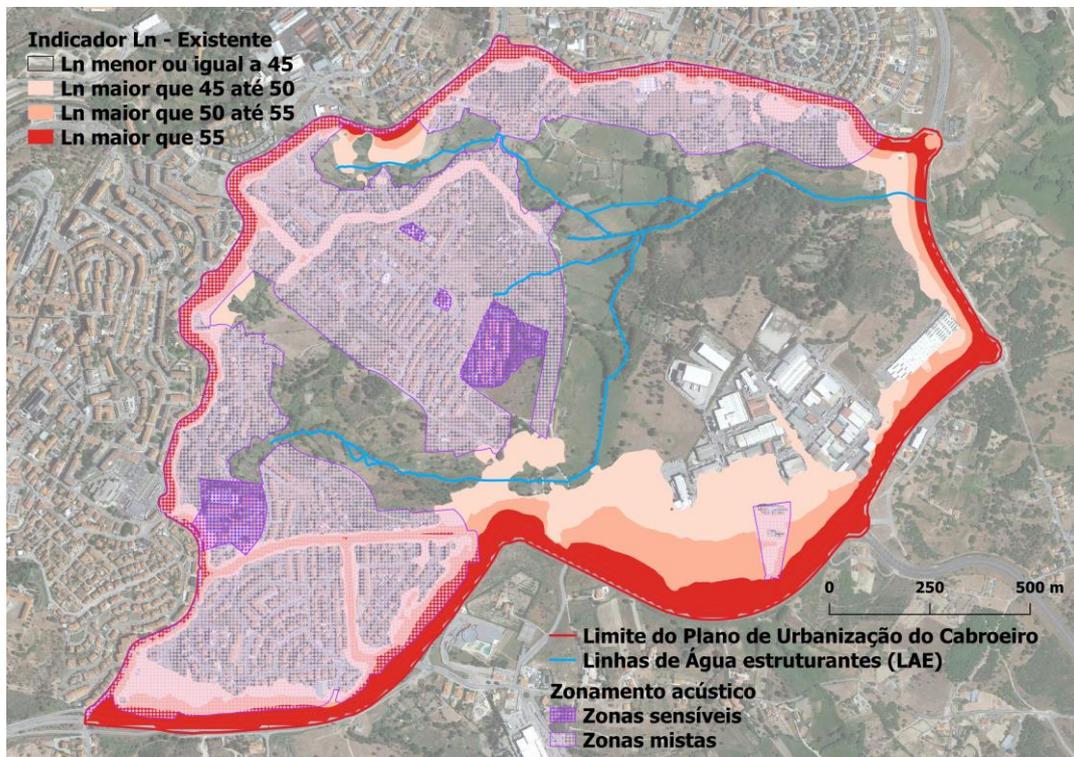
Como podemos observar através da Figura V.34 e Figura V.35, o mapa de ruído para o indicador diurno/entardecer/noturno (*Lden*) e para o indicador noturno (*Ln*), situação atual, resulta em zonas de conflito em zonas sensíveis, nomeadamente sobre a Escola Secundária da Sé, porém não abrange nenhum edifício, apenas o espaço exterior do equipamento, na parte confinante com a via de acesso a este.

Relativamente às zonas mistas, as zonas de conflito acontecem nos espaços confinantes com a VICEG e com a circular oposta, o conjunto composto pela rua António Sérgio, rua Almeida Garrett, rua Dr. Francisco Piçarra de Matos, rua da República, avenida Cidade Waterbury e rua Cidade de Bejar. Atualmente, nestas zonas, verificam-se 39 edifícios em áreas de conflito, avaliando o indicador diurno/entardecer/noturno (*Lden*), e 75 edifícios, avaliando o indicador noturno (*Ln*), sendo que no seu conjunto perfazem os 75 edifícios em áreas de conflito. Nestas áreas deverão ser promovidas medidas de minimização.



Fonte: Engacústica e Equipa do Plano.

Figura V.34 – Mapa de Ruído do PU do Cabreiroiro – Indicador Lden (Situação atual)



Fonte: Engacústica e Equipa do Plano.

Figura V.35 – Mapa de Ruído do PU do Cabreiroiro – Indicador Ln (Situação atual)

A tendência é de aumento dos valores apresentados, conseqüente da tendência de aumento da população na freguesia que levará a um aumento de emissões de ruído com origem no aumento do tráfego viário. Porém, segundo o relatório do mapa de ruído, esse aumento não é significativo ao ponto de invalidar a proposta de Plano.

Os **riscos tecnológicos** acontecem em conseqüência de circunstâncias diversas sobre estruturas não naturais, por exemplo: acidentes de tráfego, acidentes no transporte de matérias perigosas, colapso de estruturas, acidentes industriais, incêndios em edifícios e habitações, entre outros. A sua prevenção contribui para a manutenção da qualidade ambiental, através do ordenamento do território eficaz e do controlo dos riscos tecnológicos existentes.

Neste ponto pretendemos dar destaque aos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, uma vez que na área do Plano existe uma zona industrial.

Segundo a APA, na área do Plano não existem estabelecimentos abrangidos pela prevenção de acidentes graves. Em todo o concelho da Guarda existe, apenas, uma empresa abrangida a Pirotecnia das Beiras, F. A., LDA., sendo que a zona de perigosidade associada não abrange a área do Plano.

Uma vez que o concelho da Guarda tem uma nova área industrial, o Novo Pólo Industrial da Guarda, prevê-se que a tendência seja de instalação deste tipo de empresas nesta nova área industrial, caso se verifique o seu surgimento, por ser um espaço mais afastado do centro da cidade e de edifícios em geral.

V.4.1.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.22 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Qualidade Ambiental**, pertencente ao FCD **Ambiente**.

Quadro V.22 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ambiente e CA Qualidade Ambiental

OBJETIVOS	FCD - AMBIENTE					
	CA – QUALIDADE AMBIENTAL					
	Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
<u>O1</u> Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Aumento da emissão de poluentes atmosféricos	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Aumento do número das principais fontes de ruído, porém não resultam em zonas de conflito adicionais	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
<u>O2</u> Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>	<i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i>

FCD - AMBIENTE						
CA – QUALIDADE AMBIENTAL						
OBJETIVOS	Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
03 Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Reforço da rede de recolha seletiva	 Reforço das infraestruturas básicas e concentração das mesmas	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
04 Aumento da área do Parque Industrial;	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Aumento da emissão de poluentes atmosféricos	 Reforço da rede de recolha seletiva	 Reforço das infraestruturas básicas e concentração das mesmas	 Pode contribuir para uma maior emissão de ruído	 Possibilidade de integração de empresas abrangidas pela prevenção de acidentes graves, porém não se verifica essa tendência
05 Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;	 A arborização promoverá uma melhoria das massas de água (Contributo indireto)	 A arborização promoverá uma melhoria da qualidade do ar	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 A arborização promoverá uma diminuição do ruído	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

FCD - AMBIENTE						
CA – QUALIDADE AMBIENTAL						
OBJETIVOS	Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
<p>06</p> <p>Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p></p> <p>A adoção por uma mobilidade suave promoverá um aumento da qualidade do ar, através da redução de emissões poluentes provenientes de uma mobilidade motorizada</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p></p> <p>A adoção de uma mobilidade suave promoverá um melhor ambiente acústico, através da redução de ruído proveniente de uma mobilidade motorizada</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>
<p>07</p> <p>Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	<p></p> <p>A estrutura verde promoverá uma melhoria das massas de água</p>	<p></p> <p>A estrutura verde promoverá uma melhoria da qualidade do ar</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>	<p></p> <p>A estrutura verde promoverá uma diminuição do ruído</p>	<p><i>Sem contributo direto ou significativo</i></p>

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

V.4.1.3. Avaliação das Propostas do Plano

A **melhoria da qualidade das massas de água** é promovida pela manutenção da estrutura verde do Plano, que abrange as principais linhas de água. A estrutura verde associada às massas de água está integrada, maioritariamente em “Espaços Agrícolas de Salvaguarda” (em solo rural).

A categoria “Espaços Agrícolas de Salvaguarda” apresenta as seguintes disposições de promoção das massas de água:

“SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS

Artigo 20.º - Regime

(...)

3 – As construções, usos ou atividades compatíveis só são autorizadas desde que sem prejuízo do estabelecido para a estrutura ecológica municipal, (...).”

Remetendo para o estabelecido pela Estrutura Ecológica, que apresenta as seguintes disposições:

“SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental

(...)

2 – Na estrutura ecológica fundamental devem ser privilegiadas as ações que contribuam para os seguintes objetivos:

(...)

c) Proteção dos recursos hídricos; (...).

3 – Nestas áreas aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, cumulativamente com as seguintes disposições:

(...)

c) Preservação da galeria ripícola dos cursos de água;

(...).

Concluindo, a Proposta de Plano estabelece uma estrutura ecológica fundamental que abrange e integra as principais massas de água, promovendo a sua proteção. Portanto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para “Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água”.

A **qualidade do ar** e a **redução dos níveis de ruído** são, essencialmente, promovidos pela Estrutura Ecológica. A estrutura ecológica promove a melhoria da

qualidade do ar através da vegetação que a integra, tanto em ambiente rural como em ambiente urbano, uma vez que esta tem a capacidade de filtrar partículas e gases poluentes presentes no ar e adquire especial importância pela capacidade de absorção de dióxido de carbono e produção de oxigénio, o que contribui para a diminuição da concentração da poluição atmosférica e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ar. A estrutura ecológica promove, também, a redução dos níveis de ruído através da vegetação que a integra, nomeadamente nos “Espaços verdes de enquadramento”, que servem de barreira acústica natural.

Analisando a EE proposta, verifica-se que esta se encontra extremamente conectada, articulando o rural e o urbano, constituindo corredores ecológicos que promovem e garantem os fluxos ecológicos e microclimáticos. Verifica-se, também, que a estrutura ecológica integra espaços verdes de enquadramento ao longo de infraestruturas viárias de maior fluxo e circunda, através de espaços florestais, a zona industrial, perfazendo uma barreira acústica entre estas e os espaços habitacionais.

A Estrutura Ecológica abrange 31% (77,45 m²) da área do Plano, sendo uma grande mancha verde contínua, capaz de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da água, da qualidade do ar e para a atenuação do ruído.

A proposta de uma Rede de Mobilidade Suave contribui, também, para os dois objetivos em questão, devido a esta promover a adoção de uma mobilidade sustentável, pedonal ou ciclável, em contrapartida da mobilidade motorizada, reduzindo as emissões de poluentes atmosféricos e as emissões de ruído.

Porém, a qualidade é posta em causa pelo aumento das infraestruturas viárias e pela expansão do Parque Industrial. Em contrapartida, em ambas situações prevê-se a implantação de alinhamentos arbóreos ao longo das vias e dos seus limites e/ou taludes, diminuindo assim os efeitos negativos causados pelos emissores mencionados.

Refira-se, ainda, que o Plano propôs a classificação acústica de modo a assegurar a qualidade do ambiente acústico na sua área, ao qual se classificou como zona mista. Desta classificação resultou a determinação de áreas de conflito, ou seja, de áreas de sobre-exposição ao ruído, onde os valores de ruído obtidos no mapa são superiores aos limites previstos na legislação em função da classificação da área como mista. Da análise dos elementos conclui-se que, as zonas de conflito que existem atualmente não aumentam com a implementação da proposta de Plano.

Deste modo, as zonas de conflitos são resultantes principalmente de dinâmicas globais ao nível da cidade da Guarda e do município, e não do Plano em questão, pelo que a definição e a aplicação medidas de minimização do ruído serão conseqüentes, principalmente, do futuro Plano Municipal de Redução de Ruído e no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal.

As disposições que mais contribuem para este objetivo são as estabelecidas pela Estrutura Ecológica, onde se integra os Espaços Verdes, pela Rede de Mobilidade Suave e pelo Mapa de ruído. Destacam-se as seguintes:

"SECÇÃO I - ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental

1 - A estrutura ecológica fundamental é constituída por um conjunto articulado de áreas com características biofísicas especiais que desempenham um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território (...), proporcionando a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável.

(...)."

"SECÇÃO I - ESTRUTURA ECOLÓGICA

Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar

1 - A estrutura ecológica complementar é constituída por um conjunto de espaços verdes urbanos conectados através de ruas arborizadas e espaços verdes de enquadramento, que formam uma rede ecológica e ambiental fortemente integrada e articulada com o ambiente urbano.

(...)."

"TÍTULO V - MOBILIDADE

Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave

1 - O traçado da rede de mobilidade suave integra as seguintes tipologias:

- a) Pedovia estruturante;*
- b) Pedovia secundária;*
- c) Ecovia.*

(...)."

"SECÇÃO II - RUÍDO

Artigo 40.º - Zonamento acústico

1 - Toda a área do plano é considerada como zona mista em termos de ruído, à exceção das áreas afetadas aos estabelecimentos de saúde, de ensino e centros de dia ou lares de 3ª idade, que são consideradas como zonas sensíveis, e das áreas integradas em "Espaço de Atividades Económicas", que não têm classificação acústica.

2 - As operações urbanísticas a realizar devem respeitar os limites de exposição estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído para as zonas mistas e zonas sensíveis.

3 - São identificadas zonas de conflito, correspondentes às áreas onde o ruído exterior ultrapassa os limites de exposição estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído, e cuja disciplina fica condicionada ao cumprimento do plano municipal de redução de ruído."

Refere-se, ainda, que o Art.º 24.º - *Arborização de arruamentos* também incentiva o aumento da qualidade do ar.

"SECÇÃO II – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24.º - Arborização de arruamentos

1 – Nos novos arruamentos e, sempre que possível, nos existentes, é executada a respetiva arborização em alinhamento, preferencialmente com espécies autóctones ou bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

No seu conjunto, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para "Promover uma gestão adequada da qualidade do ar" e para "Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável".

Relativamente à **gestão de resíduos** e às **infraestruturas básicas**, o Proposta de Plano promove a consolidação e expansão de área urbana e industrial, o que levará a um reforço da rede de recolha de resíduos e das infraestruturas básicas. A concentração de espaços habitacionais e industriais permite, também, uma otimização das redes e das infraestruturas pela sua proximidade, rentabilizando a sua existência, a sua gestão e controlo, promovendo assim um desenvolvimento urbano sustentável.

Posto isto, a disposição que contribuí de forma mais direta para a gestão de resíduos e eficiência das infraestruturas básicas é:

"CAPÍTULO V – SOLO URBANO

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22.º - Identificação e usos

1 – O solo urbano destina-se predominantemente à urbanização e à edificação urbana, compreendendo o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado ou para o qual há a provisão da sua infraestruturização, (...) albergando as necessárias dotações em infraestruturas urbanas e serviços indispensáveis às necessidades coletivas da população.

(...)."

Concluindo, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para "Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados" e "Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas".

Na presente análise e no âmbito da prevenção de **riscos tecnológicos**, demos especial destaque aos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, uma vez que na área do Plano estamos perante uma zona industrial.

Apesar de não existirem, com a proposta de expansão do Parque Industrial, verifica-se uma maior possibilidade de fixação de empresas abrangidas pela prevenção de acidentes graves.

Estas empresas só constituem um real risco quando a zona de perigosidade inerente abrange uma quantidade significativa de edifícios. Sendo que, o Novo Pólo Industrial da Guarda é um espaço industrial mais isolado do centro da cidade e de edifícios em geral, prevê-se que, mesmo com o aumento do Parque Industrial, a tendência seja de instalação deste tipo de empresas nesta nova área industrial, caso se verifique o seu surgimento.

Concluindo, considera-se que a Proposta de Plano **não tem apresenta contributos diretos ou significativos** para a "Prevenção de Riscos Tecnológicos", não sendo um indicador de resultado negativo uma vez que não se verificam empresas em questão na área do Plano e a tendência é não existirem.

O Quadro V.23 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Qualidade Ambiental**, pertencente ao FCD **Ambiente**.

Quadro V.23 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano para o FCD Ambiente e CA Qualidade Ambiental

		FCD - AMBIENTE					
		CA – QUALIDADE AMBIENTAL					
		Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	Regulamento	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS, Artigo 20.º - Regime, ponto 3 - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental, ponto 2, alínea c) e ponto 3, alínea c) - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar, ponto 2, alínea a) e ponto 3, alínea a)	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave - SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 24.º - Arborização de arruamentos	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 22.º - identificação e usos, ponto 1 - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar, ponto 3, alínea c) - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva, ponto 5 - SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, Artigo 33.º - Edificabilidade	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 22.º - identificação e usos, ponto 1 - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 30.º - Áreas de predominância de habitação unifamiliar, ponto 3, alínea c) - SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS, Artigo 31.º - Áreas de predominância de habitação coletiva, ponto 5 - SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, Artigo 33.º - Edificabilidade	 Apresenta conteúdos de promoção: - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 38.º - Estrutura ecológica fundamental - SECÇÃO I – ESTRUTURA ECOLÓGICA, Artigo 39.º - Estrutura ecológica complementar - TÍTULO V – MOBILIDADE, Artigo 42.º - Rede de mobilidade suave - SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 24.º - Arborização de arruamentos - SECÇÃO II – RUÍDO, Artigo 40.º - Zonamento acústico	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

		FCD - AMBIENTE					
		CA – QUALIDADE AMBIENTAL					
		Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
Zonamento	(Qualificação Funcional)	 91% da extensão das massas de água estão integradas em categorias de solo que promovem a existência e a associação de galerias ripícolas às linhas de água	 Aumento da emissão de poluentes atmosféricos provenientes da expansão do Parque Industrial (Aumento de 130% de área afeta às atividades económicas)	 Reforço da rede de recolha seletiva pela expansão e consolidação de espaços habitacionais e de atividades económicas (Aumento de 110% de área afeta à habitação, equipamentos e atividades económicas)	 Reforço das infraestruturas básicas e concentração das mesmas pela expansão e consolidação de espaços habitacionais e de atividades económicas (Aumento de 110% de área afeta à habitação e atividades económicas)	 Possibilidade de aumento da emissão de ruído proveniente da expansão do Parque Industrial (Aumento de 130% de área afeta às atividades económicas)	 Possibilidade de integração de empresas abrangidas pela prevenção de acidentes graves, porém não se verifica essa tendência
	(Estrutura Ecológica)	 96% da extensão das massas de água, em conjunto com margem mínima de 10 metros, estão integradas em Estrutura Ecológica Fundamental	 A estrutura ecológica promoverá uma melhoria da qualidade do ar (31% da área do Plano integra a EE)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 A estrutura ecológica promoverá uma diminuição do ruído (31% da área do Plano integra a EE)	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

		FCD - AMBIENTE					
		CA – QUALIDADE AMBIENTAL					
		Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Garantir a eficiência da Infraestruturas básicas	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Prevenção de Riscos tecnológicos
Mobilidade Viária	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Aumento da emissão de poluentes atmosféricos provenientes das novas infraestruturas viárias, em especial da variante dos F's	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 Possibilidade de aumento da emissão de ruído proveniente das novas infraestruturas viárias, em especial da variante dos F's	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Mobilidade Suave	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 A adoção por uma mobilidade suave promoverá um aumento da qualidade do ar, através da redução de emissões de poluentes provenientes da mobilidade motorizada	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>	 A adoção por uma mobilidade suave promoverá um melhor ambiente acústico, através da redução de ruído proveniente da mobilidade motorizada	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE  Contributo neutro ou pouco significativo  Contributo negativo - RISCOS

Concluindo, a Proposta de Plano traduz-se em alguns contributos negativos para o ambiente, nomeadamente uma maior emissão de poluentes atmosféricos e uma maior emissão de ruído, tendo como principais emissores as infraestruturas viárias propostas, em especial a Variante dos F's, e a expansão do Parque Industrial. Todavia, a Proposta do Plano compensa estes contributos negativos pelos seus contributos positivos, nomeadamente a melhoria da qualidade do ar e a redução de ruído através da Estrutura Ecológica que desempenha essas funções. Com exceção de os contributos negativos mencionados, a Proposta de Plano contribui positivamente para todos os Objetivos de sustentabilidade.

Posto isto, e no seu conjunto, a Proposta de Plano contribuí para uma boa **qualidade ambiental**, através, essencialmente, da Estrutura Ecológica.

V.4.2. Alterações Climáticas

Dada a importância do tema foi considerado este critério de forma isolada, tendo-se definido 1 Objetivo de sustentabilidade e 2 indicadores a aferir pela Câmara Municipal anualmente, como podemos observar no quadro seguinte.

Este critério promove, também, uma boa qualidade ambiental.

Quadro V.24 - Objetivos de sustentabilidade e indicadores do Critério de avaliação Valores Naturais

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	VALOR ATUAL
<ul style="list-style-type: none">Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas.	<ul style="list-style-type: none">Grau de integração no PU das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE) (CMG/CIM-BSE);Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE (CMG/CIM-BSE).	<ul style="list-style-type: none">8% de integração das medidas prioritárias;Indicador de seguimento.

V.4.2.1. Situação Atual e Tendencial

No que respeita à temática das alterações climáticas, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) desenvolveu um Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas (PAIAC), publicado em junho de 2019.

Este é um estudo multissetorial de nível intermunicipal que pretende contribuir para a adaptação do território às alterações climáticas. Assim, o PIAC-BSE *“compreende a determinação de um conjunto de ações que visam a adaptação ou mitigação dos efeitos destas alterações. Estas ações refletem a preocupação da região ao nível do desenvolvimento sustentável e relacionam-se com os setores da educação e*

sensibilização ambiental, da sensibilização para a população em geral, da monitorização, avaliação e vigilância, das infraestruturas verdes, da gestão sustentável da floresta, do ordenamento e gestão dos recursos fluviais e também das espécies florestais e agrícolas, controlo de pragas e doenças agroflorestais, entre outros."

A região regista um aumento da temperatura média anual, apresentando alguma vulnerabilidade a incêndios, uma diminuição da precipitação média anual, podendo levar à escassez de água, um aumento de fenómenos de precipitação excessiva, que pode levar à ocorrência de cheias, entre outros fenómenos extremos. Nesse sentido, a região pretende melhorar a sua resposta. No quadro seguinte, sintetizam-se as principais alterações climáticas previstas:

Quadro V.25 - Síntese das principais alterações climáticas projetadas para a região

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Alterações específicas
Diminuição da precipitação média anual, com potencial aumento da precipitação no inverno	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da precipitação média anual; • Diminuição da precipitação nos meses de primavera e outono; • Diminuição significativa do número de dias com precipitação, aumentando a frequência e a intensidade das secas.
Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da temperatura média anual e aumento significativo das temperaturas máximas no verão e no outono promovendo uma diminuição dos dias de geada; • Aumento do número de dias com temperaturas muito altas (>35°C), e de noites tropicais, com temperaturas mínimas >20°C; • Ondas de calor mais frequentes e intensas.
Aumento dos fenómenos extremos	<ul style="list-style-type: none"> • Precipitação intensa ou muito intensa em períodos de tempo curtos; • Ocorrência de tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte.

Fonte: PIAC-BSE, 2019.

A resposta às alterações climáticas envolve um processo interativo de gestão do risco que inclui quer adaptação, quer mitigação e que tem em conta os prejuízos, os benefícios, a sustentabilidade e a atitude perante o risco das alterações climáticas.

De modo a dar uma resposta, foram definidas 21 opções de adaptação, das quais selecionaram-se 12 medidas prioritárias para serem desenvolvidas a curto prazo, apresentando-se de seguida:

- **Medida 1** – Melhorar o uso eficiente de água e reduzir desperdícios;
- **Medida 2** – Criação de sistemas de rega alternativos;
- **Medida 3** – Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas;

- **Medida 4** – Promoção da utilização adequada dos equipamentos e recursos tecnológicos nas "utilities", através da utilização de equipamentos eficientes;
- **Medida 5** – Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água;
- **Medida 6** – Melhoria da rede de transportes;
- **Medida 7** – Iluminação eficiente;
- **Medida 8** – Promoção da limpeza e regularização das linhas de água;
- **Medida 9** – Promoção do cumprimento da legislação;
- **Medida 10** – Planeamento das áreas verdes em zonas urbanas;
- **Medida 11** – Promover a gestão do ordenamento florestal e a conservação e recuperação de habitats;
- **Medida 12** – Melhoramento das condições de escoamento em zonas críticas.

Analisando o Plano de Diretor Municipal da Guarda, instrumento de gestão territorial que rege a área do Plano, verifica-se que permite a operacionalização da Medida 10, através do Artigo 14.º - Arborização, que dispõe que "A Câmara Municipal estabelecerá normas que garantam a plantação de árvores nas áreas a urbanizar, no sentido de melhorar as condições ambientais e de conforto bio-climático". Assim, atualmente o grau de integração de medidas é de 8%.

As tendências ao nível do clima são as elencadas no Quadro V.25, às quais deveremos responder com a implementação de medidas de adaptação ou mitigação dos efeitos gerados pelas Alterações Climáticas. Pressupõe-se que, tendencialmente, as medidas sejam integradas nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), à medida que estes sejam revistos e/ou alterados.

Atualmente, a área do Plano rege-se pelo PDM em vigor, sendo que este se encontra em processo de revisão, prevê-se que incorpore as medidas elencadas. Porém, a concretização do Plano de Urbanização do Cabroeiro possibilita uma maior especificidade na integração das medidas, relevantes à sua escala.

V.4.2.2. Avaliação das Opções Estratégicas para o Plano

O Quadro V.26 avalia os objetivos do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Alterações Climáticas**, pertencente ao FCD **Ambiente**.

Quadro V.26 – Avaliação de oportunidades e riscos dos objetivos para o FCD Ambiente e CA Alterações Climáticas

FCD – AMBIENTE	
OBJETIVOS	CA – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas	
<p style="text-align: right;"><u>O1</u></p> <p>Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;</p>	 Possibilita a operacionalização da Medida 3, relativamente a uma reutilização de águas residuais para limpeza de vias.
<p style="text-align: right;"><u>O2</u></p> <p>Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;</p>	<p><i>Objetivo não formalizado na proposta de março de 2021</i></p>
<p style="text-align: right;"><u>O3</u></p> <p>Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;</p>	 Possibilita a operacionalização da Medida 1, relativamente a uma maior eficiência e sustentabilidade das infraestruturas básicas.
<p style="text-align: right;"><u>O4</u></p> <p>Aumento da área do Parque Industrial;</p>	 Possibilita a operacionalização da Medida 1, relativamente a uma maior eficiência e sustentabilidade das infraestruturas básicas; Possibilita a operacionalização da Medida 3, relativamente a uma reutilização de águas residuais.
<p style="text-align: right;"><u>O5</u></p> <p>Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;</p>	 Possibilita a operacionalização da Medida 2, relativamente à utilização de águas residuais tratadas para sistemas de rega; Possibilita a operacionalização da Medida 7, relativamente à eficiência da iluminação no espaço público; Operacionalização da Medida 12, através do aumento da vegetação em ambiente urbano.
<p style="text-align: right;"><u>O6</u></p> <p>Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;</p>	 Operacionalização da Medida 4 e 6, nomeadamente na adoção de uma mobilidade suave.
<p style="text-align: right;"><u>O7</u></p> <p>Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.</p>	 Operacionalização da Medida 8, nomeadamente na promoção da limpeza e regularização das linhas de água; Operacionalização das Medida 10 e 12, através do aumento dos espaços verdes urbanos; Operacionalização da Medida 11, através das restrições sobre os espaços florestais e na área afeta à Estrutura Ecológica.



Contributo positivo – OPORTUNIDADE



Contributo neutro ou pouco significativo



Contributo negativo - RISCOS

V.4.2.3. Avaliação das Propostas do Plano

A **integração de medidas e ações** do PIAC-BSE é incentivada pela elaboração do Plano, uma vez que o Plano Diretor Municipal da Guarda em vigor é anterior ao PIAC.

A Proposta de Plano possibilita a operacionalização de várias medidas de adaptação às Alterações Climáticas, através de:

- **Medida 1) Melhorar o uso eficiente de água e reduzir desperdícios:** através da melhoria da eficiência das infraestruturas básicas, promovida pelo aumento e consolidação de áreas habitacionais;
- **Medida 2) Criação de sistemas de rega alternativos:** através da possibilidade de reutilização de águas residuais tratadas para rega dos espaços verdes urbanos (contributo indireto);
- **Medida 3) Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas:** através da possibilidade de reutilização de águas residuais tratadas para a limpeza das vias públicas (contributo indireto);
- **Medida 4) Promoção da utilização adequada dos equipamentos e recursos tecnológicos nas "utilities", através da utilização de equipamentos eficientes:** através da adoção da mobilidade suave, incentivada pela proposta da Rede de Mobilidade Suave;
- **Medida 5) Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água:** através da melhoria da eficiência das infraestruturas básicas, promovida pelo aumento e consolidação de áreas habitacionais, de equipamentos e industriais, reduzindo assim as perdas reais de água;
- **Medida 6) Melhoria da rede de transportes:** através da adoção da mobilidade suave, incentivada pela proposta da Rede de Mobilidade Suave;
- **Medida 7) Iluminação eficiente:** através da possibilidade de melhoria da eficiência da iluminação do espaço público (contributo indireto);
- **Medida 8) Promoção da limpeza e regularização das linhas de água:** através da promoção da limpeza e regularização das linhas de água, incentivada pela Estrutura Ecológica;
- **Medida 9) Promoção do cumprimento da legislação:** através da elaboração do presente PU, que possibilita a integração de medidas;
- **Medida 10) Planeamento das áreas verdes em zonas urbanas:** através do aumento dos espaços verdes urbanos;
- **Medida 11) Promover a gestão do ordenamento florestal e a conservação e recuperação de habitats:** através das restrições sobre os espaços florestais e na área afeta à Estrutura Ecológica;

- **Medida 12) Melhoramento das condições de escoamento em zonas críticas:** através do aumento dos espaços verdes urbanos.

Outros aspetos da proposta que podem configurar contributos para a adaptação às alterações climáticas dizem respeito ao sistema de incentivos, elencados nas disposições que se seguem:

"TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52.º - Incentivos

1 – Com vista à concretização dos objetivos do Plano e da concretização de políticas de melhoria, qualificação e valorização do ambiente urbano, devem ser definidos incentivos a iniciativas que configuram relevante interesse, designadamente:

(...)

c) A execução de empreendimentos ou edifícios de construção sustentável onde se operem iniciativas de redução de consumo energético, do consumo de água potável ou de gestão sustentável da água;

d) A instalação de empresas com certificação ambiental.

2 – Os incentivos referidos no número anterior devem, preferencialmente, traduzir-se em benefícios fiscais, a definir em Regulamento Municipal."

Este sistema de incentivos promovem a operacionalidade das medidas 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9, perfazendo, assim, a integração das 12 medidas de adaptação prioritárias elencadas pelo Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PAIAC-BSE) no Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Concluindo, considera-se que a Proposta de Plano **contribuí positivamente** para "Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas".

O Quadro V.27 sintetiza a avaliação das propostas do Plano face ao Critério de Avaliação (CA) **Alterações Climáticas**, pertencente ao FCD **Ambiente**.

Quadro V.27 – Síntese da avaliação de oportunidades e riscos Proposta de Plano para o FCD Ambiente e CA Alterações Climáticas

FCD – AMBIENTE	
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	CA – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas
Regulamento	 <p>Apresenta fortes conteúdos de promoção: - TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS, Artigo 52.º - Incentivos, ponto 1, alínea c) e d), e ponto 2 (Medida 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9)</p>

FCD – AMBIENTE	
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO (Proposta de Plano)	CA – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas
Zonamento (Qualificação Funcional)	 A expansão e consolidação das áreas habitacionais, de equipamentos e industriais, tem como consequência um aumento da eficiência e sustentabilidade das infraestruturas básicas e, em especial, a uma diminuição de perdas reais de água (Medida 1 e 5)  É proposto um aumento de 613% espaços verdes urbanos (Medida 10 e 12)
Zonamento (Estrutura Ecológica)	 A Estrutura Ecológica proposta tem como um dos objetivos a proteção dos recursos hidrológicos, promovendo assim a limpeza e regularização das linhas de água (Medida 8)  A Estrutura Ecológica proposta tem como dois dos objetivos a proteção e valorização dos recursos naturais e da paisagem e a manutenção e reforço da biodiversidade (Medida 11)
Mobilidade Viária	<i>Sem contributo direto ou significativo</i>
Mobilidade Suave	 A adoção da mobilidade suave, incentivada pela proposta da Rede de Mobilidade Suave, leva a uma utilização do território sustentável, através de equipamentos eficientes (Medida 4 e 6)

 Contributo positivo – OPORTUNIDADE
  Contributo neutro ou pouco significativo
  Contributo negativo - RISCOS

A Proposta de Plano contribuí para a adaptação do território às **Alterações Climáticas** através da integração das medidas prioritárias elencadas no PAIAC-BSE.

V.5. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Com a avaliação ambiental da proposta do Plano de Urbanização do Cabroeiro pretende-se averiguar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da execução do mesmo. Esta avaliação incide sobre os efeitos do Plano nos pilares da sustentabilidade, na sua componente ecológica, urbanística, social, económica e ambiental. Assim, neste ponto pretende-se sintetizar os efeitos do Plano sobre os Fatores

Críticos de Decisão. A avaliação vai centrar-se em cada um dos critérios considerados que constituem os referidos FCD, explanando os potenciais efeitos positivos e negativos.

Os efeitos ambientais causados pelas ações do Plano foram classificados segundo os seguintes parâmetros:

- **Potencial:** os efeitos foram classificados como positivos e negativos. Considerando-se como efeitos positivos aqueles que acarretam ganhos para o desenvolvimento sustentável.
- **Natureza:** em direta ou indireta, dependendo se o efeito observado deriva diretamente ou não das ações definidas no Plano. Considera-se como direto quando é determinado pelo Plano e indireto quando os efeitos se devem não ao Plano, mas às atividades com ele relacionadas;
- **Importância:** classificados como insignificante, pouco significativo, significativo ou muito significativo. Esta hierarquização permite determinar o grau de preocupação com que o efeito deverá ser encarado pelo público afetado, os efeitos muito significativos e significativos, deverão ser analisados com maior relevância a ponto de se proporem medidas de minimização da sua evolução durante as fases de implementação do Plano.

Quadro V.28 – Síntese da Avaliação Ambiental por FCD

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	Valores naturais	A Proposta de Plano salvaguarda quase toda a totalidade da extensão das linhas de água estruturantes, através da qualificação do solo associada e da sua integração em Estrutura Ecológica. <u>Considera-se o efeito positivo, direto e muito significativo.</u>	A Proposta de Plano contribuí para a diminuição de matas de vegetação autóctone em cerca de 28%, através da sua integração em categorias de solo não compatíveis com o uso florestal. <u>Considera-se o efeito negativo, direto e cuja significância é atenuada pelas propostas de arborização dos arruamentos e pela criação de espaços verdes urbanos.</u>	• Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água: 32% ;	Diminuir	Aumentar
				• Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas: 0 ;	Manter	Aumentar
				• Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total: 45% ;	Aumentar	Diminuir
				• Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais: 0 .	Manter	Aumentar
	Valores paisagísticos	A Proposta de Plano integra 83% do espaço rural associado aos vales em categorias de solo que contribuem ou são compatíveis com a preservação da sua paisagem rural e 84% do espaço é abrangido pela Estrutura Ecológica que promove a valorização paisagística. <u>Considera-se o efeito positivo, direto e significativo.</u>	A Proposta de Plano contribuí para a diminuição do carácter rural em 17%, através da sua integração em categorias de solo que não promovem a sua salvaguarda. Porém, a proporção de solo rural em questão não possui valores paisagísticos de carácter rural relevantes. <u>Considera-se o efeito negativo, direto e insignificante.</u>	• Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas: 23% ;	Aumentar	Diminuir
				• Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais: 0 ;	Manter	Aumentar
				• Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica: 0% .	<i>Não aplicável</i>	Aumentar

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
URBANISMO	Qualidade urbana	<p>A Proposta de Plano resolve quase na sua totalidade o nº de descontinuidades da malha urbana e aumenta de forma contínua os espaços habitacionais, colmatando a malha urbana e contribuindo para uma maior coesão territorial. O Plano propõe um aumento na ordem dos 390% das "Áreas Verdes de Utilização Coletiva", sendo estes integrados na sua totalidade na Estrutura Ecológica, aumentando a sua funcionalidade ecológica, ambiental e social. O Plano propõe, também, associada à EE complementar uma maior arborização das ruas. A proposta de uma rede de mobilidade suave promove, também, a coesão territorial e social, de modo sustentável.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	Sem efeitos negativos.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente): 23; 	Manter	Diminuir
				<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar: indicador de seguimento; 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana: indicador de seguimento; 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos: 1,36 m²/habitante; 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos: indicador de seguimento; 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas: 3%. 	Manter	Aumentar

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
URBANISMO	Sustentabilidade urbana	<p>A Proposta de Plano melhora a eficácia da Rede de Transporte Públicos, através da criação da variante do F's. <u>Considera-se o efeito positivo, indireto e pouco significativo.</u></p> <p>A Proposta de Plano propõe uma Rede de Mobilidade Suave bem articulada com o território, que conecta a área ao centro da cidade da Guarda e a outros pontos de interesse social, cultural e recreativo, promovendo a adoção por uma mobilidade suave por parte da População.</p> <p>A Proposta de Plano garante o acesso aos equipamentos e serviços coletivos integrados dentro da área do Plano, através da promoção da coesão territorial e social. O acesso aos equipamentos e serviços fora da área do Plano é melhorado através da Rede viária proposta e da Rede de mobilidade suave proposta. <u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	Sem efeitos negativos.	<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens): 100%. 	Manter	Manter
				<ul style="list-style-type: none"> Frequência diária dos transportes públicos: 10 paragens/dia nos dias úteis e 0 paragens/dia aos fins-de-semana e feriados; 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos: 25 pessoas/dia (estimativa da Linha 6); 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave: 0,72 ml/habitante (considerou-se a Pedovia prevista); 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros): 46% (considerou-se a Pedovia prevista); 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros): 100%; 	Manter	Manter
				<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros): 75%; 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros): 60%; 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros): 88%. 	Manter	Manter

FC	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
SOCIOECONOMIA	População	<p>A Proposta de Plano propõe a consolidação e expansão em zonas contíguas de espaços habitacionais, possibilitando a fixação de novos residentes. Refere-se que esta proposta responde a uma tendência de crescimento da população residente na freguesia onde o Plano se insere. A melhoria da qualidade paisagística no ambiente urbano, o aumento de espaços verde de utilização coletiva, a melhoria de acessibilidades ao centro da cidade e a proposta de uma rede de mobilidade suave, são fatores que promovem a atratividade da área do Plano sobre a população.</p> <p>Refere-se, ainda, que a proposta de expansão do Parque Industrial promove a criação de mais emprego e, consequentemente, a possível integração profissional da população residente.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p> <p>A melhoria e o reforço de acessibilidades ao centro da cidade, e a cidades de municípios vizinhos, contribui para um maior acesso a equipamentos de educação ou a empresas, permitindo assim a promoção da qualificação e integração profissional da população.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p>	Sem efeitos negativos.	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente: 5,4% de acréscimo decenal (dados 2001/2011), estimando-se que em 2021 a população seja de 5354 indivíduos e em 2031 de 5643 indivíduos. 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Níveis de qualificação da população residente: 27% concluiu um grau de ensino superior ou de ensino pós-secundário (dados de 2011); 	Aumentar	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Relação entre população empregada e desempregada: 90/10 (dados de 2011); 	Diminuir	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego: 1196 (dados do concelho de dezembro de 2019). 	Aumentar	Diminuir

FC	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
SOCIOECONOMIA	Economia	<p>A Proposta de Plano promove a instalação de empresas no Parque Industrial através de Incentivos, nomeadamente a transferência de atividades económicas, com evidentes impactes ambientais negativos.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e significativos.</u></p>	Sem efeitos negativos.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados: 32 lotes ocupados e 5 lotes não ocupados; 	Aumentar	Aumentar
		<p>O aumento da área afeta às atividades económicas possibilita a fixação de empresas.</p> <p>A Rede viária proposta poderá ser um dos elementos valorizadores do Parque Industrial, facultando-lhe uma maior acessibilidade, o que levará a uma maior atratividade para fixação dos interessados.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p>		<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar: indicador de seguimento. 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
AMBIENTE	Qualidade ambiental	<p>A Proposta de Plano promove a qualidade das massas de água pela sua quase total integração em categorias de solo que promovem a sua salvaguarda. As margens das linhas de água (10 metros) são salvaguardadas pela Estrutura Ecológica, a qual promove a continuidade de vegetação ripícola associada.</p> <p>A Estrutura ecológica, que abrange 30% da área do Plano, estabelece uma continuidade verde que abrange o ambiente rural e o urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar. Esta, também, abrange espaços de enquadramento a infraestruturas viária e espaços florestais que circundam o Parque Industrial, reduzindo significativamente o ruído emitido.</p> <p>O Plano propõe uma Rede de Mobilidade Suave funcional e fortemente articulada com o território, sendo atrativo ao seu uso diário por parte da população. Esta proposta traduzir-se-á a uma melhoria da qualidade do ar e do ambiente sonoro pela sua adoção, em vez de uma adoção de mobilidade motorizada.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	<p>A Proposta de Plano estabelece novas estruturas viárias e um aumento do Parque Industrial, o que se traduzirá numa maior emissão de poluentes atmosféricos e a um aumento do ruído gerado. Porém, estes efeitos são atenuados, como já referido, pela Estrutura Ecológica e pela Rede de Mobilidade Suave.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos negativos, diretos e significativos.</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do estado de qualidade das águas superficiais: Estado global Inferior a Bom (rio Noéme); 	Aumentar	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas): SOx – 0,0957; COVNM –1,7270; PM2,5 – 0,3880; CO2 –253,98; CH4 – 2,3062; NH3 – 0,2692; NOx – 0,7121 e N2O –0,0563 ton/Km²; 	Aumentar	Manter/ Diminuir
				<ul style="list-style-type: none"> Índice da qualidade do ar: 156 dias “Muito Bom” e 141 dias “Bom”; 	Aumentar	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros): 98%; 	Manter	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros): 97%; 	Manter	Aumentar

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
		<p>O aumento em zonas contíguas e a consolidação de áreas habitacionais, de equipamento e afetos a atividades económicas, conduzirá a um reforço da rede de recolha de resíduos, de indiferenciados e seletiva, e um reforço das infraestruturas básicas. Refere-se que a sua concentração levará a uma maior eficiência, maior rentabilização e a uma melhor gestão destes serviços.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, indiretos e significativos.</u></p> <p>A Proposta de Plano promove a instalação de empresas no Parque Industrial através de Incentivos, nomeadamente a transferência de atividades económicas, com evidentes impactes ambientais negativos.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>		<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA): indicador de seguimento; 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar
			<ul style="list-style-type: none"> Território coberto por infraestruturas pela rede de água residuais (AR): 100%. 	Manter	Manter	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano: indicador de seguimento; 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios em áreas de conflito: 75; 	Manter	Possibilidade de Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas: 0. 	Manter	Possibilidade de Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão: 0. 	Manter	Possibilidade de Aumentar	

FCD	Critérios de avaliação	Efeitos positivos	Efeitos negativos	Indicadores	Tendência de evolução	Contributos do Plano
AMBIENTE	Alterações climáticas	<p>A Proposta de Plano integra na sua totalidade medidas ou ações que permitem operacionalidade das 12 Medidas prioritárias de adaptação estabelecidas pelo PIAAC-BSE, através do sistema de incentivos (Art.º 50.º), do aumento dos espaços verdes urbanos, da salvaguarda das linhas de água pela Estrutura Ecológica, da Rede de Mobilidade Suave fortemente articulada com o território, da manutenção e valorização dos espaços florestais e dos <i>habitats</i> através da Estrutura Ecológica e, por fim, através do aumento em zonas contíguas e da consolidação de áreas habitacionais, de equipamento e afetos a atividades económicas, que conduzirá a um reforço da rede de recolha de resíduos, de indiferenciados e seletiva, e um reforço das infraestruturas básicas.</p> <p><u>Consideram-se os efeitos positivos, diretos e muito significativos.</u></p>	Sem efeitos negativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE): 8%; 	<i>Não aplicável</i>	Aumentar
				<ul style="list-style-type: none"> • Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE: indicador de seguimento. 	<i>Indicador de seguimento</i>	Aumentar

VI. RECOMENDAÇÕES

Em resultado da identificação dos riscos e oportunidades fazem-se recomendações que visam a potenciação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos identificados, perseguindo o propósito de convergência com os vetores de sustentabilidade estabelecidos para cada um dos FCD.

VI.1. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANEAMENTO

No quadro seguinte enumeram-se as recomendações para o Plano de Urbanização do Cabroeiro, resultantes da avaliação ambiental, e a sua ponderação no âmbito da Proposta de Plano.

Quadro VI.1 – Recomendações para o Planeamento

FCD	RECOMENDAÇÕES	PONDERAÇÃO NA PROPOSTA DE PLANO
ECOSSISTEMAS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser prevista uma área de salvaguarda à linha de água prevista no equipamento proposto do Bairro da Luz, ao qual deverão ser interditas as ações que ameacem a sua naturalização. 	Não previsto no Plano, mas previsto na legislação aplicável em vigor.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverão ser equacionados nos espaços florestais de uso múltiplo a rearboração com espécies autóctone relevante. 	Parcialmente previsto no Art.º 21.º, que promove a arborização ou rearboração com recurso a espécies autóctones.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverão ser preservadas as estruturas de cariz rural, nomeadamente muros de pedra, casas rurais, entre outros, bem como promover a sua valorização. 	Previsto no Art.º 38.º, referente à EEF, que salvaguarda as estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola.
URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser feita a requalificação das vias existentes, de modo a que estas integrem passeios adequados e que promovam a mobilidade suave. 	Previsto através do Art.º 41.º e 42.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo.
	<ul style="list-style-type: none"> Sempre que a proposta o permita devem ser mantidas as espécies arbóreas autóctones existentes, nomeadamente na execução dos espaços verdes urbanos. 	Parcialmente previsto no Art.º 14.º, que impede o corte ou derrube de espécies arbóreas ou arbustivas de inegável valor natural ou paisagístico.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverá estar previsto em Regulamento a execução de projetos de paisagismo globais, ou articulados, para as novas áreas de atividades económicas, ainda que a sua execução seja faseada. 	Não previsto.
	<ul style="list-style-type: none"> A arborização deverá ser contínua ao longo da rede de mobilidade suave, salvo a exceção da largura da via não ser adequada, e no caso das Pedovias a arborização deverá ser feita contígua às vias de mobilidade suave. 	Parcialmente previsto no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, no Art.º 39.º referente à EE Complementar e através do Art.º 42.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo, porém a questão do contígua é contrariada em alguns Perfis-Tipo.

FCD	RECOMENDAÇÕES	PONDERAÇÃO NA PROPOSTA DE PLANO
SOCIOECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> A rede de mobilidade suave deverá abranger os espaços habitacionais, garantindo a sua funcionalidade enquanto infraestrutura de mobilidade. 	Está prevista no Art.º 41.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo, e no Art.º 42.º, que propõe uma Rede de Mobilidade Suave e remete para a planta em questão.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser promovida uma maior coesão territorial através das redes de mobilidade, garantindo um funcional acesso aos equipamentos e serviços coletivos, bem como ao acesso ao emprego. 	Está prevista no Art.º 41.º, que propõe novas vias e uma maior funcionalidade das existentes através das Plantas de Rede Viária, e no Art.º 42.º, que propõe uma Rede de Mobilidade Suave e remete para a planta em questão.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que seja obrigatória a utilização de pavimentos permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores (logradouros) das novas edificações. 	Esta questão está refletida na instituição de um índice máximo de impermeabilização nas várias categorias do solo urbano.
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a implementação de barreiras acústicas naturais nas zonas de conflito em áreas classificadas como “Espaços verdes de enquadramento”, quando viável, de preferência compostas por vegetação de vários estratos, em densidade e continuidade, perfazendo uma barreira extensa e eficaz. 	Parcialmente previsto no Art.º 40.º, referente ao zonamento acústico. Previsto através das “Áreas verdes de enquadramento” ao longo dos principais emissores de ruídos, porém não é claro o seu objetivo em Regulamento, nem a especifica a composição vegetal necessária nestes espaços.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser previsto locais para carregamento de veículos elétricos nos locais. 	Previsto pelo Art.º 17, em áreas de estacionamento ou afetos a habitação multifamiliar de dimensões significativas.
	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que no âmbito da implantação de empresas na área de atividades económicas sejam observados critérios de incomodidade e segurança, colocando as que sejam potencialmente mais ruidosas ou potencialmente perigosas nos espaços mais afastados das áreas habitacionais. 	Não previsto.
	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser interdita a instalação de empresas abrangidas pela prevenção de acidentes graves e direcionada a sua instalação para o Novo Pólo Industrial da Guarda. 	Não previsto.
AMBIENTE E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> Nas áreas verdes propostas deverão ser utilizadas preferencialmente espécies autóctones ou bem adaptadas às condições edafoclimáticas, sempre com baixas exigências hídricas. 	Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização de arruamentos, e no Art.º 39.º referente à EE Complementar.
	<ul style="list-style-type: none"> Os arruamentos deverão, sempre que a largura e a tipologia se mostre adequada, integrar alinhamentos arbóreos, de modo a promover uma qualidade paisagística do ambiente urbano, a melhoria da qualidade do ar e um aumento do conforto bioclimático. 	Está prevista no Art.º 24.º, referente à arborização dos arruamentos, no Art.º 39.º referente à EE Complementar e através do Art.º 41.º, em que propõe a adoção progressiva de Perfis Tipo definidos na Planta de Rede Viária – Perfis Tipo.



Ponderado no Plano



Ponderado parcialmente no Plano



Não ponderado no Plano

VI.2. RECOMENDAÇÕES PARA O SEGUIMENTO E GESTÃO

No quadro seguinte enumeram-se as recomendações para o Seguimento e Gestão do Plano de Urbanização do Cabroeiro, resultantes da avaliação ambiental.

Quadro VI.2 – Recomendações para o Seguimento e Gestão

FCD	RECOMENDAÇÕES
ECOSSISTEMAS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou de sensibilização dirigidas à população afeta ao setor agrícola, que promovam a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e ambientais e que reflitam a importância de salvaguarda dos corredores ripícolas, dando destaque para importância de uma gestão cuidada deste ecossistema.
	<ul style="list-style-type: none"> O Município deverá garantir a gestão de combustível das parcelas rústicas, pelos seus proprietários, nomeadamente nos termos da legislação de defesa da floresta contra incêndios.
	<ul style="list-style-type: none"> Recomenda-se que a município, junta de freguesia e/ou associações desenvolvam mecanismos de incentivo às práticas agrícolas em geral, impondo normas de qualidade ambiental, contrariando o progressivo abandono agrícola que se verifica.
	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que o município pondere a compra de terrenos rústicos com atividade agrícola em abandono, de modo a implementar hortas urbanas e/ou comunitárias.
	<ul style="list-style-type: none"> Na execução das vias propostas, e sempre que estas afetem áreas integradas em EE Fundamental, sugere-se que os projetos optem por se implantar em caminhos existentes ou, em alternativa, nos limites das parcelas de modo a evitar a fragmentação dos espaços rurais. Pretende-se, também, que se incentive a sua permeabilização e uma dimensão reduzida, quando adequado.
URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> Deverá ser progressivamente incentivado o aumento da frequência de paragens diárias pelos transportes públicos na área do Plano, de modo que a oferta seja adequada para o eventual crescimento da população na área.
	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou sensibilização dirigidas à população, que promovam a adoção de uma mobilidade suave, em oposição de uma mobilidade motorizada.
SOCIOECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> Sugere-se que o Município, em colaboração com o Centro de Emprego, promova a qualificação dos desempregados inscritos de modo progressivo, respondendo ao eventual crescimento do Parque Industrial.
	<ul style="list-style-type: none"> No sentido de promover a atracção e fixação de novas empresas para o Parque Industrial, a Câmara Municipal deverá desenvolver e implementar um plano de comunicação e de marketing territorial, direcionado para a promoção do novo espaço de atividades económicas.
	<ul style="list-style-type: none"> As empresas locais ou associações empresariais deverão promover atividades, ações, projetos, que incentivem as sinergias e o trabalho em parceria entre as várias empresas (ex.: empresas de embalagem com outras empresas que necessitam embalar os seus produtos), partilha de transportes (de trabalhadores e de mercadorias), entre outros. Deverá ser assegurada a manutenção cuidada das vias afetas ao Parque Industrial, de modo a evitar a suspensão de poeiras e partículas.

FCD	RECOMENDAÇÕES
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> ● O Município deverá assegurar o uso racional e eficiente da água nas estruturas que lhe dizem respeito, bem como a monitorização de todos os consumos de água, pondo em prática as medidas relativas ao setor urbano do Programa Nacional para Uso Eficiente da Água.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Sugere-se que sejam incentivadas e/ou valorizadas, no âmbito do licenciamento, as soluções de Projeto que promovam a infiltração no solo das águas das chuvas em detrimento do seu encaminhamento para redes públicas de águas pluviais (jardins de infiltração, bio valetas, entre outros).
	<ul style="list-style-type: none"> ● Sugere-se a adoção de sistemas de rega alternativos, nomeadamente através da utilização de água residuais ou pluviais devidamente tratadas.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Sugere-se que a limpeza dos espaços exteriores e arruamentos públicos seja feita com águas residuais ou pluviais devidamente tratada, no caso de ser necessária a limpeza com água.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Os projetos relativos a espaços, edifícios ou infraestruturas públicas deverão atender a critérios de eficiência energética, nomeadamente ao nível da iluminação, materiais e equipamentos que concorram para uma melhoria ambiental.
	<ul style="list-style-type: none"> ● De acordo com o <i>Relatório de ensaios e medições acústicas</i>, deverão ser implementadas medidas de minimização de modo a diminuir os níveis de ruído, como barreiras acústicas, quando tecnicamente viável, aplicação de pavimento drenante ou betuminoso modificado com borracha (BMB), que diminuam consideravelmente o ruído emitido, ou aplicação de lombas redutoras de velocidade (LRV).
	<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação de medidas de minimização de exposição de ruído, que irão ser definidas no futuro pelo pretendido <i>Plano Municipal de Redução de Ruído</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Deverá ser feito um reforço na rede de recolha de resíduos indiferenciados e seletivos.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Deverá ser equacionada a elaboração de um Plano de Resposta a Emergências a aplicar à área de atividades económicas, o Parque Industrial, minimizando o risco resultante da concentração deste tipo de atividade, em articulação com o PMEPC. Este PRE deverá ser desenvolvido em articulação com todas as empresas existentes contribuindo assim para a minimização dos riscos e mitigação dos efeitos de eventuais ocorrências.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Sugere-se que sejam feitas ações de formação ou de sensibilização dirigidas à população, que promovam uma alteração comportamentos que contribuam para uma boa qualidade ambiental, nomeadamente aumento da reciclagem face aos indiferenciados, diminuição de consumos de água e diminuição de desperdícios.
<ul style="list-style-type: none"> ● Deverão ser implementadas e monitorizadas as medidas previstas na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. 	
AMBIENTE E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> ● Recomenda-se que seja reforçada a arborização das vias existentes, caso se verifique insuficiente ou não funcional, de forma a criar verdadeiros corredores verdes em contexto urbano, capazes de assegurar a continuidade da Estrutura Ecológica.

VII. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Em consonância com o previsto no Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

No sentido de cumprir com a última fase da avaliação ambiental do Plano de Urbanização do Cabroeiro, neste capítulo é apresentado um conjunto de indicadores, em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, constituindo a **fase de seguimento**.

A monitorização das opções do plano será desenvolvida pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas nos quadros seguintes, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de monitorização constitui uma base de avaliação dos efeitos da execução das ações previstas, que é feita através da análise dos indicadores definidos.

Refere-se que para a aplicação do **Programa de Gestão e Monitorização Ambiental** é essencial a articulação da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela gestão territorial, com as restantes entidades com interesses e/ou responsabilidades no território num quadro de governança sólido e bem estruturado. Assim sendo, os atores identificados no Quadro II.1 deverão ser envolvidos na fase de seguimento e gestão do território, atendendo ao elencado no Quadro IV.4, garantindo assim a constituição de um Quadro de Governança de sucesso.

No quadro seguinte são analisados os FCD a utilizar na avaliação ambiental estratégica, com identificação dos respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade que se pretende atingir, indicadores e metas propostas bem como a periodicidade de aferição dos mesmos e origem dos dados.

Quadro VII.1 – Programa de gestão e monitorização ambiental: FCD, indicadores e metas

FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	VALOR ATUAL	OBJETIVOS/METAS	PERIOC.	FONTE	
ECOSSISTEMAS NATURAIS E RURAIS	Valores naturais	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de galeria ripícola associada às linhas de água estruturantes (LAE). 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão da galeria ripícola face à extensão das linhas de água; 	<ul style="list-style-type: none"> 32% 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CMG	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas ripícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG	
		<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização das matas de vegetação autóctone relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> Peso dos espaços florestais de vegetação autóctone relevante, nomeadamente compostos por Carvalhos e Castanheiros, face à área florestal total; 	<ul style="list-style-type: none"> 45% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG	
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG	
			Valores paisagísticos	<ul style="list-style-type: none"> Preservação do carácter rural associado aos vales. 	<ul style="list-style-type: none"> Área de terrenos agrícolas em abandono face à área total de espaços agrícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> 23% 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual
		<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de valorização, reabilitação ou restauro de estruturas de cariz rural, como muros de pedra e casas rurais; 			<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do território em solo rural associado aos vales coberto pela Estrutura Ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> 0% 			<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CMG	

URBANISMO	Qualidade urbana	Colmatção e coesão da malha urbana .	<ul style="list-style-type: none"> Nº de descontinuidades da malha urbana (arruamentos sem continuidade/ estrangulamentos/ inexistência de ligações com a malha urbana adjacente); 	<ul style="list-style-type: none"> 23 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a habitação em espaços a estruturar; 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conectam e colmatam a malha urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
		Criação de espaços verdes urbanos .	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços verdes urbanos; 	<ul style="list-style-type: none"> 1,36 m²/habitante 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	INE CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de espaços verdes urbanos propostos. 	<ul style="list-style-type: none"> Indicador de seguimento 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
		Promoção da arborização do espaço público, nomeadamente das ruas.	<ul style="list-style-type: none"> Peso das ruas arborizadas face às não arborizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> 3% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
	Sustentabilidade urbana	Promover o uso dos transportes públicos pela população.	<ul style="list-style-type: none"> População servida por transportes públicos (a menos de 500 metros dos pontos de paragens); 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG TUG
			<ul style="list-style-type: none"> Frequência diária dos transportes públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> 10 paragens/dia nos dias úteis e 0 paragens/dia nos fins-de-semana e feriados 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG TUG
			<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas que usufruem da mobilidade através dos transportes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> 25 pessoas/dia (estimativa da Linha 6) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG TUG

		<ul style="list-style-type: none"> Dotação do espaço público de uma rede de mobilidade suave. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação da rede de mobilidade suave; 	<ul style="list-style-type: none"> 0,72 ml/habitante (considerou-se a Pedovia prevista) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG	
			<ul style="list-style-type: none"> População servida pela rede de mobilidade suave (a menos de 500 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 46% (considerou-se a Pedovia prevista) 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CMG	
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso a equipamentos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos escolares (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG		
		<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos desportivos (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 75% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG		
		<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos sociais (a menos de 500 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 60% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG		
		<ul style="list-style-type: none"> População servida por equipamentos de saúde (a menos de 500 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 88% 	<ul style="list-style-type: none"> Manter 	Anual	CMG		
	SOCIOECONOMIA	População	<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da população, respondendo às necessidades de ocupação das áreas de expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente. 	<ul style="list-style-type: none"> 5,4% de acréscimo decenal (Censos 2001/2011), estimando-se que em 2021 a população seja de 5354 indivíduos e em 2031 de 5643 indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar (tendo como referência os Censos 2011/2021) 	Decenal	INE

		<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualificação e integração profissional da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Níveis de qualificação da população residente; 	<ul style="list-style-type: none"> 27% concluiu um grau de ensino superior ou pós-secundário (Censos 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar (tendo como referência os Censos 2021) 	Decenal	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Relação entre população empregada e desempregada; 	<ul style="list-style-type: none"> 90/10% empregada/desempregada (Censos 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> 100/0% empregada/desempregada (tendo como referência os Censos 2021) 	Decenal	INE
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (concelho). 	<ul style="list-style-type: none"> 1196 (dados 2019 do concelho) 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	IEFP
	Economia	<ul style="list-style-type: none"> Promover a instalação de empresas no Parque Industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de lotes ocupados no Parque Industrial, face aos não ocupados; 	<ul style="list-style-type: none"> 32 lotes ocupados e 5 lotes não ocupados 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução de novos edifícios destinados a atividades económicas em espaços a estruturar. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 90 a 100% 	Anual	CMG
	AMBIENTE	Qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade das massas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do estado de qualidade das águas superficiais (APA). 	<ul style="list-style-type: none"> Estado global Inferior a Bom (dados rio Noéme) 	<ul style="list-style-type: none"> Muito Bom 	Anual

	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão adequada da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução das emissões atmosféricas (de acordo com o inventário nacional de emissões atmosféricas); 	<ul style="list-style-type: none"> SOx - 0,0957 COVNM -1,7270 PM2,5 - 0,3880 CO2 -253,9 CH4 -2,3062 NH3 - 0,2692 NOx -0,7121 N2O -0,0563 ton/Km² (dados concelho)	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir 	Anual	APA
		<ul style="list-style-type: none"> Índice da qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> 297 dias Muito Bom ou Bom (dados região)	<ul style="list-style-type: none"> 365 dias Muito Bom ou Bom 	Anual	APA
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados. 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de alojamentos com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros); 	<ul style="list-style-type: none"> 98% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
		<ul style="list-style-type: none"> Proporção de empresas de atividades económicas no Parque Industrial com serviços de recolha seletiva por ecoponto (a uma distância máxima de cerca de 200 metros). 	<ul style="list-style-type: none"> 97% 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	CMG
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficiência das Infraestruturas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de vistorias e ações de requalificação das infraestruturas de Abastecimento de água (AA); 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar 	Anual	SMAS-G CMG
		<ul style="list-style-type: none"> Território coberto por infraestruturas de Saneamento de água residuais (AR). 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	SMAS-G CMG

	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de queixas apresentadas relativas a ruídos com origem na zona do Plano; 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG	
		<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios em áreas de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> 75 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG	
	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção de Riscos Tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de empresas abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas; 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG APA	
		<ul style="list-style-type: none"> Nº de edifícios habitacionais ou de utilização coletiva localizados em zonas de perigosidade inerentes à presença das empresas em questão. 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	<ul style="list-style-type: none"> 0 	Anual	CMG APA	
	Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Integrar medidas e ações que contribuam para a Adaptação às Alterações Climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE); 	<ul style="list-style-type: none"> 8% 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CIM-BSE CMG
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de execução das medidas a definir no PIAAC-BSE. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Indicador de seguimento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> 100% 	Anual	CIM-BSE CMG

Refere-se, novamente, o quadro de governança, pela sua importância na implementação e monitorização ambiental, definida no quadro anterior (Programa de Gestão e Monitorização Ambiental). O sucesso da implementação da proposta de Plano em apreço dependerá da cooperação e permanente comunicação das várias entidades intervenientes.

Quadro VII.2 – Quadro de governança

QUADRO DE GOVERNANÇA	RECOMENDAÇÕES
CMG	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a correta implementação do Plano, na filosofia que presidiu à sua elaboração; • Assegurar o cumprimento do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, ajustando-o e aplicando medidas corretivas quando necessário; • Coordenar a recolha dos dados junto das entidades e articular ações com as mesmas, sempre que necessário; • Assegurar que os princípios que informam a governança – transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência – sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do Plano; • Manter e incrementar a divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo.
APA, CCDRC, DRAPC, ICNF, ARSC, IEFP, TUG, SMAS-G, CIM-BSE, INE, ERSAR e Juntas de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar dados para a monitorização, evitando duplicações de trabalho e desperdício de recursos; • Contribuir para as discussões dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas.
Associações Locais, Agrupamentos Escolares, Instituições, Empresas, População residente.	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões; • Contribuir para uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, através das boas práticas na utilização dos recursos hídricos, na separação dos resíduos e na utilização eficiente da energia, adotando estilos de vida mais sustentáveis e/ou aumentando a sustentabilidade das atividades económicas desenvolvidas; • Contribuir para o desenvolvimento sustentável através das boas práticas das atividades ao ar livre e da mobilidade por modos suaves.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AAE do Plano de Urbanização do Cabroeiro tem vindo a acompanhar o processo de elaboração do Plano em questão, tendo como principal objetivo produzir reflexões e recomendações que visem um desenvolvimento sustentável do território.

No presente documento avaliaram-se as opções e propostas do Plano face aos fatores críticos para decisão e aos objetivos de sustentabilidade correspondentes, que se consideram decisivos na avaliação dos contributos do Plano sobre o território. Estes foram definidos na Definição do Âmbito e posteriormente ajustados para um melhor enquadramento e especificidade da realidade do território e de acordo com as observações apresentadas pelas entidades consultadas.

Foram elencados os efeitos positivos e negativos resultantes da implementação da proposta de Plano, a partir dos quais se conclui que, no seu conjunto, a **proposta de Plano contribuí positivamente para o desenvolvimento sustentável do território.**

Consequente à análise e avaliação estratégica das opções e propostas do Plano, foram elaboradas diversas recomendações que deverão contribuir para aproximar as propostas dos objetivos de sustentabilidade definidos. Sendo que, parte das recomendações são para ponderar a integração de componentes na proposta de Plano e a outra parte para considerar na fase de seguimento do Plano.

Nas situações em que os efeitos negativos previstos se consideraram mais significativos foram efetuadas recomendações com vista à sua minimização. Foram, também, efetuadas recomendações que visam potenciar os efeitos positivos e oportunidades resultantes da implementação da proposta do Plano.

Refere-se que as recomendações apresentadas tiveram em consideração as orientações definidas pelo quadro de referência estratégica, identificado na definição do âmbito, e nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas.

As recomendações elencadas poderão ainda ser complementadas, em resultado da apreciação das entidades com responsabilidades ambientais específicas e da discussão pública. As recomendações que não sejam claramente inseridas na proposta do plano serão integradas na Declaração Ambiental, sempre que se considere adequado.

IX. BIBLIOGRAFIA

- DGOTDU (2003). *Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*. MCOTA, DGOTDU, Lisboa.
- DGOTDU e APA (2008). *Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa
- Município da Guarda e Ambisitus, Lda. *Plano de Urbanização do Cabroeiro: Fase 1 – Trabalhos Preparatórios*. Fevereiro de 2019.
- Município da Guarda e Ambisitus, Lda. *Plano de Urbanização do Cabroeiro: Fase 2 – Proposta de Plano (Relatório)*. Março de 2020.
- Partidário, M.R. 2007. *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.
- Partidário, M.R. 2012. *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Elétricas Nacionais. Lisboa.

WEBGRAFIA

- <http://apambiente.pt/>
- <http://pnpot.dgterritorio.pt/>
- <http://siaia.apambiente.pt/>
- <http://www.ccdrc.pt/>
- <http://www.dgeg.gov.pt/>
- <http://www.ersar.pt/pt>
- <http://www.mun-guarda.pt/>
- <http://www.smasguarda.com/>
- <https://cimbse.pt/>
- <https://pns.dgs.pt/>
- <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/>
- <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>
- <https://snig.dgterritorio.gov.pt/>
- <https://snirh.apambiente.pt/>
- <https://www.dgterritorio.gov.pt/snit>

- <https://www.icnf.pt/>
- <https://www.ine.pt/>
- <https://www.pordata.pt/>
- <https://www.portugal.gov.pt/>
- <https://www.transdev.pt/servicos/urbanos>

LEGISLAÇÃO

- *Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho*
- *Decreto-lei n.º 316/99, de 22 de setembro*
- *Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio*
- *Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto*
- *Decreto-Lei nº 69/1090, de 2 de março*
- *Decreto-Lei nº 76/2016, de 9 de novembro*
- *Decreto-Lei nº 92/2019, de 10 de julho*
- *Lei n.º 12/2006, de 4 de abril*
- *Lei n.º 31/2014, de 30 de maio*
- *Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro*
- *Lei nº 58/2007, de 4 de setembro*
- *Portaria 187-A/2014, de 17 de setembro*
- *Portaria nº 57/2019, de 11 de fevereiro*
- *Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 30/2015, de 7 de maio*
- *Resolução de Conselhos de Ministros nº 50-A/2018, de 2 de maio*
- *Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2017, 11 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006, de 15 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 116/2018, de 14 de julho*

- *Resolução do Conselho de Ministros nº 134/2017 de 27 de setembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de outubro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 190-A/2017, de 11 de dezembro*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2013, de 10 de abril*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2010, de 15 de abril*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2006, de 23 de março*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2015, de 16 de julho*
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio*

X. ANEXOS

Anexo I -	Quadro de Referência Estratégico.....	I
Anexo II -	Ponderação dos pareceres recebidos à Definição do Âmbito	XLI

Anexo I - Quadro de Referência Estratégico

Quadro 1 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínio e Eixos do Portugal 2020	III
Quadro 2 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínios e Objetivos do Portugal 2030	IV
Quadro 3 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Desafios e Opções do PNPOT 2030	V
Quadro 4 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas do PVI	VII
Quadro 5 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da NGPH.....	VIII
Quadro 6 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNS 2020	VIII
Quadro 7 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ET27.....	XI
Quadro 8 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos da ENCNB 2030	XIII
Quadro 9 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENF	XV
Quadro 10 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNDFCI.....	XVII
Quadro 11 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Ações e Objetivos do PAEC	XVIII
Quadro 12 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAC 2030	XXI
Quadro 13 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENAAC 2020.....	XXII
Quadro 14 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENE 2020	XXII
Quadro 15 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAEE e PNAER	XXIII
Quadro 16 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Vetores e Objetivos da ENAR 2020.....	XXIV
Quadro 17 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da Lei da Água (LA-DQA).....	XXIV
Quadro 18 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNA	XXV
Quadro 19 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNUEA 2020.....	XXVI
Quadro 20 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PENSAAR 2020	XXVII
Quadro 21 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PERSU 2020.....	XXIX
Quadro 22 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Medidas da ENEA 2020	XXIX
Quadro 23 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROT-C	XXXI
Quadro 24 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do Centro 2020.....	XXXI
Quadro 25 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROF-CI	XXXII
Quadro 26 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Áreas e Objetivos do PGRH3 (Douro).....	XXXIII
Quadro 27 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos da EIDT-BSE	XXXIV
Quadro 28 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PIAAC-CIMBSE	XXXIV
Quadro 29 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PAMUS-BSE	XXXV
Quadro 30 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas da Estratégia CS2020.....	XXXVI
Quadro 31 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PDM da Guarda (Determinados)	XXXVII
Quadro 32 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Ações do PEDU da Guarda.....	XXXVIII
Quadro 33 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos do PMDFCI da Guarda.....	XXXIX
Quadro 34 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PMEPC da Guarda	XL

Objetivos do Plano de Urbanização do Cabroeiro, Guarda

OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none">• (O1) Estabelecimento da ligação viária entre o centro da cidade e a VICEG;
<ul style="list-style-type: none">• (O2) Estruturação do território atravessado por esta nova ligação, criando uma zona de expansão urbana em articulação com a malha urbana envolvente, instituindo um sistema de execução que permita a disponibilização a curto prazo, e preferencialmente sem encargos para a autarquia;
<ul style="list-style-type: none">• (O3) Consolidação e estruturação de áreas urbanas não ocupadas do Bairro Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu, do Bairro do Pinheiro;
<ul style="list-style-type: none">• (O4) Aumento da área do Parque Industrial;
<ul style="list-style-type: none">• (O5) Estabelecer vias estruturantes e de ligação viária no território em causa, promovendo a arborização em alinhamento, essencial à valorização paisagística da urbe e à amenização climática e conforto urbano;
<ul style="list-style-type: none">• (O6) Criação de uma estrutura de mobilidade suave, incluindo percursos partilhados;
<ul style="list-style-type: none">• (O7) Promoção da salvaguarda e continuidade dos ecossistemas, através de uma estrutura verde com valências ecológicas e, quando adequado, recreativas, capaz de conectar a estrutura rural à urbana.

Legenda

O grau de convergência entre os objetivos foi classificado como “*correspondência fraca, média e forte*” e representada pela seguinte gradação de cores e simbologia própria:

- Correspondência fraca: Quando não existe consonância significativa entre os dois objetivos analisados.
- Correspondência média: Quando um objetivo se enquadra, direta ou indiretamente, no outro.
- Correspondência forte: Quando há uma clara consonância entre os dois objetivos, que se podem complementar.

Quadro 1 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínio e Eixos do Portugal 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2020 (ACORDO DE PARCERIA)							
Competitividade e Internacionalização							
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME) incluindo a redução de custos públicos de contexto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inclusão Social e Emprego							
Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iniciativa Emprego Jovem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capital Humano							
Formação de jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação superior e avançada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprendizagem ao longo da vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade e Inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência Técnica face ao Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2020 (ACORDO DE PARCERIA)							
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos							
Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a adaptação às alterações climáticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 2 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Domínios e Objetivos do Portugal 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2030 (ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O PORTUGAL PÓS 2020)							
Inovação e Conhecimento							
Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificação, Formação e Emprego							
Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sustentabilidade demográfica							
Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energia e alterações climáticas							
Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Economia do Mar							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PORTUGAL 2030 (ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O PORTUGAL PÓS 2020)							
Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Redes e Mercados Externos							
Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade							
Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultura/florestas							
Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 3 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Desafios e Opções do PNPOT 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) 2030							
Desafio (D) 1 - Gerir os recursos naturais de forma sustentável							
1.1 Valorizar o capital natural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
1.3 Aumentar a resiliência sócio-ecológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
D2 – Promover um sistema urbano policêntrico							
2.1 Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) 2030							
2.2 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3 Promover a qualidade urbana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D3 – Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial							
3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.3 Promover o desenvolvimento transfronteiriço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D4 – Reforçar a conectividade interna e externa							
4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 Dinamizar as redes digitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D5 – Promover a governança territorial							
5.1 Reforçar a cooperação intersectorial e multinível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2 Promover redes colaborativas de base territorial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3 Aumentar a Cultura Territorial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 4 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas do PVI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI) (REVISÃO DO PNCT)							
1) Um território interior + Coeso							
Constituir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e inter-escalares, tendo em vista a qualidade de vida.	■	□	□	□	■	■	■
2) Um território interior + Competitivo							
Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.	□	□	□	■	□	□	■
3) Um território interior + Sustentável							
Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.	□	□	□	□	■	■	■
4) Um território interior + Conectado							
Reforçar a conectividade dos territórios do interior facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.	■	□	□	□	■	■	□
5) Um território interior + Colaborativo							
Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a aceitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.	□	□	□	□	□	□	□

Quadro 5 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da NGPH

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO (NGPH)							
Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 6 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNS 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
Cidadania em Saúde							
A promoção de uma cultura de cidadania que vise a promoção da literacia e da capacitação dos cidadãos, de modo que se tornem mais autónomos e responsáveis em relação à sua saúde e à saúde de quem deles depende.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A realização de ações de promoção da literacia que foquem medidas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente nas áreas da vacinação, rastreios, utilização dos serviços e fatores de risco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A promoção da participação ativa das organizações representativas dos interesses dos cidadãos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de competências nos profissionais de saúde que permitam desenvolver ações de cidadania em saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de programas de educação para a saúde e de autogestão da doença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de programas de utilização racional e adequada dos serviços de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A promoção de atividades de voluntariado na saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde							
A integração dos diferentes setores em relação a medidas que promovam a redução da desigualdade e a melhoria da condição da população em geral face aos determinantes sociais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O reforço da governação dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), hospitalares e continuados, de modo a que a tomada de decisão seja adequada, efetiva e monitorizada e que o cidadão aceda de modo mais rápido aos cuidados de que necessita.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do desenvolvimento e implementação, em situações adequadas, dos processos assistenciais integrados para as patologias e problemas de saúde mais frequentes e com potencial de maior ganho, de modo a que o cidadão receba os cuidados atempados e adequados, independentemente da rede de cuidados onde se encontre.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de redes de referência de cuidados não apenas de base geográfica, mas também de hierarquia de competências técnicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A promoção da articulação entre o planeamento nacional e local nas diferentes áreas de ação social, tanto através de estratégias normativas e reguladoras, como o SIADAP e a contratualização, como através de estratégias de persuasão e influência, por exemplo no apoio ao desenvolvimento de planos locais de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortalecimento de estratégias de financiamento que promovam a equidade na realização do potencial de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de ações intersectoriais que reforcem a participação de todos os sectores do Governo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do acesso equitativo ao programa nacional de vacinação, programas de rastreios e outros programas de prevenção da doença relacionados com fatores de risco, especificamente tabaco e obesidade infantil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do acesso das populações mais vulneráveis aos serviços de saúde e aos medicamentos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade em Saúde							
O reforço da implementação da Estratégia Nacional da Qualidade, através de ações concertadas e complementares a nível central, regional e local.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A monitorização e publicação dos resultados da prestação de cuidados de saúde e a respetiva relação com o volume de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço do impacto da qualidade na avaliação do desempenho profissional e institucional e no financiamento das instituições prestadoras de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A implementação do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020, através de ações transversais que melhorem a cultura de segurança de forma integrada em todos os níveis de prestação de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABREIROIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PLANO NACIONAL DA SAÚDE 2020 (PNS)							
A implementação e divulgação da certificação da qualidade da prestação de cuidados de saúde, de forma a aumentar a confiança dos cidadãos no Sistema de saúde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço, nas redes de prestação de cuidados de saúde, do papel das comissões da qualidade e segurança.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço das medidas de utilização racional dos medicamentos, suportada nas NOC, que por sua vez se baseiem em análises de custo-efetividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A garantia de qualidade na realização de rastreios de base populacional, assegurando assim a equidade e o acesso a estratégias de prevenção de qualidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Políticas Saudáveis							
A promoção da abordagem intersectorial e de Saúde em Todas as Políticas nos diferentes níveis de atuação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de estratégias intersectoriais que promovam a saúde, através da minimização de fatores de risco (tabagismo, obesidade, ausência de atividade física, álcool).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O reforço de implementação de estratégias e instrumentos no âmbito de políticas saudáveis com base na identificação de prioridades em saúde com revisão e atualização periódica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A utilização da metodologia de avaliação de impacto, como um elemento a considerar previamente ao desenvolvimento e implementação de políticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de sistemas de vigilância epidemiológica em relação aos determinantes de saúde e aos fatores de risco com maior impacto em ganhos de saúde com equidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço dos sistemas de monitorização de alertas de saúde pública, promovendo a deteção precoce e coordenação de resposta a essas emergências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reforço de estratégias de comunicação e de marketing social que promovam a opção pela implementação de políticas saudáveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A revisão das estratégias de financiamento no sentido de valorizar projetos e ações de âmbito intersectorial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 7 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ET27

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET27)							
Valorizar o território e as comunidades							
Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Afirmar o turismo na economia do mar	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Impulsionar a economia							
Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atrair investimento e qualificar a oferta turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estimular a economia circular no turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Potenciar o conhecimento							
Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Difundir conhecimento e informação estatística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET27)							
Afirmar Portugal como <i>smart destination</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerir redes e conetividade							
Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de <i>homeport</i> e de <i>turnaround</i> de cruzeiros	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Melhorar os sistemas de mobilidade rodoferrviária e de navegabilidade	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover o " <i>turismo para todos</i> ", numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projetar Portugal							
Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 8 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos da ENCNB 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030 (ENCNB 2030)							
Eixo 1 – Melhorar o estado de conservação do património natural							
Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e promover a sua gestão partilhada	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats ao nível nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eixo 2 – Promover o reconhecimento do valor do património natural							
Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030 (ENCNB 2030)							
Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eixo 3 – Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade							
Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Atualizar o regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 9 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENF

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
A) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos							
Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir a incidência dos incêndios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir o cumprimento do PNDFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
B) Especialização do território							
Planear a abordagem regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a proteção de áreas florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a proteção das áreas costeiras	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
Conservar o regime hídrico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adequar as espécies às características da estação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a resiliência da floresta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABREIROIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
C) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos							
Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a gestão florestal ativa e profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D) Internacionalização e aumento do valor dos produtos							
Apoiar a certificação da gestão florestal sustentável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a orientação para o mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modernizar e capacitar as empresas florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver e promover novos produtos e mercados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor							
Recolher e processar informação do setor florestal, de forma sistemática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o cadastro predial da propriedade florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver a inovação e a investigação florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificar os agentes do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fomentar a cooperação internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
F) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF)							
Consolidar a coordenação das políticas e instrumentos de aplicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Racionalizar e simplificar o quadro legislativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 10 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PNDFCI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)							
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais							
Rever e integrar políticas e legislação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Redução da incidência dos incêndios							
Educar e sensibilizar as populações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de dissuasão e fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios							
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforço da capacidade do ataque ampliado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)							
Melhoria de eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria das Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da capacidade logística de suporte à DFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar os ecossistemas							
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz							
Operacionalidade do Comando Nacional de Operações de Socorro (CDOS) ao nível nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operacionalidade do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) ao nível distrital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operacionalidade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) ao nível municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 11 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Ações e Objetivos do PAEC

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
ACÇÕES MACRO							
Ação 1) Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor							
Aumentar a reutilização de produtos, nomeadamente os abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor e outros de consumo massificado (por exemplo: manuais escolares).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
Contribuir para uma conceção de produtos com múltiplas vidas úteis (menor obsolescência).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 2) Incentivar um mercado circular							
Analisar o potencial económico e ambiental da introdução progressiva de instrumentos que bonificam a produção e consumo sustentável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivar o setor financeiro a capturar oportunidades em matéria de investimento para a economia circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a adoção pelo setor produtivo dos princípios da circularidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 3) Educar para a economia circular							
Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal materializada através da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), considerando o pilar da Economia Circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educar os cidadãos para escolhas ambientalmente conscientes de bens e serviços.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sensibilizar a sociedade quanto às consequências no estado do oceano resultantes de escolhas de bens e serviços que não consideram os impactes ambientais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 4) Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável							
Conhecer e monitorizar a realidade nacional em matéria de desperdício alimentar na cadeia de valor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos orgânicos aumentar a produtividade da cadeia de valor, sobretudo dos setores ligados à indústria alimentar, contribuindo para a conservação dos recursos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a educação do produtor/consumidor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 5) Nova vida aos resíduos!							
Aumentar a introdução de matérias-primas secundárias na economia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos de contexto às empresas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a redução da extração de recursos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Ação 6) Regenerar recursos: água e nutrientes							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
Melhorar a eficiência hídrica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar a reutilização da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a recirculação de nutrientes e da matéria orgânica pelos seus ciclos naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 7) Investigar e inovar para uma economia circular							
Definição de áreas de investigação e inovação chave para a aceleração da economia circular em Portugal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir, desenvolver e potenciar competências para as áreas identificadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar e potenciar redes de conhecimento em economia circular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AÇÕES MESO							
Ação 1) Proposta de agenda de transição para o setor da construção (mais eficiência e produtividade material)							
Aumentar a introdução de matérias-primas secundárias na economia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a produção de resíduos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir a procura de matérias-primas (primárias).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir a emissão de gases com efeito de estufa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir o consumo de água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ação 2) Proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas (e circulares)							
Promover a eficiência no uso de materiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a retenção de valor dos materiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução de custos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução de impactes ambientais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dinamizar o mercado para produtos e serviços circulares inovadores (compras públicas como <i>living lab</i> de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)							
soluções circulares).							
AÇÕES MICRO							
Ação 1) Proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)							
Promoção de iniciativas de simbiose industrial entre as empresas industriais dos setores-chave sediados em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da instalação de empresas em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da reconversão de áreas de acolhimento empresarial em ZER.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a elaboração de Roteiros de Economia Circular em aglomerados industriais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a elaboração de Planos Regionais de Simbiose Industrial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 12 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAC 2030

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2030 (PNAC 2030)							
Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de GEE de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (<i>mainstreaming</i>).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 13 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENAAC 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2020 (ENAAAC 2020)							
Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas							
Atualizar, desenvolver e promover o conhecimento sobre as alterações climáticas e avaliar os seus potenciais riscos, impactes e consequências, incluindo os relacionados com eventos meteorológicos extremos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementar medidas de adaptação							
Avaliar a atual capacidade de adaptação e priorizar a implementação de opções e medidas de adaptação que moderem futuros impactes negativos e ou ajudem a aproveitar oportunidades decorrentes das alterações climáticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais							
Promover a integração e monitorização da componente da adaptação às alterações climáticas (<i>mainstreaming</i>) nas políticas públicas e sectoriais de maior relevância, incluindo as políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano sustentável e os seus instrumentos de planeamento e gestão territorial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 14 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da ENE 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA (ENE 2020)							
Reduzir a dependência energética do País face ao exterior para 74 % em 2020, produzindo, nesta data, a partir de recursos endógenos, o equivalente a 60 milhões de barris anuais de petróleo, com vista à progressiva independência do País face aos combustíveis fósseis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, permitindo que em 2020 60 % da eletricidade produzida e 31 % do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis e uma redução do 20 % do consumo de energia final nos termos do Pacote Energia -Clima 20 -20 -20.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA (ENE 2020)							
Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas gerando uma redução de importações de 2000 milhões de euros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Criar riqueza e consolidar um <i>cluster</i> energético no sector das energias renováveis em Portugal, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 000 postos de trabalho a crescer aos 35 000 já existentes no sector e que serão consolidados. Dos 135 000 postos de trabalho do sector, 45 000 serão diretos e 90 000 indiretos. O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver um <i>cluster</i> industrial associado à promoção da eficiência energética assegurando a criação de 21 000 postos de trabalho anuais, gerando um investimento previsível de 13 000 milhões de euros até 2020 e proporcionando exportações equivalentes a 400 milhões de euros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução de emissões assumidas por Portugal no quadro europeu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 15 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNAEE e PNAER

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 2016 (PNAEE 2016) E PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS 2020 (PNAER 2020)							
Cumprir todos os compromissos assumidos por Portugal de forma economicamente mais racional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de sustentabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforçar a diversificação das fontes de energia primária, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Aumentar a eficiência energética da economia, em particular no setor Estado, contribuindo para a redução da despesa pública e o uso eficiente dos recursos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Contribuir para o aumento da competitividade da economia, através da redução dos consumos e custos associados ao funcionamento das empresas e à gestão da economia doméstica, libertando recursos para dinamizar a procura interna e novos investimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 16 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Vetores e Objetivos da ENAR 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O AR 2020 (ENAR 2020)							
Conhecimento e informação							
Melhoria do conhecimento e otimização da gestão da informação das emissões e qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iniciativas setoriais para as Emissões atmosféricas							
Melhoria do desempenho ambiental, com particular incidência na diminuição das emissões atmosféricas (Indústria, Transportes, Agricultura e Residencial/Comercial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Governança							
Aumento da eficácia da Administração Pública, promovendo a articulação institucional; assegurar a transversalidade das políticas de gestão e avaliação da qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investigação e Desenvolvimento (I&D)							
Promoção de projetos de I&D que constituam suporte ao desenvolvimento de novas políticas de proteção da qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 17 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da Lei da Água (LA-DQA)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
LEI DA ÁGUA (TRANSPONDO A DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA - DQA)							
Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
LEI DA ÁGUA (TRANSPONDO A DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA - DQA)							
Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mitigar os efeitos das inundações e das secas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 18 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNA

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)							
Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 19 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PNUEA 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABREIROIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA 2020 (PNUEA 2020)							
Objetivos gerais							
Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos							
Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos para o Setor Urbano							
Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos para o Setor Agrícola							
Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA 2020 (PNUEA 2020)							
Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objetivos estratégicos para o Setor Industrial							
Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 20 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Objetivos do PENSAAR 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO PARA O SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2020 (PENSAAR 2020)							
Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água							
Cumprimento da normativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da poluição urbana nas massas de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da acessibilidade física ao serviço de Saneamento de Águas Residuais (SAR)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da qualidade dos serviços prestados							
Melhoria da qualidade do serviço de Abastecimento de Água (AA)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da qualidade do serviço de SAR	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Otimização e gestão eficiente dos recursos							
Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
PLANO ESTRATÉGICO PARA O SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2020 (PENSAAR 2020)							
Redução das perdas de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Controlo de aflúências indevidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização de recursos e subprodutos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sustentabilidade económico-financeira e social							
Recuperação sustentável dos gastos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Otimização e/ou redução dos gastos operacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da água não faturada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições básicas e transversais							
Aumento da disponibilidade de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria do quadro operacional, de gestão e prestação de serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – redução, adaptação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Externalidades: emprego, competitividade, internacionalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 21 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PERSU 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2020 (PERSU 2020)							
Prevenção da produção e perigosidade dos RU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da deposição de RU em aterro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço dos instrumentos económico-financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 22 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Medidas da ENEA 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2020 (ENEA 2020)							
Educação Ambiental + Transversal							
Acompanhamento e Avaliação da Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperação interministerial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivos à difusão de Equipamentos de Educação Ambiental e das Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação Ambiental + Aberta							

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	01	02	03	04	05	06	07
ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2020 (ENEA 2020)							
Envolvimento dos cidadãos no seu km ² de ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização do voluntariado ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração das matérias ambientais nos currículos académicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização curricular da participação em ações de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação da Administração Pública direta, indireta e autónoma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação do setor empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dinamização de programas e atividades de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboração de Programas Municipais de EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção do estatuto das ONGA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação Ambiental + Participativa							
Promoção da Participação Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de Iniciativas de reflexão e debate	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 23 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos da Proposta de PROT-C

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROPOSTA DE PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DO CENTRO (PROPOSTA DE PROT-C)							
O reforço dos factores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;	NÃO SE APLICA AO TERRITÓRIO						
O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 24 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do Centro 2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
CENTRO 2020 – PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO (CENTRO 2020)							
(OT 1) Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 2) Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 3) Reforçar a competitividade das PME	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 4) Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 6) Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(OT 8) Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 9) Promover a inclusão social e combater a pobreza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
CENTRO 2020 – PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO (CENTRO 2020)							
(OT 10) Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(OT 11) Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 25 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PROF-CI

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI)							
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Especialização do território;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Internacionalização e aumento do valor dos produtos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 26 - Interação entre os Objetivos do PUC e as Áreas e Objetivos do PGRH3 (Douro)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO - RH3 (PGRH3)							
1 - Governação							
Adequar a Administração Pública na gestão da água (OE1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais (OE8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol (OE9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água							
Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água (OE2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3 - Quantidade de água							
Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras (OE3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4 - Investigação e conhecimento							
Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos (OE4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - Gestão de riscos							
Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água (OE5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
6 - Quadro económico e financeiro							
Promover a sustentabilidade económica da gestão da água (OE6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7 - Comunicação e sensibilização							
Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água (OE7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 27 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos da EIDT-BSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA 2020 (EIDT-BSE)							
EIXO I – Reforçar a atractividade e conectividade do território							
Redes, Coesão Territorial, Capacitação hard - infraestruturas públicas - logística, água e saneamento, incubação de negócios como PCT e incubadoras - TIC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO II - Afirmar o posicionamento estratégico da Região							
Redes soft - cooperação com SCT, ações promocionais do território, Empreendedorismo, Internacionalização, Especialização produtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO III - Promover uma Região inclusiva							
Qualificações, Educação, Terceira Economia, Igualdade de Género, Jovens e Demografia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EIXO IV - Consolidar uma Região Sustentável							
Tecnologias verdes, utilização eficiente de recursos, Economia Verde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 28 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PIAAC-CIMBSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)							
Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)							
Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 29 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PAMUS-BSE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PAMUS-BSE)							
Promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a intermodalidade no sistema de transporte coletivos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Organização da logística produtiva e minimização dos impactes associados ao tráfego de pesados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 30 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos e Medidas da Estratégia CS2020

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 (CS2020)							
EIXO 1 - inteligência e competitividade							
A - Conetividade e internacionalização	■	□	□	□	■	■	□
B - Emprego e valorização empresarial e institucional	□	□	□	■	□	□	□
C - Inovação urbana	□	■	□	□	■	■	□
D - Identidade e atratividade	□	□	□	□	□	□	■
E - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	□	□	□	□	□	□	□
EIXO 2 - Sustentabilidade e Eficiência							
A - Regeneração e reabilitação urbana	□	□	□	□	□	□	□
B - Habitação	□	□	■	□	■	□	□
C - Ambiente urbano	□	■	■	□	■	□	□
D - Baixo carbono	□	□	□	□	□	■	□
E - Alterações climáticas e riscos	□	□	□	□	■	■	■
F - Integração urbano-rural	□	□	□	□	■	□	■
EIXO 3 - Inclusão e Capital Humano							
A - Inclusão social	■	□	□	□	■	□	□
B - Capacitação e iniciativa	□	□	□	□	□	□	□
C - Cultura, cidadania e responsabilidade	□	□	□	□	□	□	□
D - Comunidades urbanas	□	■	■	□	□	□	□

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
ESTRATÉGIA CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 (CS2020)							
EIXO 4 - Territorialização e Governança							
A - Informação e conhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B - <i>Networking</i> e capacitação institucional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 31 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PDM da Guarda (Determinados)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA GUARDA (PDMG) (DETERMINADOS)							
Preservar as qualidades urbanísticas intrínsecas e identitárias do local e valorizar a sua concordância com a malha urbana adjacente, nomeadamente do tipo morfológico, tipológico e arquitetónico;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoiar carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas, estabelecendo áreas de colmatação e expansão urbana, nomeadamente expansão do centro da cidade;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoiar uma política de desenvolvimento económico e social, prevendo áreas de expansão para atividades económicas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de uma rede de infraestruturas viárias capaz de articular todo o território;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Salvaguarda de espaços naturais a preservar, onde se inclui a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e algumas áreas integradas no Parque Natural da Serra da Estrela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quadro 32 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos e Ações do PEDU da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTOS URBANO DE GUARDA (PEDU)							
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (Remetido para o PAMUS-SBE)							
Incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da rede de interfaces, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
PARU – Plano de Ação para a Regeneração Urbana da Guarda							
Promover a AI ¹ como espaço de vida, qualificando e modernizando o espaço público e os edifícios públicos e as condições de acesso a equipamentos de proximidade, que ajudem a construir uma cidade socialmente mais coesa e integrada;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a AI como espaço de residência, estimulando a reabilitação e a revitalização urbanas de edifícios privados, em simultâneo com a qualificação e a modernização do espaço público;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a AI como espaço económico, adaptando espaços para acolhimento de iniciativas produtivas, contribuindo para um ambiente urbano dinamizador de criatividade e de inovação social.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas da Guarda							
Promover a inclusão social das pessoas em risco de pobreza e exclusão social;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a melhoria das condições de vida das famílias ao nível das respostas sociais;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar as condições habitacionais e as respostas face às necessidades de habitação;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar respostas sociais e melhorar a cobertura das respostas existentes, nomeadamente para as crianças;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diminuir as situações de isolamento e de pobreza, particularmente dos estratos etários mais avançados;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para o esbatimento dos preconceitos associados aos moradores de habitação social.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

¹ Área de Intervenção (AI) – Engloba o centro histórico da cidade da Guarda e respectiva zona envolvente (tal como está identificado na carata de ordenamento do PDM da Guarda).

Quadro 33 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Eixos do PMDFCI da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABOIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DA GUARDA (PMDFCI)							
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais							
Rever e integrar políticas e legislação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a gestão florestal, intervindo preventivamente em áreas estratégicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Redução da incidência dos incêndios							
Sensibilizar as populações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios							
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Reforço da capacidade do ataque ampliado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria de eficácia do rescaldo e vigilância pós-rescaldo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria das comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria da capacidade logística de suporte à DFCI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recuperar e reabilitar os ecossistemas							
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz							
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 34 - Interação entre os Objetivos do PUC e os Objetivos do PMEPC da Guarda

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	OBJETIVOS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CABROEIRO						
	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DA GUARDA (PMEPC)							
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo II - Ponderação dos pareceres recebidos à Definição do Âmbito

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	03/11/2020	"(...) deverá ser dado cumprimento ao disposto na seguinte legislação: a) Proteção do sobreiro e azinheira (...); b) Proteção do azevinho espontâneo (<i>Ilex aquifolium</i> L.) (...); c) Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (...); d) Decreto-Lei nº 92/2019, de 10 de julho, relativo ao controlo, detenção, introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas."	A legislação foi considerada na elaboração do Plano, sendo que nas visitas ao local não foram detetadas as espécies protegidas e/ou espécies exóticas.
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	15/10/2020	"(...) para melhor entendimento do contexto do PU do Cabreiroiro no território e em especial na cidade da Guarda, que fosse apresentada figura/imagem onde se visualizasse o enquadramento geográfico deste PU em relação aos Planos de Pormenor em vigor no Município (PP para a Zona do Mercado Municipal e Centro Coordenador de Transportes, PP do Parque Urbano do Rio Diz e PP do Novo Polo Industrial da Guarda – sendo que os dois últimos foram sujeitos a AAE), até porque se localizam muito próximo da área em estudo e por conseguinte com potenciais repercussões. Do mesmo modo, seria importante a localização do PU na Planta de Ordenamento do PDM, para visualização do enquadramento nas atuais classes e categorias de solo."	Os enquadramentos referidos são elaborados no ponto III.2. – <i>Objeto de Avaliação</i> do presente documento.
		"As referências ao PROT-C deverão ser retificadas para "Proposta de PROT-C", uma vez que o mesmo não se encontra publicado, sendo considerado como um documento orientador; (...)"	Alterado no presente documento.
		"A identificação do Anexo I (...) não parecem coerentes. (...) "Quadro 1" em vez de "Quadro de Anexo 1", "Quadro 2" em vez de "Quadro de Anexo 2", (...).	Alterado no presente documento.
		"No que se refere à "Sustentabilidade urbana", embora sejam presentes Indicadores de monitorização inerentes à mobilidade (mobilidade suave e transportes públicos), parece estar em falta a abordagem à satisfação de carências em termos de equipamentos coletivos e serviços públicos; (...)"	Incluiu-se no presente documento o Objetivo de sustentabilidade "Garantir o acesso a equipamentos e serviços coletivos" no Critério de avaliação "Sustentabilidade urbana".
		"Relativamente ao FCD Socioeconomia, parece não haver preocupação quanto à avaliação da qualificação, valorização e da integração profissional da população; (...)"	Incluiu-se no presente documento o Objetivo de sustentabilidade "Promover a qualificação, valorização e integração profissional da população" no Critério de avaliação "População".
		"Em termos de Qualidade Ambiental, estão em falta Indicadores inerentes à recolha, seleção e tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, às questões relacionadas com o ruído e impacto na população residente, bem como de riscos tecnológicos (veja-se que se está perante uma Área Industrial e de ligações viárias)."	Incluiu-se no presente documento os Objetivos de sustentabilidade "Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados" e "Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável" no Critério de avaliação

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
			"Qualidade ambiental" e, ainda, o Objetivo de sustentabilidade "Prevenção de riscos" foram reforçados com indicadores de aferição de riscos tecnológicos.
		"No desenvolvimento do RA, os Indicadores deverão ter, ainda, associadas Metas a atingir com a implementação do plano."	Definidas no presente documento, no ponto VIII. – Programa de Gestão e Monitorização Ambiental.
		"No que se refere ao Quadro de Governança, o mesmo carece de ser mais desenvolvido no Relatório Ambiental, nomeadamente em termos de entidades mais ou menos relacionadas com as matérias integradas no PU e que poderão fornecer informação, como o caso do INE, ARS ou ANEPC, entre outras."	Acrescentadas novas entidades ao Quadro de Governança, nomeadamente TUG, SMAS-G, CIM-BSE, INE e ERSAR, nos pontos II.2.2.1. – Quadro de Governança Institucional e VII. – Quadro de Governança.
		"A caracterização da situação baseia-se, nalguns domínios, em dados de 2011, quando existem dados mais atuais."	Elencados dados mais recentes referentes a alguns dados estatísticos, nomeadamente sobre a população no ponto V.3. – Socioeconomia.
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	22/12/2020	"Relativamente aos Objetivos do PU, o RA refere no seu ponto II.2.5 os Objetivos definidos na deliberação da Câmara Municipal de elaboração do plano (em n.º de 6), concluindo de seguida, com a fundamentação de melhor aproximação ao Modelo Territorial da proposta, pela opção de reformulação daqueles objetivos, passando a 7. (...) Deverá, assim, ser efetuada a devida articulação e conformação entre documentos do PU, nomeadamente com o Regulamento (no seu artigo 2.º) e com o Relatório da proposta, (...)." (Página 13/14)	Procedeu-se à devida articulação e conformação dos objetivos, sendo alterados os referidos na Proposta de Plano para os constantes na AAE.
		"Muito embora no RA seja apresentado o enquadramento da proposta de plano no PDM em vigor, para um claro enquadramento na al. g) do n.º 1 do Art.º 6.º do RJAAE o documento deveria integrar um ponto com um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas, incluindo as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias." (Página 14)	As alternativas consideradas foram a não execução do Plano e, quando oportuno, a de regência de outros planos de ordem superior, como o Plano Diretor Municipal ou o Plano Rodoviário Municipal, não tendo sido equacionadas outras alternativas pela equipa do Plano, sendo seguidas, sempre que justificadas, as pretensões da Câmara. Os indicadores foram reajustados e redefinidos sempre que se verificavam dificuldades na obtenção de informações necessárias, de modo a aferir todos os objetivos de sustentabilidade.

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
		"No Quadro IV.4, estão em falta, no FCD "Ambiente", no Critério "Qualidade Ambiental", os Objetivos de sustentabilidade relativos ao ruído, infraestruturas básicas e riscos tecnológicos, bem como os respetivos Indicadores. No mesmo FCD, está em falta o Critério "Alterações climáticas", assim como os respetivos Objetivo de sustentabilidade e Indicadores." (Página 14)	Informação constante na <i>página 30</i> do presente documento.
		"Retificar algumas situações de "erro" de remissão/referência no texto do documento (...)" (Página 14)	Retificado.
		"Explicar, na Figura V.11, o significado da "distância de 60 metros às LAE" (linhas de água estruturantes)" (Página 14)	Procedeu-se à explicação na <i>página 46</i> .
		<p>"No ponto V.3.1., inerente à "População", a Fig. V.20 seria mais elucidativa se integrasse a informação mais recente e também a relativa à área de estudo, com referência à fonte de informação, verificando-se que o valor não se encontra coerente com o valor base do Quadro VII.1 de monitorização". (Página 14)</p> <p>"Valores de população, entre outros, deveriam reportar-se na situação atual aos mais recentes possível (em vez 2001/2011) e no horizonte/meta ao horizonte do plano (em vez de ano 2021)". (Página 14)</p>	<p>Procedeu-se à alteração da <i>Figura 21</i>, de modo a integrar informação relativa à área de estudo, porém não se integrou informação mais recente, devido a esta não se encontrar disponível ao nível das freguesias ou das subsecções (área do PU).</p> <p>Informação mais recente consta na <i>página 77</i>, para o concelho os dados foram provenientes do PORDATA e para a área do Plano é feita uma estimativa com base nos valores do período censitário 2001/2011, sendo uma alternativa à falta de informação mais recente disponível para a área do Plano.</p> <p>O valor apresentado no <i>Quadro VII.1 de monitorização</i> é o da evolução decenal no período censitário 2001/2011 (dados ao nível da área do Plano mais recentes), a partir deste valor foi, também, referenciada uma estimativa para o ano de 2020. O valor apresentado no quadro encontra-se em conformidade com o descrito ao longo do texto na <i>página 76 e 77</i>.</p> <p>É acrescentada informação referente a um horizonte temporal mais alargado, nomeadamente para 2031, na <i>página 77</i>.</p>
		"Nos Quadros V.28 e VII.1 (...), os "contributos do plano" e "objetivos/metasp" não apresentam coerência quanto ao Indicador "Peso dos espaços florestais (...)" que, cremos, seja "aumentar". (Página 14)	No Quadro V.28 são expostos os contributos do Plano sobre o território em estudo, que no caso do indicador "Peso dos espaços florestais (...)" o Plano potencia a sua diminuição através

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
			da estruturação de novos espaços urbanos. No Quadro VII.1 são definidos os objetivos/metasp decorrentes da AAE, que no caso do indicador mencionado a meta é de aumentar, sendo possível através da formalização das recomendações sugeridas.
		"No Quadro VII.1, FCD "Urbanismo", Objetivo "Colmatção e execução da malha urbana", não nos parece que a informação base esteja suficientemente clara/estruturada para aplicar o Indicador "Grau de execução das infraestruturas viárias propostas que conecta, e colmatam a malha urbana", uma vez que os dados e as figuras da situação atual e tendencial (...) apenas referem a existência de 23 descontinuidades da estrutura viária, sem, contudo, representar a rede viária em apreço nem referir/enquadrar a execução da via de ligação à VICEG, que, é, afinal, um dos grandes objetivos do plano." (Página 14)	Procedeu-se à introdução de informação relativa ao Plano Municipal Rodoviário da Guarda e são referidas as infraestruturas viárias, já existentes, que se destacam por conectarem e colmatarem a malha urbana, nomeadamente a VICEG, na página 54 e 55. São destacadas infraestruturas viárias previstas pelo Plano na página 59.
		"O Quadro de Governança merece ser apresentado com maior destaque, (...) associado ao Quadro VII.1 "Programa de gestão e monitorização ambiental: FCD, indicadores e metas", eventualmente disponibilizado imediatamente a seguir a este." (Página 14)	Procedeu-se à repetição do Quadro de Governança, posteriormente ao Quadro VII.1- Programa de gestão e monitorização ambiental, no Quadro VII.2 - Quadro de governança.
		"No RA estão em falta os Quadros que no RFC constavam do Anexo I e que detalham a interação entre os Objetivos do PU e os objetivos de cada instrumento do QRE." (Página 14/15)	Adicionou-se, no presente documento, os quadros que analisam a interação entre os Objetivos do PU e os Objetivos de cada instrumento do Quadro de Referência Estratégico, presente no RFC como Anexo I.
		"Retificar no Anexo I, a identificação da CCDR para CCDRC." (Página 15)	Retificado.
		"É devidamente apresentado o Resumo não Técnico (RNT), (...). Encontra-se, contudo em falta o Quadro de Governança, o qual é de toda a utilidade dar a conhecer para melhor entendimento da operacionalização da monitorização ambiental, nomeadamente junto da população." (Página 15)	Acrescentado o Quadro de Governança, posteriormente ao Programa de gestão e monitorização ambiental.
		"(...) é referida a classificação acústica da área de intervenção como sendo mista e indicados os respetivos limites de exposição para os indicadores Lden = 63dB(A) e Ln = 53dB(A). Esta indicação tem de ser revista (...)" (Página 17)	Valores revistos de acordo com o Regulamento Geral do Ruído, na sua atual redação, retificado na página 99. Procedeu-se, também, à alteração do zonamento acústico, em conformidade com o Plano, sendo ilustrado nas Figuras V.34/V.35.

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro		“Foram identificadas as zonas de “Criticidade Acústica”. Um dos objetivos de sustentabilidade, é assegurar os níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável, cujos indicadores são o nº de queixas por ruído, apresentadas na CMG e o nº de edifícios em áreas de conflito (44 no momento atual, confinantes com vias rodoviárias).” (Página 17)	As zonas de criticidade acústica foram erradamente identificadas, dado que os valores dos limites de exposição de ruído não estavam de acordo com o Regulamento Geral do Ruído. Assim, o indicador apresenta agora um número de 75 edifícios em áreas de conflito, no momento atual.
		“Para a redução dos níveis sonoros, foram teorizadas duas soluções: uma, a implementação de barreiras acústicas e outra, a utilização de “pavimentos betuminosos modificados com borracha; (...) Por razões diferentes ambas foram descartadas, (...); (...) Sobre esta matéria (...), apenas refere como solução para a criação dum ambiente saudável acústico, a implantação de zonas arborizadas, sem, no entanto, esclarecer onde, (...) e em que condições. (...)” (Página 17)	Procedeu-se à aferição das soluções/medidas de minimização para a redução dos níveis sonoros, no capítulo VI. <i>Recomendações</i> .
	27/05/2020	“No âmbito da identificação dos Valores Paisagísticos, relativamente à “Distância de 60 metros às LAE” (linhas de água estruturantes) representada na Figura V.11, muito embora seja apresentada uma explicação no texto que a antecede, dizendo que “(...) considera-se o “solo rural associado aos vales” aquele que se distancie a 60 metros ou menos das linhas de água estruturantes (LAE)”, não é explicado a origem ou razão de ser do estabelecido do valor dos “60 metros”.” (Página 15)	O valor estabelecido teve em conta as características do território, observadas no local e em análises no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica. A adoção de uma determinada distância às linhas de água estruturantes (LAE) deve-se à necessidade de aferir os indicadores estabelecidos, nomeadamente o “solo rural associado aos vales”.
		“No Quadro VII.1, relativamente ao Critério “População”, o que pretende significar o Objetivo/Meta “Aumentar (dados 2021)” e “100/0% empregada/desempregada (dados 2021)”? Significará aumentar tendo em consideração os dados dos Censos 2021? Clarificar a aplicação daqueles.” (Página 15)	A referência aos “dados 2021” significa que os valores deverão aumentar tendo em conta os dados dos Censos 2021, e não os dados analisados e atualmente disponibilizados (Censos 2011). Refere-se que foram adotados os dados dos Censos 2011 na análise da situação atual por não existir informação mais recente à escala do Plano.
	“É devidamente apresentado o Resumo Não Técnico (RNT), (...). Encontra-se, contudo em falta o Quadro de Governança, (...)” (Página 15)	Acrescentado o Quadro de Governança no RNT. Por lapso, esta alteração não foi efetuada na sequência do parecer anterior.	

ENTIDADE	DATA	COMENTÁRIOS EFETUADOS	PONDERAÇÃO DA EQUIPA
ULS GUARDA - Unidade de Saúde Local da Guarda	27/05/2020	"No relatório de Fatores Críticos para a Decisão da Avaliação Ambiental Estratégica, é indicado como "fator ambiental" (...), a Saúde Humana, (...) no entanto nada é referido no respeitante aos efeitos adversos devidos à emissão de poluente atmosféricos e níveis de ruído incomodativos, pelo que devem ser definidos objetivos específicos e metas e consequentemente indicadores no âmbito da saúde para estes critérios." (Página 3)	Estes indicadores foram integrados no Relatório Ambiental, no Critério de Avaliação "Qualidade Ambiental", nomeadamente nos Objetivos de Sustentabilidade: "Promover uma gestão adequada da qualidade do ar" e "Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável".
		"Devem ser garantidas estratégias de gestão e avaliação dos impactes sobre a saúde humana relacionada com o FCD "Qualidade Ambiental" e "Desenvolvimento Socioeconómico"." (Página 3)	As avaliações dos impactes são especificadas no ponto "V.4.1. Qualidade Ambiental" do Relatório Ambiental (RA) e as estratégias de gestão estão refletidas no ponto "VI.2. Recomendações para o Seguimento e Gestão" do RA. É, também, apresentado no ponto VII. do RA o "Programa de Gestão e Monitorização Ambiental" que integra a matéria referida.

